

CAMILA GARCIA DO VALE

**O TRABALHO EMPREENDEDOR:
INCURSÕES SOBRE INFORMALIDADE, MOTIVAÇÃO E EMPRESA
FAMILIAR**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Amelia Carla Sobrinho Bifano

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2020

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

V149t
2020
Vale, Camila Garcia do, 1992-
Trabalho empreendedor : incursões sobre informalidade,
motivação e empresa familiar / Camila Garcia do Vale. – Viçosa,
MG, 2020.
131 f. : il. ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Amelia Carla Sobrinho Bifano.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Trabalho. 2. Setor informal (Economia). 3. Pequenas e
médias empresas. I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Economia Doméstica. Programa de
Pós-Graduação em Economia Doméstica. II. Título.

CDD 22 ed. 331

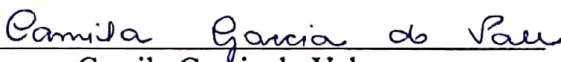
CAMILA GARCIA DO VALE

**O TRABALHO EMPREENDEDOR:
INCURSÕES SOBRE INFORMALIDADE, MOTIVAÇÃO E EMPRESA
FAMILIAR**

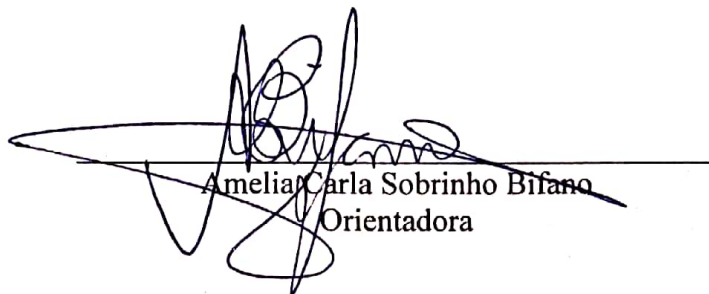
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 29 de abril de 2020.

Assentimento:



Camila Garcia do Vale
Autora



Amelia Carla Sobrinho Bifano
Orientadora

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de pesquisa, mais precisamente o processo do mestrado como um todo, só me foi possível graças ao apoio de diversas pessoas com que eu tenho o prazer de compartilhar a vida.

Primeiramente quero agradecer a Deus pela dádiva de viver, e pelas condições materiais e intelectuais que me possibilitaram a realização deste feito, que enobrece a minha existência mundana e espiritual.

Aos meus pais, Adolfo e Cacaia, a minha mais eterna e imensa gratidão, vocês são a minha fonte de amor e meus maiores incentivadores. Ao meu pai eu agradeço especialmente por todo carinho e pelos bons exemplos de uma vida digna, recheada de bons amigos e de coragem, na qual eu me inspiro diariamente. À minha mãe, o meu muito obrigada por todo cuidado e por ter me motivado a voar voos mais altos do que eu achei que seria possível, a sua força e sabedoria também me engrandecem.

Agradeço também aos meus três irmãos, Carolina, Daniel e Beatriz, por terem sido meus primeiros amigos e por assim serem até hoje. À minha caçulinha Bibia, valeu demais por todas as carinhosas acolhidas, eu me vejo em você e você em mim, obrigada por ser tão especial! Aos meus sobrinhos Clara e Felipe, eu agradeço pelos doces momentos que vivemos juntos, saibam que vocês possuem o poder de renovar as minhas forças.

Ao Alex, meu grande amor, eu agradeço por toda força diária e por me lembrar sempre do quanto somos grandes e capazes de qualquer coisa, todo esse companheirismo foi fundamental na minha jornada.

Muito obrigada à UFV, ao DED e a Capes pelos meios e materiais que me possibilitaram o desenvolvimento desta pesquisa, foi incrível fazer parte de tudo isso. À Amelia, ficam os meus agradecimentos pela paciência e pela sábia condução nos caminhos das Ciências Sociais Aplicadas. Aos meus amigos de jornada, Palloma, Leydi, Marco, Elimara e Cida eu só tenho a agradecer pelas trocas intelectuais e emocionais, digamos que tenha sido uma indispensável parceria.

É preciso agradecer também a todos os meus amigos e familiares, que sempre torceram por mim, tanto nas conquistas quanto nos desafios. Em especial, deixo os meus

agradecimentos às minhas amigas, avós, tias e primas, o mundo nunca foi fácil para uma mulher livre, independente e sonhadora, saibam que vocês me fortalecem e me inspiram.

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer a todas as pessoas que gentilmente contribuíram nos dados de campo desta pesquisa, desprenderam de tempo e acreditaram nos meus objetivos. Só assim este estudo foi possível e daqui pra frente poderá contribuir para com as discussões acerca do trabalho dos micro e pequenos empreendedores.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*“Só os tolos sabem de tudo.
Os sábios aprendem algo novo todos os dias.”*

(Autor Desconhecido)

RESUMO

VALE, Camila Garcia, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2020. **O Trabalho Empreendedor: Incursões Sobre Informalidade, Motivação e Empresa Familiar.** Orientadora: Amelia Carla Sobrinho Bifano.

Esta dissertação evidencia a existência de uma profunda relação entre o aumento do desemprego, da informalidade e a expansão do empreendedorismo de micro e pequeno porte. Para tanto, discute-se as características e as consequências deste fenômeno para os sujeitos e para a sociedade. O Brasil ocupa uma posição semiperiférica no cenário capitalista mundial, fato que possibilita a expansão do trabalho precarizado, temporário e informal, em detrimento dos postos de trabalho formal. A informalidade, composta por trabalhos do tipo por conta própria e pequenos empregadores, caracteriza quase que a metade das ocupações do país. Por meio do discurso de autonomia, progresso econômico e ascensão social, a formalização de microempreendedores individuais e micro e pequenas empresas é amplamente incentivada pelo Capital e pela mídia, sendo viabilizada pelo Estado. Neste contexto, este estudo teve como objetivo geral compreender o fenômeno do micro e pequeno empreendedorismo, suas origens e desdobramentos para os sujeitos e famílias empreendedoras, bem como para a sociedade contemporânea. Optou-se pela pesquisa de abordagem qualitativa, no contexto de um estudo de caso. Utilizou-se de pesquisa documental, entrevista semi-estruturada e observações abertas como técnica de coleta dos dados. Como principais resultados alcançados realizou-se a contextualização das políticas públicas incidentes ao empreendedorismo de micro e pequeno porte no Brasil, a demonstração da importância local de micro e pequenas empresas, bem como a discussão dos aspectos relacionados à motivação ao empreendedorismo e à empresa familiar. Neste sentido, entende-se que esta pesquisa evidencia e discute importantes aspectos do empreendedorismo de micro e pequeno porte, possibilitando a pretendida abrangência e compreensão deste fenômeno.

Palavras-Chave: Trabalho. Informalidade. Micro e Pequenas Empresas.

ABSTRACT

VALE, Camila Garcia, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, April, 2020. **Entrepreneurial Work: Incursions on Informality, Motivation and Family Business.** Advisor: Amelia Carla Sobrinho Bifano.

This dissertation shows the existence of a deep relationship between the increase in unemployment, informality and the expansion of micro and small-sized entrepreneurship. To this end, the characteristics and consequences of this phenomenon for individuals and society are discussed. Brazil occupies a semi-peripheral position in the world capitalist scenario, a fact that enables the expansion of precarious, temporary and informal work, to the detriment of formal jobs. The informality, composed by autonomous, self-employed and small employers, characterizes almost half of the occupations in the country. Through the discourse of autonomy, economic progress and social ascension, the formalization of individual micro-entrepreneurs and micro and small enterprises is widely encouraged by Capital and the media, and is made possible by the State. In this context, the general objective of this study was to understand the phenomenon of micro and small entrepreneurship, its origins and unfoldings for entrepreneurial subjects and families, as well as for contemporary society. A qualitative approach was chosen in the context of a case study. Documentary research, semi-structured interviews and open observations were used as data collection techniques. The main results achieved were the contextualization of public policies on micro and small enterprises in Brazil, the demonstration of the local importance of micro and small enterprises, as well as the discussion of aspects related to motivation for entrepreneurship and family business. In this sense, it is understood that this research evidences and discusses important aspects of micro and small-sized entrepreneurship, enabling the intended scope and understanding of this phenomenon.

Keywords: Work. Informality. Micro and Small Enterprises.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Esquema Crítico do Empreendedorismo	17
FIGURA 2 - Procedimentos Metodológicos	22
FIGURA 3 - Mapa de Santa Tereza.....	24
FIGURA 4 - Principais Resultados.....	48
FIGURA 5 - A cidade de Belo Horizonte em 1901	59
FIGURA 6 - Viaduto Santa Tereza em 1929.....	60
FIGURA 7 - Cantores do Clube da Esquina (sem data)	61
FIGURA 8 - Antigo casarão na Rua Mármore onde funcionava o Sobradão da Seresta.....	62
FIGURA 9 - O Barbarella em 1970.....	62
FIGURA 10 - Mercaria do Nivaldo (2019)	63
FIGURA 11 - Mapeamento geral dos bares e restaurantes de Santa Tereza	64
FIGURA 12 - Concentração de bares na Praça Duque de Caxias	65
FIGURA 13 - Concentração de bares no Alto dos Piolhos	66
FIGURA 14 - Ambiente de um Bar Fim de Noite.....	69
FIGURA 15 - Ambiente de um boteco	71
FIGURA 16 - Movimento do Espeto da Esquina (Foto de 2018)	72
FIGURA 17 - Movimento do Bar da Lili (Foto de 2018)	73
FIGURA 18 - Ambiente de um Mercadinho	74
FIGURA 19 - Prato servido em um Boteco do <i>Chef</i>	76

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Categorização dos Estabelecimentos de Santa Tereza	66
QUADRO 2 - Resultados da Motivação Empreendedora	90
QUADRO 3 - Aspectos Positivos.....	110
QUADRO 4 - Aspectos Negativos	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALI – Agentes Locais de Inovação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CGC – Cadastro Geral de Contribuintes

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

EPP – Empresa de Pequeno Porte

GEM – *Global Entrepreneurship Monitor*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ME – Microempresa

MEI – Micro Empreendedor Individual

MPE – Micro e Pequena Empresa

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas

SERASA – Centralização de Serviços dos Bancos

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – A TEMÁTICA DO ESTUDO E SEU ENFOQUE METODOLÓGICO	13
1. INTRODUÇÃO	13
2. PERCURSO METODOLÓGICO.....	19
2.1. Objetivo Geral	19
2.2. Objetivos Específicos	19
2.3. Método de Pesquisa.....	19
2.5. Procedimento de Coleta e Análise dos Dados	20
2.6. Caracterização do Local do Estudo	22
2.8. Aspectos Éticos	25
3. ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	26
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26
CAPÍTULO II – O MICRO E PEQUENO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO DAS LEGISLAÇÕES BRASILEIRAS A PARTIR DE 1988	29
1. INTRODUÇÃO.....	30
2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O EMPREENDEDORISMO	34
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	36
3.1. Movimentos pelas MPEs na era da Constituição Federal.....	37
3.2. A regulamentação dos artigos 170 e 179 da Constituição de 1988.....	38
3.3. O incentivo às MPEs na era Lula.....	40
3.4. O incentivo às MPEs no Governo Dilma.....	43
3.5. Os movimentos pelas MPEs após o impeachment de Dilma.....	45
3.6. As primeiras providências do governo Bolsonaro para com as MPEs.....	46
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
CAPÍTULO III – A CULTURA BOÊMIA DOS BARES DE SANTA TEREZA ..	54
1. INTRODUÇÃO.....	55
2. CULTURA, TRADIÇÃO E IDENTIDADE LOCAL – OS BARES DE SANTA TEREZA	56
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	59
3.1. A formação histórica da boemia de Santa Tereza	59
3.2. Mapeamento e Categorização dos Bares de Santa Tereza	64
3.2.1. Os Barzinhos	67

3.2.2. O Bar Fim de Noite	68
3.2.3. O Boteco.....	69
3.2.4. A Moda dos Espetinhos	71
3.2.5. Os Pequenos Mercadinhos e Mercarias.....	73
3.2.6. Os Restaurantes	74
3.2.7. A Alta Gastronomia dos Botecos de <i>Chefs</i>	75
3.2.8. O Charme dos Bistrôs	76
3.2.9. A Ascensão das Cervejarias Artesanais	76
3.2.10. Lancherias, Hamburguerias e Pizzarias	77
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
CAPÍTULO IV – ASPECTOS DA MOTIVAÇÃO AO MICRO E PEQUENO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL	81
1. INTRODUÇÃO.....	82
2. MOTIVAÇÕES AO EMPREENDEDORISMO: UMA NOVA PROPOSTA	86
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	89
3.1. Empreendedores Vocacionais:	91
3.2. Empreendedores Livres:.....	93
3.3. Empreendedores por Necessidade:	96
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
CAPÍTULO V – A PEQUENA EMPRESA FAMILIAR: UMA SOBREPOSIÇÃO DE PAPÉIS E VÍNCULOS	102
1. INTRODUÇÃO.....	103
2. A PEQUENA EMPRESA FAMILIAR.....	106
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	110
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
CONSIDERAÇÕES GERAIS	121
APÊNDICES	124
1.1. APÊNDICE 01 – Questionário Semi-Estruturado	124
1.1. APÊNDICE 02 – Roteiro de Observação	129
1.2. APÊNDICE 03 - Mapa dos Bares de Santa Tereza	131

CAPÍTULO I – A TEMÁTICA DO ESTUDO E SEU ENFOQUE METODOLÓGICO

1. INTRODUÇÃO

Muitas foram as motivações que levaram ao estudo do trabalho de micro e pequenos empreendedores. Como designer de produto me dispus, desde a graduação, a aplicar o “*design thinking*” para entender e melhorar a experiência de usuários e consumidores, e foi assim que tive o meu primeiro contato com negócios artesanais e de micro e pequeno porte. Mais tarde, a partir de uma experiência de dois anos e meio como Agente Local de Inovação do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, em Belo Horizonte, muito me admirava o trabalho empenhado em uma micro e pequena empresa; relações familiares em meio aos negócios, sobreposição de papéis e acúmulo de funções eram situações extremamente óbvias, mas ao mesmo tempo, muito pouco exploradas em termos de estudos, cartilhas e consultorias. Estas experiências e as questões que delas surgiram me encorajaram a estudar no mestrado o trabalho pela ótica de quem trabalha. Assim, esta pesquisa propõe uma discussão multidisciplinar entre algumas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, como a Economia Doméstica, o Serviço Social, as Ciências Econômicas, a Administração e a Psicologia.

Por meio de autores contemporâneos (ANTUNES, 2009, 2013; TAVARES, 2002, 2004; POCHMANN, 2001, 2006), esta pesquisa discute o trabalho pela perspectiva Marxiana, que entende a centralidade do trabalho para a vida humana, bem como a dialética da transformação da natureza pelo homem, e do próprio homem pela natureza modificada por ele mesmo. Assim, os conceitos e discussões sobre Trabalho, Informalidade e Pequeno Empreendedorismo nortearam a condução desta pesquisa.

O Brasil é considerado um país de capitalismo semiperiférico¹. De acordo com Pochmann (2001) esta característica (capitalismo central, semiperiférico e periférico) contribui para a formatação de uma divisão espacial do trabalho, onde a criação, destruição, qualidade e regulação do trabalho humano se apresentam de formas cada vez negativas à medida que se afasta do capitalismo central.

¹ As noções de capitalismo central, semiperiférico e periférico compõem os estudos de Pochmann (2001) sobre a divisão internacional do trabalho. Diante do cenário capitalista global, o capitalismo semiperiférico, o qual é atribuído atualmente ao Brasil, representa o bloco de países que a partir do segundo pós-guerra, e sob a liderança dos Estados e das elites internas, avançaram na implantação de seus sistemas industriais, majoritariamente voltada para a exportação de produtos primários.

Nos países subordinados, de industrialização intermediária, o desemprego estrutural, a carência de um Estado de Bem-Estar, bem como a expansão do trabalho precarizado, temporário e informal, são realidades que possibilitam e dão base para o mercado formal. Este fenômeno se expande em escala global na medida em que o modelo capitalista de produção (geralmente com sede nos países centrais), encontra novas formas de obtenção do trabalho produtivo, como a terceirização, o trabalho sob demanda, etc. (POCHMANN, 2001; ANTUNES, 2003, 2009; TAVARES, 2004; KREIN & PRONI, 2010).

Desde os anos 90 o Brasil já registrava a expansão da informalidade em detrimento do mercado formal. Até que em 2019 o mercado informal, composto pelos trabalhadores do tipo sem carteira assinada, por conta própria e pequenos empregadores, chegou a 41,1% do total de postos de trabalho do país, sendo que essa taxa média foi superada em pelo menos 18 estados (POCHMANN, 2006; IBGE, 2019).

O conceito de informalidade é amplo e varia de acordo com cada país, período e instituição. No Brasil, a Pesquisa de Economia Informal Urbana (Ecinf) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos anos de 1997 e 2003, define a informalidade a partir do conceito consolidado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1993, que recomenda que o setor informal deva ser delimitado no âmbito da unidade econômica ou unidade produtiva, e não de acordo com o trabalhador e sua ocupação. Neste sentido, o IBGE, por meio da Ecinf, esclarece que o setor informal é composto por aquelas unidades que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas e também pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção. E ainda destaca que o estatuto da legalidade, ou não, da unidade econômica não serve de critério para a definição de informal, pois dificultaria comparações internacionais e/ou históricas (IBGE, 2003; CARDOSO, 2013).

Atualmente, o estudo brasileiro que delimita e afixa o setor informal (dentre outras características socioeconômicas do país) é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), do mesmo Instituto, na seção “Mercado de Trabalho”. Contudo, na PNAD, o IBGE deixou de usar os termos *trabalho informal*, *setor informal* e/ou *informalidade* e passou a classificar todo o montante de trabalhadores ocupados de

acordo com a posição na ocupação, ou seja, de acordo com a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalhava na data da pesquisa. Ainda de acordo com o IBGE, as posições podem ser de: empregado, trabalhador doméstico, por conta própria, empregador e trabalhador familiar auxiliar (IBGE, 2018).

O trabalhador por conta própria é conceituado como a “pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar” (p.36). Já o empregador é a “pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado” (p.36). Assim, entende-se que, mesmo de forma imprecisa e obscurante, o setor informal verificado pela PNAD segue os mesmos parâmetros da Ecinf e, portanto, é composto pelos trabalhadores por conta própria e pequenos empregadores, onde o status da “formalização” do empreendimento, apesar de verificada pela pesquisa, não modifica a sua categorização (Op. cit.).

Neste sentido, reforça-se que o setor informal no Brasil está profundamente relacionado a atividades “empresariais”, principalmente no que diz respeito à micro empresas, individuais e/ou societárias. Sendo assim, esta pesquisa propõe uma discussão da profunda relação, atualmente bastante disseminada, entre a diminuição do emprego formal, o aumento da informalidade, e a expansão do empreendedorismo individual e de micro e pequeno porte (TAVARES, 2002).

Os números relativos ao desemprego e ao empreendedorismo evidenciam tal encadeamento. Em 2017, o Brasil apresentara uma taxa de desemprego de 13,7%, a maior (até então) desde que o IBGE começou a publicar a pesquisa. Em contrapartida, no mesmo ano, houve um aumento de 26% na abertura e formalização de micro e pequenas empresas (MPes) no país (IBGE, 2017; SEBRAE, 2017).

Sendo assim, discute-se que uma das formas de se exercer o trabalho informal no Brasil, principalmente no que diz respeito aos pequenos empregadores e por conta própria, se dá por meio de uma atividade empresarial, sendo ela legalmente “formalizada” por um CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), ou não. No campo das microempresas que se formalizaram, o uso da palavra formalização e/ou legalização nos leva a crer que este tipo de trabalho, ou as unidades produtivas desta natureza, passaram a compor o conjunto de trabalhos formais, fato que destoa da realidade empenhada por estes

empreendedores, onde as situações de super exploração do próprio trabalho e da família, instabilidade financeira, assim como a carência de proteção social e trabalhista são bastante comuns (COLLI, 1998, 2000; TAVARES, 2002; GEM, 2019).

Logo, o estímulo à formalização de micro e pequenos negócios, visivelmente incentivado e possibilitado pelas políticas públicas e legislações nacionais, acabam por dissimular a informalidade presente neste fenômeno, além de colocar estas pequenas unidades econômicas no mapa fiscal e tributário do poder público. Além disso, este movimento pode ser visto como parte de uma estratégia do capital, viabilizada pelo Estado, de deixar a cargo do trabalhador a função de explorar a si e a outrem (TAVARES, 2002). É importante destacar que não se pretende afirmar que estes são os únicos objetivos e consequências do incentivo ao micro empreendedorismo e da sua expansão. Em proporções mundiais, o empreendedorismo individual e/ou de micro porte também age em importantes aspectos sociais e econômicos da sociedade contemporânea, tais como a geração de emprego e renda e o aumento da competitividade de mercado.

Portanto, esta pesquisa adota uma perspectiva crítica de que mesmo que “formalizado” por meio de uma empresa, o empreendedorismo individual e/ou de micro porte – conforme é amplamente praticado no Brasil em termos de baixo nível de organização, super exploração do trabalho e objetivo principal de obtenção de renda própria – se trata de uma modalidade que apresenta as principais características do que se denomina trabalho informal (TAVARES, 2002, 2018; IBGE 2003, GEM, 2018).

Cabe ressaltar que a perspectiva adotada neste estudo, relaciona a expansão do então denominado empreendedorismo de micro e pequeno porte, ao aumento do desemprego formal, agravado em termos de precarização do trabalho para o sujeito que trabalha, pela ausência de um Estado de bem-estar social, contrariamente àquela que de cunho positivista, que aproxima o empreendedorismo de uma alternativa atrativa de trabalho, pautada no discurso da autonomia, que conduz o trabalhador a crer que pode ser sócio do capital, e, com isso, ter a chance de mudar de classe social (TAVARES, 2002).

FIGURA 1 – Esquema Crítico do Empreendedorismo



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Contesta-se a visão exclusivamente positivista do empreendedorismo, uma vez que o lugar que passa a ocupar na dinâmica das organizações da estrutura voltada ao capital impede ou pelo menos dificulta o enriquecimento dos seus donos e sócios, como, por exemplo, a exploração única ou majoritária do próprio trabalho, a submissão às grandes empresas por meio de contratos desvantajosos de prestação de serviços, a dificuldade de acesso a crédito, além da gestão inadequada (contratações, organização financeira, etc.) da micro ou pequena empresa, pautada em relações familiares, entre outras (COLLI, 1998, 2000; GEM, 2019).

A organização voluntária do trabalho é realçada nas suas possibilidades de independência e liberdade, como se fosse possível criar um espaço econômico autônomo imune aos determinismos do mercado. Fomenta-se a ideia de que ser pequeno empresário é ser dono das suas decisões, podendo, inclusive, empregar alguém, com o que a base da relação se inverte: ao invés de explorado, explorador (TAVARES, 2002. p. 137).

O SEBRAE frequentemente investiga a taxa de mortalidade e sobrevivência das micro e pequenas empresas brasileiras, bem como as causas destes fenômenos. Das microempresas (MEs) criadas entre os anos de 2008 e 2012, apenas 45% atingiram o segundo ano ou mais de atividade, ou seja, mais da metade dessas empresas fecham nos 24 primeiros meses de existência. Dentre as principais causas elencadas pela entidade estão (1) o empreendedorismo por necessidade, que geralmente reflete em uma falta de preparo e planejamento tanto do empreendedor quanto do negócio em si; (2) a falta de acompanhamento e/ou tomadas de decisão enquanto ao financeiro da empresa; (3) ausência ou baixo investimento em capacitação de si e da equipe; (4) dificuldade de acesso à crédito, financiamentos; entre outras (SEBRAE, 2016).

Outro fator incidente a este universo e que contesta a visão positivista do empreendedorismo é o alto índice de endividamento das MPEs no Brasil. Em 2017, o número de micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais no Brasil, chegou a 12,2 milhões; deste montante, cerca de 4,4 milhões possuíam dívidas em atraso em janeiro daquele ano. O levantamento, que passou a ser feito em 2016, vem registrando o aumento deste “sintoma” mês a mês (SEBRAE, 2017; SERASA, 2018).

Neste contexto, critica-se o fato de que as mesmas instituições (Estado, Capital, mídia, etc.) que estimulam a expansão do micro e pequeno empreendedorismo, utilizando-se de um discurso ilusório da passagem de uma classe à outra, escondem (ou pelo menos não disseminam) os dados relativos à mortalidade, falência e endividamento dos negócios dessa natureza; realidade que colocaria à prova o seu poder de convencimento (TAVARES, 2004).

O incentivo à formalização do trabalho em termos de micro e pequenas empresas é um fenômeno de grande amplitude e pluralidade; apresenta uma característica econômica, relacionada à obtenção de emprego, ocupação, geração de renda e a promoção de produtos e serviços e também uma dimensão ontológica, a partir de um discurso que incorpora a realização pessoal, o desenvolvimento de uma identidade e a transformação de si e do mundo, a partir do trabalho (ANTUNES, 2009; TAVARES, 2002; POCHMANN, 2001, 2006; SEBRAE, 2017).

A partir do contexto apresentado, espera-se, com este estudo, responder às questões seguintes: Quais são as origens e motivações do Estado no incentivo à formalização de microempreendedores individuais e micro e pequenas empresas? Como o trabalho do empreendedor de uma pequena empresa é compreendido por si? Como as atividades de micro e pequenas empresas, de âmbito familiar ou não, impactam na cadeia econômica, cultural e social que a envolve?

Para tanto, buscou-se a princípio uma análise macro, em termos de legislações nacionais, incidentes ao universo das micro e pequenas empresas. Além disso, o fato de que o bairro de Santa Tereza, localizado na região leste da cidade de Belo Horizonte, apresenta uma grande concentração de MPEs do segmento de bares e restaurante, caracterizando a sua principal atividade econômica local, conduziu-nos a uma investigação em nível local e micro do fenômeno do empreendedorismo de micro e pequeno porte.

A seguir fez-se a exposição detalhada dos objetivos que se pretende alcançar, o método utilizado na condução do estudo e na análise dos dados, a apresentação e a discussão dos resultados.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

2.1. Objetivo Geral

Compreender o fenômeno do micro e pequeno empreendedorismo, suas origens e desdobramentos para os sujeitos e famílias empreendedoras, bem como para a sociedade, considerando o atual contexto econômico brasileiro, com ênfase na experiência de Belo Horizonte, MG.

2.2. Objetivos Específicos

1. Descrever e contextualizar o fenômeno do micro e pequeno empreendedorismo a partir da formulação e implementação de políticas públicas;
2. Compreender a relação do pequeno empreendedorismo com a identidade e o cotidiano local;
3. Descrever o perfil do empreendedor de micro e pequenas empresas, mais especificamente de bares, no aspecto de motivação ao empreendedorismo;
4. Compreender, sob a ótica do indivíduo pequeno empreendedor, as características da situação de compartilhamento da atividade de trabalho entre membros da mesma família.

2.3. Método de Pesquisa

Neste tópico, buscou-se descrever os caminhos utilizados na condução da pesquisa, visando alcançar os objetivos propostos.

2.4. Tipo de Pesquisa

Para a condução deste estudo utilizou-se de pesquisa qualitativa, no contexto de um estudo de caso. A partir dos dados qualitativos buscou-se explorar conhecer a atividade empreendedora, suas origens e desdobramentos para o sujeito e para a família. A abordagem qualitativa nas ciências sociais se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que correspondem a um espaço mais profundo das relações (MINAYO, 2009).

Com o estudo de caso pretendeu-se ampliar o número de informações acerca dos sujeitos da pesquisa e atribuir profundidade à compreensão das situações do micro e pequeno empreendedorismo no contexto da cidade de Belo Horizonte. O estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados (GIL, 2007; YAN, 2005; TOLEDO & SHIAISHI, 2009).

Considerou-se como unidade do estudo de caso o contexto do bairro de Santa Tereza no que diz respeito ao trabalho de micro e pequenos empreendedores, do segmento de bares e restaurantes. Pode-se dizer que este estudo amplo e exploratório (local) da realidade de um local, resultou em outros múltiplos estudos (micro), sendo eles cada uma das circunstâncias encontradas.

Neste sentido, entende-se que esta pesquisa analisa o fenômeno em diferentes perspectivas, ou seja, em nível macro, local e micro. Em nível macro pretendeu-se contextualizar as políticas públicas incidentes ao universo do empreendedorismo no Brasil; em nível local fez-se a caracterização de micro e pequenas empresas do segmento de bares de Santa Tereza, bem como a discussão da importância dessas organizações para o contexto cultural do bairro e da cidade de Belo Horizonte; e por fim, em nível micro, buscou-se a compreensão de dois aspectos implícitos ao trabalho de micro e pequenos empreendedores, que são: a motivação ao empreendedorismo, ressaltando as circunstâncias de vocação, necessidade de obtenção de renda e autonomia no ambiente de trabalho, bem como a empresa familiar, ou seja, o compartilhamento da atividade de trabalho com membros da família.

2.5. Procedimento de Coleta e Análise dos Dados

Para o alcance dos objetivos propostos por este estudo utilizou-se da combinação das técnicas da pesquisa documental, da entrevista semi-estruturada e de observações abertas.

A pesquisa documental se caracteriza pela busca de informações em documentos originais (fontes primárias), que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor (SÁ-SILVA, 2009; HELDER, 2006).

Assim, por meio da pesquisa documental, buscou-se atender ao objetivo específico 01, de descrever e contextualizar o fenômeno do micro e pequeno empreendedorismo a

partir da formulação e implementação de políticas públicas. Deste modo, realizou-se uma investigação acerca das legislações e políticas públicas, de âmbito nacional, implantadas no período de outubro de 1988 a junho de 2019, pertinentes ao fenômeno do micro e pequeno empreendedorismo. Para tanto teve-se acesso à estes documentos por meio dos sites e portais online do Planalto Federal, Senado, Portal Lei Geral, GEM, IBGE, SEBRAE e Portal do Empreendedor.

Fez-se a análise e sistematização dos dados encontrados considerando-se do grau de relevância para com a temática, bem como por meio da cronologia em que foram implantadas as legislações e políticas públicas encontradas. Assim, baseada também no aporte teórico desta pesquisa, fez-se a descrição dos dados de acordo com os períodos políticos correspondentes.

Contemplou-se o objetivo específico 02, por meio de observações abertas, entrevistas semiestruturadas e diário de campo; além disso, fez-se uma pesquisa exploratória em sites e redes sociais de diversas organizações presentes no contexto do fenômeno, tais como: Prefeitura de Belo Horizonte, Associação do Bairro de Santa Tereza, entre outras.

Assim, investigou-se o fenômeno em nível local por meio de categorias de análise de: nome do estabelecimento, endereço, horário de funcionamento, tipo de ambiente interno e externo (decoração, fachada, etc.), tipo de comida que é servida, bem como a sua forma de produção. Logo, os dados obtidos possibilitaram o mapeamento dos estabelecimentos do bairro, bem como a sua categorização por diferentes tipos.

Para satisfazer os objetivos específicos 03 e 04, que propõem uma análise micro do fenômeno, utilizou-se como método de coleta de dados, as técnicas de entrevista semiestruturada e observações diretas.

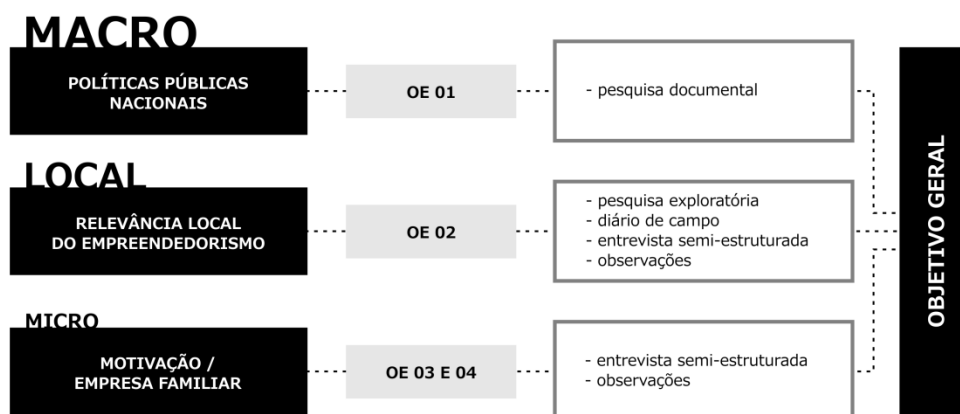
Como categorias de análise referentes ao artigo 03 elegeram-se os aspectos de: tempo de abertura da empresa, histórico empreendedor e motivação ao empreendedorismo. No que diz respeito ao artigo 04, que trata das empresas familiares, as categorias de análise foram: convívio, conflitos, renda e formalização da atividade de trabalho.

As observações diretas permitem que a análise dos dados seja feita simultaneamente à sua coleta. O envolvimento do pesquisador, as suas observações, bem como as

narrativas dos pesquisados, possibilitam a sistematização do que foi encontrado e assim, o entendimento do fenômeno em nível micro.

Os procedimentos metodológicos estão sistematizados na FIGURA 01 a seguir:

FIGURA 2 - Procedimentos Metodológicos



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

2.6. Caracterização do Local do Estudo

O recorte desta pesquisa, em termos de tempo e espaço, se deu em Belo Horizonte, capital do estado de Minas de Gerais, mais especificamente no bairro de Santa Tereza.

A escolha da cidade para a realização deste estudo se deu pelo motivo de que o pequeno empreendedorismo local e familiar de bares na cidade se mostra como um fenômeno significativo, uma vez que Belo Horizonte é nacionalmente reconhecida como a capital dos botecos; título este que atribui à cidade, consequentes reflexos na geração de empregos, turismo, captação de recursos, entre outros (PBH, 2017).

Famosa pela sua grande oferta de bares e opções para a vida noturna, a capital de Minas Gerais possui o maior número de bares por habitantes em todo Brasil, uma proporção de um bar a cada 265 habitantes. Um estudo realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte, com base nos seus dados do registro de atividades econômicas e estruturados também no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas, do IBGE, contabilizou mais de 9,5 mil estabelecimentos cadastrados no ano de 2017; uma média de 28 bares a cada quilômetro quadrado, considerando a área total de limite do município, que é de 332 Km² (PBH, 2017).

Em 2019, a capital recebeu o título da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) de Cidade Criativa na área da Gastronomia. A Rede é uma articulação mundial de cidades, reconhecidas pela criatividade como um fator estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável (UNESCO, 2019). O título de Cidade Criativa é um reconhecimento mundial da cultura gastronômica da cidade, que impulsiona o seu crescimento e continuidade. Além disso, o título pode fomentar a articulação entre os diversos agentes deste cenário cultural como o poder público, empresários, instituições de ensino, sindicatos, etc. (PBH, 2019).

A construção da Cidade de Minas (futuramente Belo Horizonte), que teve sua planta aprovada em 1895, foi dividida em zonas urbana, suburbana e rural, e teve a contribuição marcante do trabalho de imigrantes europeus, vindos através do incentivo do governo do Estado (ARRAIS, 2009; TICLE, 2016).

A Colônia suburbana Ribeirão da Matta, ou Córrego da Matta, posteriormente chamada Américo Werneck, estabeleceu-se em 1898 na região leste da cidade e foi povoada por imigrantes do norte da Itália, alemães e portugueses insulares, agricultores de profissão, laboriosos e morigerados, acompanhados das respectivas famílias. A emancipação da Colônia como zona suburbana da capital se deu em 1912, sendo que a sua ocupação daria origem, mais tarde, aos bairros da Graça, Horto, Floresta, Sagrada Família e Santa Tereza (BAGGIO, 2005; ARRAIS, 2009; TICLE, 2016).

O bairro de Santa Tereza recebeu esse nome no ano de 1928 e teve como inspiração e analogia o homônimo bairro da cidade do Rio de Janeiro (RJ). A Praça Duque de Caxias, inaugurada em 1937, carrega em seu nome o caráter militar da formação do bairro, e desde a sua construção exerce um papel de centralidade para o local, tanto antigamente como ainda nos dias de hoje (BAGGIO, 2005; TICLE, 2016).

No rumo do processo de expansão urbana da cidade de Belo Horizonte, Santa Tereza recebeu nas décadas de 40 e 50 uma enorme oferta de lotes e aberturas de ruas, intensificando o número de habitantes, comércios e veículos pelo bairro. Mais tarde, na década de 90 o bairro ganha importantes obras de infraestrutura, como o viaduto Santa Tereza, a estação de metrô e a canalização do rio Arrudas. (BAGGIO, 2005).

estão espalhados pelas ruas do bairro, com destaque para a rua Mármore, que ao longo dos seus 1000 metros de extensão conta com pelo menos 28 deles, e para o Bar do Orlando, localizado há 100 anos em uma charmosa pracinha da Rua Alvinópolis às margens da linha férrea onde hoje atende ao metrô.

A longa e tradicional história de um bairro é concebida por diversos acontecimentos e pessoas, assim, Santa Tereza é um local com inúmeras particularidades a serem exploradas e apreciadas por seus admiradores (TICLE, 2016).

Neste sentido compreende-se a importante contribuição do bairro de Santa Tereza para com o destaque da cidade de Belo Horizonte em termos culturais e de boemia, conferindo a relevância do local do estudo.

2.7. Participantes da Pesquisa

Os participantes desta pesquisa foram os donos, sócios ou responsáveis legais de micro ou pequenas empresas, atuantes no segmento de bares e restaurantes que estivessem estabelecidos na área urbana do bairro Santa Tereza / Belo Horizonte (MG).

Sabe-se que em março de 2016 o bairro de Santa Tereza dispunha de 70 estabelecimentos deste tipo (TICLE, 2016). Portanto, mesmo que se tratando de um estudo qualitativo e exploratório, para garantir uma precisão minimamente aceitável dos dados obtidos, fez-se o cálculo amostral considerando um nível de confiança de 90% e erro amostral de 10%; assim, o tamanho da amostra que compôs este estudo foi de 35 estabelecimentos (CÁLCULO AMOSTRAL, 2018).

2.8. Aspectos Éticos

A proposta do projeto de pesquisa que originou esta dissertação teve a sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, de acordo com o parecer nº 3.204.935.

Convidou-se os empreendedores de bares do bairro de Santa Tereza à sua participação, sendo apresentado à estes os objetivos do estudo, os aspectos éticos envolvidos e os procedimentos de coleta de dados. Realizou-se as entrevistas e observações após os pesquisados assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com base nos requisitos estipulados pela Resolução CNS 466/2012.

3. ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação foi organizada em capítulos, onde em cada um deles se desenvolveu um objetivo específico. Sendo assim, o Capítulo II contextualiza o cenário das políticas públicas brasileiras que incidem ao universo das micro e pequenas empresas; já o Capítulo III relaciona a contribuição do trabalho de micro e pequeno empreendedores para com a imagem cultural e imaterial atribuída ao bairro de Santa Tereza, bem como à cidade de Belo Horizonte. O Capítulo IV apresenta uma discussão do que se entende por motivação empreendedora e propõe um novo olhar à este fenômeno; e no Capítulo 5 fez-se uma análise do que representa para o indivíduo empreendedor, a situação de uma empresa familiar.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo I. C. Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP. Editora Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. A Dialética Do Trabalho. Escritos De Marx E Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ARRAIS, C. A. Belo Horizonte, a La Plata brasileira: entre a política e o urbanismo moderno. Goiânia, Revista UFG, Junho 2009, Ano XI, nº 6.

BAGGIO, U. C. A luminosidade do lugar - circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte: apropriação e territorialidade no bairro de Santa Tereza. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRASIL. Portal Lei Geral. Disponível em <<http://www.leigeral.com.br/legislacao/federal>> Acesso em: 02 de setembro de 2019.

CÁLCULO AMOSTRAL. Disponível em <<https://bit.ly/2T7xXiR>> Acesso em 13 de novembro de 2018.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Ensaios de sociologia do mercado de trabalho brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

COLLI, J. M. O salário por peça e sua reposição nas novas formas de trabalho à feição. Departamento de Sociologia, Periódicos UNESP - FCL, São Paulo, 1998.

COLLI, J. M. A trama da terceirização: um Estudo do Trabalho no Ramo da Tecelegem. Editora Unicamp. Campinas, 2000.

GEM, Global Entrepreneurship Monitor. Empreendedorismo no Brasil. Disponível em <encurtador.com.br/mCEK1> Acesso em 14 de novembro de 2019.

GIL, Antônio C.; Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GÓES, L. Bairro de Santa Tereza: memória histórica nos 100 anos de Belo Horizonte. Editora Luís Góes, Belo Horizonte, 2003.

HELDER, R. R. Como fazer análise documental. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

IBGE. PNAD Contínua - Mercado informal 2019. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=19757&t=destaques>> Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

KREIN, José D.; PRONI, Marcelo W. Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. 1v. (Série Trabalho Decente no Brasil ; Documento de trabalho n.4). Brasília, DF. OIT, 2010.

MINAYO, Maria C. S.; Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PBH. Mapa dos botecos. Disponível em <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/bh-em-pauta-conheca-o-mapa-dos-botecos-de-bh>>. Acesso em 10 de junho de 2018.

PBH. Belo Horizonte Cidade Criativa da Unesco. Disponível em <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/belo-horizonte-recebe-titulo-de-cidade-criativa-da-unesco-pela-gastronomia>> Acesso em 13 de janeiro de 2020.

PBH. Mapa online da cidade. Disponível em <<http://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/idebhgeo#zoom=6&lat=7797497.07416&lon=612609.43475&baselayer=base>> Acesso em 14 de novembro de 2019.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA C. D.; GUINDANI J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Ano I, Número I - Julho de 2009.

SEBRAE. MPEs na Economia Brasileira. Disponível em <encurtador.com.br/fDQT4> Acesso em 20 de novembro de 2019.

SEBRAE. Sobrevivência das Empresas. Disponível em <<https://datasebrae.com.br/sobrevivencia-das-empresas/#taxa>> Acesso em 20 de novembro de 2019.

SERASA. Disponível em <<https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/brasil-contabiliza-5-milhoes-de-micro-e-pequenas-empresas-no-vermelho>> Acesso em 20 de novembro de 2019.

TAVARES, Maria Augusta. O empreendedorismo à luz da tradição marxista. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, RJ. 1o Semestre de 2018 - n. 41, v. 16, p. 107 – 121.

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. Revista Outubro, N. 7, 2002.

TICLE, Maria. L. S.; O nó entre o espaço e o tempo em Santa Tereza: os bares na paisagem boêmia em um bairro de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/ MG, 2016.

TOLEDO, Luciano Augusto; SHIAISHI, Guilherme de Farias. Estudo de caso em pesquisas exploratórias qualitativas: um ensaio para a proposta de protocolo do estudo de caso. Rev. FAE, Curitiba, v.12, n.1, p.103-119, jan./jun. 2009

UNESCO. Creative cities. Disponível em <<https://en.unesco.org/creative-cities/>> Acesso em 13 de janeiro de 2020.

WISNER, Alain. A inteligência no trabalho. Editora Fundacentro, 1994.

YIN, R. K. Estudo de caso : planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CAPÍTULO II – O MICRO E PEQUENO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO DAS LEGISLAÇÕES BRASILEIRAS A PARTIR DE 1988.

RESUMO

No Brasil, registram-se grandes esforços no incentivo ao empreendedorismo de micro e pequeno porte. Tais estratégias demonstram o interesse do Estado em combater o desemprego e a informalidade por meio de micro unidades produtivas. Assim, este artigo teve por objetivo descrever e contextualizar o fenômeno do micro e pequeno empreendedorismo a partir da formulação de políticas públicas no Brasil. Observa-se que o movimento pela valorização das pequenas empresas nacionais tem como marcos a inclusão dos artigos 170 e 179 na Constituição Federal de 1988, e as criações da Lei Geral das MPEs e da LC 128 que criou o MEI. Portanto, conclui-se que mesmo em diferentes níveis de interesse, o Estado brasileiro manteve a sua atuação no incentivo ao empreendedorismo de micro e pequeno porte. Contudo, discute-se que a dissimulação da informalidade por meio de pequenos negócios esconde o caráter de precarização do trabalho que este fenômeno comporta.

PALAVRAS-CHAVE: empreendedorismo, micro e pequenas empresas, trabalho informal.

ABSTRACT

In Brazil, great efforts are being made to encourage micro and small scale entrepreneurship. Such strategies demonstrate the State's interest in fighting unemployment and informality through micro-productive units. Thus, this article aimed at describing and contextualizing the phenomenon of micro and small entrepreneurship through the formulation of public policies in Brazil. It is noted that the movement for the valorization of small national companies is marked by the inclusion of articles 170 and 179 in the 1988 Federal Constitution, and by the creations of the General Law of MPEs and LC 128 that created the MEI. Therefore, it is concluded that even at different levels of interest, the Brazilian State has maintained its performance in encouraging micro and small-sized entrepreneurship. However, it is discussed that the concealment of informality through small businesses hides the precarious nature of the work that this phenomenon entails.

KEY-WORDS: entrepreneurship, micro and small enterprises, informal work.

1. INTRODUÇÃO

A partir do modo de produção capitalista, o trabalho é ressignificado como meio de subsistência do trabalhador, alienado do processo de produção. Assim, o trabalho transforma-se em mercadoria e passa a ter grande conotação econômica e de produção de mais valia (ALBORNOZ, 1986; SILVA, 2014).

No cenário capitalista, o Brasil (assim como o México e a Coréia) é considerado um país subordinado de industrialização intermediária, onde, a partir do desemprego estrutural e da desestruturação do Estado de Bem-Estar, o trabalhador é obrigado a buscar condições adversas de trabalho, tendo como consequência a expansão do trabalho precarizado, temporário, informal, etc. Nesta posição semiperiférica, o trabalho informal é uma realidade, que dá base para um pequeno mercado formal (POCHMANN, 2001; ANTUNES, 2009; KREIN; PRONI, 2010).

No Brasil, o conceito de informalidade adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é impreciso tanto na composição do que se entende como setor informal, tanto no que diz respeito à constituição formal da unidade produtiva e/ou do trabalhador. Assim, entende-se que as pesquisas brasileiras sobre informalidade (Ecinf e PNAD) possivelmente apresentem limitações no que diz respeito à abrangência dos fenômenos existentes (CARDOSO, 2013).

A Pesquisa de Economia Informal Urbana (Ecinf), realizada pelo Instituto, dispõe que o substrato da informalidade se refere ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica e não ao trabalhador individual ou à ocupação por ele exercida, e com isso, delimita o setor informal como aquelas:

[...] unidades que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas e também pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção. O estatuto da legalidade, ou não, da unidade econômica não serve de critério para a definição de informal (IBGE, 2003, p.15).

Ao operacionalizar este conceito de informalidade, o IBGE dispõe que o setor informal é constituído por todas as unidades econômicas de propriedade dos trabalhadores por conta própria e pequenos empregadores com até cinco empregados, ocupados em atividades não agrícolas e moradores de áreas urbanas (Op. cit.).

Como a última Ecinf fora veiculada em 2003, atualmente é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) investiga a informalidade no Brasil. Nota-se que a PNAD deixou de adotar o termo “informal” ou “informalidade”, e passou a verificar a relação do trabalhador com a unidade produtiva, avaliando assim a sua “posição de ocupação”. De acordo com as possíveis posições de ocupação postas e descritas pela PNAD, entende-se que o setor informal ainda é composto pelos trabalhadores por conta própria, pequenos empregadores e outros trabalhadores sem carteira (IBGE, 2018).

Deste modo, percebe-se que não há um consenso conceitual nas áreas econômicas do país sobre o que se trata a informalidade, e ainda, que o tema vem sendo negligenciado em termos de definição e verificação da população atingida, fato que coloca a prova a eficiência das suas medidas de enfrentamento.

No centro deste contexto, encontra-se o amplo incentivo do Estado em formalizar e viabilizar o empreendedorismo, mais especificamente de empresas de micro e pequeno porte. No Brasil, a formalização de uma empresa acontece desde 1964, a princípio, por meio do Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) e posteriormente pelo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) (1998). As Micro e Pequenas Empresas (MPEs) nacionais ganharam maior visibilidade a partir dos anos 80, tendo como marcos a inclusão dos artigos 170 e 179 na Constituição Federal (1988), e a criação das legislações nacionais, da MPE² em 2006 e do MEI³ em 2008 (BRASIL, 2014; SEBRAE, 2017).

Alguns dados sobre desemprego e abertura de MPEs evidenciam esta relação. No primeiro trimestre de 2019, a taxa de desemprego no Brasil foi de 12,5%, atingindo 13,2 milhões de pessoas; em contrapartida, o número de Microempreendedores Individuais (MEIs), neste mesmo período, atingiu a marca de 8,1 milhões (IBGE, 2019). Segundo o

² De acordo com a legislação brasileira, pode ser considerada Microempresa a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, devidamente registrados nos órgãos competentes, que aufera em cada ano calendário, a receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00. A Empresa será enquadrada como de Pequeno Porte quando a sociedade tiver receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (PEGN, 2018).

³ O Microempreendedor Individual é a pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário optante pelo Simples Nacional, com receita bruta anual de até R\$ 81.000,00; podendo possuir um único empregado e não ser sócio ou titular de outra empresa (PEGN, 2018).

Portal do Empreendedor do Governo Federal o registro de MEIs no Brasil cresceu mais de 120% nos últimos 05 anos (IBGE, 2019; Portal MEI, 2019).

Na medida em que se dissemina, este fenômeno (informalidade x empreendedorismo) vem ganhando novos significados e abordagens. Uma visão negativa do mercado informal aponta para a mudança estrutural do mercado de trabalho, conseqüente das crises do capitalismo (FERREIRA, 2007). Já uma visão mais positiva, pautada no empreendedorismo, e mundialmente propagada, aponta a informalidade como uma alternativa atrativa de trabalho, e conduz o trabalhador a crer que pode ser sócio do capital, e com isso, ter a chance de mudar de classe social (LOPES, 1996; TAVARES, 2018).

Portanto, apoia-se a perspectiva de que o empreendedorismo, mais especificamente de micro e pequeno porte, mesmo quando exercido por meio de uma empresa possuidora de um CNPJ, contribuinte fiscal e tributária, tal como possibilita a legislação brasileira, acaba por – em alguns casos – dissimular a informalidade presente neste fenômeno, pois, muitas das vezes, se trata da alternativa de trabalho encontrada por desempregados do mercado de trabalho formal e/ou também da “nova” estratégia do Capital em obter força trabalho, por meio de uma relação de compra e venda de mercadorias, entre a pequena e a grande empresa (TAVARES, 2018).

Entretanto, deve-se recusar a ideia de que o trabalho informal se restringe às atividades de sobrevivência. As motivações empreendedoras, de acordo com a classificação do Global Entrepreneurship Monitor (GEM), apresentam duas categorias: empreendedor por (1) oportunidade e por (2) necessidade. Os empreendedores por oportunidade são aqueles que iniciaram o negócio principalmente pelo fato de terem identificado uma oportunidade de negócio viável a ser concretizada no ambiente em que atuam. Já os empreendedores por necessidade são aqueles em que a criação do negócio foi efetivada pela falta de outras possibilidades para geração de renda e de ocupação. O Relatório Executivo de Empreendedorismo no Brasil, organizado pelo GEM, apontou que no ano de 2018, dentre os empreendedores iniciais⁴, a proporção de empreendedores que se

⁴A taxa de empreendedorismo inicial engloba os indivíduos envolvidos com uma atividade empreendedora em estágio nascente ou com um empreendimento novo, ou seja, por um período superior a três meses e inferior a 42 meses (GEM, 2019).

afirmaram por oportunidade e por necessidade, foi respectivamente de 62% e 38% (GEM, 2018; TAVARES, 2018).

Conforme dados do GEM, a taxa de empreendedorismo total⁵ no Brasil foi de 38% no ano de 2018, ou seja, dois em cada cinco brasileiros adultos, eram empreendedores na data da pesquisa. Sendo este percentual, o segundo maior registrado em toda a série histórica do GEM Brasil (19 anos), ficando abaixo apenas do registrado em 2015, que foi de 39% (GEM, 2018).

O empreendedorismo especificamente de micro e pequenas empresas, é fenômeno significativo para o Brasil, e se encontra em expansão. De acordo com o SEBRAE, somente no ano de 2017, as MPEs e MEIs somaram um total de 12,2 milhões, o que representou um aumento de 26% na abertura e formalização de micro e pequenas empresas, em relação ao ano anterior (SEBRAE, 2017).

Um dos aspectos mais relevantes para a caracterização do micro e pequeno empreendedorismo brasileiro é a sua capacidade de geração de auto ocupação. Estima-se que no país, mais de 80% dos empreendedores em estágio inicial, não possuem empregados, ou seja, desenvolvem a atividade empreendedora com objetivos de alcançar as condições materiais necessárias para si próprio e família ou a auto ocupação (GEM, 2019).

Portanto, levando em consideração o cenário do micro e pequeno empreendedorismo no Brasil, indaga-se: Como as legislações relativas ao empreendedorismo atuam no incentivo e expansão deste fenômeno? Com o objetivo de atender a esta questão, esta pesquisa visa descrever e contextualizar o fenômeno do micro e pequeno empreendedorismo a partir da formulação e implementação de legislações nacionais. Para tanto, neste estudo, de cunho descritivo, buscou-se identificar as leis, políticas públicas, conceitos e práticas do Estado e dos diversos órgãos reguladores e apoiadores que incidem ao cenário do micro e pequeno empreendedorismo no Brasil.

Utilizou-se como procedimento de coleta de dados a pesquisa documental, que caracteriza-se pela busca de informações em fontes primárias, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor (SÁ-SILVA, 2009, *apud* HELDER, 2006:1-2).

⁵ A taxa de empreendedorismo total (TTE) medida pelo Global Entrepreneurship Monitor engloba os indivíduos envolvidos com uma atividade empreendedora (GEM, 2019).

Assim, realizou-se uma investigação acerca das legislações, estatutos sindicais e políticas públicas, de âmbito nacional, pertinentes ao fenômeno do micro e pequeno empreendedorismo, nos sites e portais online do Planalto Federal, Senado, Portal Lei Geral, GEM, IBGE, SEBRAE e Portal do Empreendedor, implantadas no período de outubro de 1988 a junho de 2019.

Diante da investigação realizada nos sites e portais citados a cima, identificou-se 82 legislações nacionais relacionadas ao empreendedorismo no Brasil. Sob o critério de relevância dessas legislações e políticas públicas para com o objetivo deste estudo, selecionou-se 31 que compõem os resultados e discussões; sendo que estas foram organizadas por ordem cronológica, e também pelo período político em que ocorreram.

2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O EMPREENDEDORISMO

De acordo com Secchi (2013, p. 2), – em uma abordagem multicêntrica – a política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, “[...] e o estabelecimento desta se trata da resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.” Parente (2017) compactua do conceito colocado por Jobert e Müller (1990) de que a política pública é conceituada como o Estado em ação. Este conceito abstrato se materializa na forma de “programas públicos, projetos, leis, [...] subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais [...]” (SECCHI, 2013, p. 2).

Portanto, se a política pública é a ação do Estado, diante da centralidade atual do Estado, compreendemos que este possui privilégios na criação desta. Neste sentido, aponta-se uma distinção, baseada na intencionalidade, entre políticas públicas e políticas de governo. As políticas de governo possuem conotação de política de um grupo político, em um mandato eletivo. São aquelas elaboradas e estabelecidas por atores governamentais. Já as políticas públicas, ou de Estado, possuem uma perspectiva para além das políticas governamentais, [...] “significando aquela política de longo prazo, voltada ao interesse geral da população e independente dos ciclos eleitorais” (SECCHI, 2013, p. 6).

No que se refere às políticas públicas voltadas ao empreendedorismo, nas economias classificadas como economias empreendedoras, o Estado tem o papel de criar e disponibilizar políticas de estímulo ao desenvolvimento dos negócios (THURIK; 2008).

No Brasil, a inclusão dos artigos nº 170 e nº 179 na Constituição Federal de 1988, contidos no Título VII, da Ordem Econômica e Financeira, no Capítulo I – Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, referenciam o fortalecimento dos movimentos pela valorização das micro e pequenas empresas brasileiras, e dispõem:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na **valorização do trabalho humano e na livre iniciativa**, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I - soberania nacional; II - propriedade privada; III - função social da propriedade; IV - livre concorrência; V - defesa do consumidor; VI - defesa do meio ambiente; VII - redução das desigualdades regionais e sociais; VIII - busca do pleno emprego; IX - tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte. Parágrafo único. É assegurado a todos o **livre exercício de qualquer atividade econômica**, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei (BRASIL, 1988).

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, **tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas**, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei (Op. cit).

Cunha e Esteves (2016) enfatizam a indireta intervenção estatal no domínio econômico, visto que o tratamento favorecido, objetivo da Ordem Econômica e Financeira, refere-se a uma norma de competência⁶ constitucional.

Tal respaldo constitucional demonstra o reconhecimento do Estado perante as desigualdades entre os agentes econômicos, e também da importância do empreendedorismo de micro e pequeno porte em diversos aspectos econômicos e sociais do país (geração de emprego, alternativa ao desemprego, arrecadação de impostos, etc.). Sendo assim, por meio das normas de competência, o Estado busca atuar como tutor dos micro e pequenos empresários, a fim de assegurar, incentivar e garantir a sua existência e permanência no mercado (ZANLUCHI; BASSOLI, 2006).

⁶ Normas de competência podem ser entendidas como regras de conduta (imperativas ou permissivas). Elas possuem enorme importância no discurso normativo, e ocupam posição central no funcionamento de qualquer sistema jurídico moderno (FOLLADOR, 2013).

Neste sentido, Karkache ressalta que a importância do incentivo para essas organizações, transcendem o campo da economia, visto que as MPEs e MEIs:

[...] propiciam alternativa atenuante ao desemprego (e problemas deles decorrentes); democratizam o capital e o domínio da tecnologia; auxiliam na descentralização da economia, propiciando novas oportunidades de desenvolvimento às regiões menos favorecidas; constituem instrumento de afirmação de soberania econômica, com influências nas relações internacionais e frente ao processo de globalização da economia. (KARKACHE, 2009, p. 33-34).

No Brasil, o incentivo ao empreendedorismo se fortaleceu a partir dos anos 80, representando “a ação do Estado” diante de diversas questões e estratégias econômicas e sociais da sociedade contemporânea, tais como: a política do neoliberalismo, com a proposta de uma economia livre e um Estado menos interventor; a crise⁷ econômica e política, que resulta no aumento das taxas de desemprego no país; além do fato de que a formalização de MEIs e MPEs permite a arrecadação de impostos sobre a atividade, bem como a contribuição previdenciária e geração de emprego formal (GEM, 2018; SEBRAE, 2017; DOLABELA, 2006).

Portanto, entende-se que as políticas brasileiras, relacionadas ao empreendedorismo, se aproximam das características de políticas governamentais, e por este motivo, apresentaremos os resultados e discussões desta pesquisa no formato de linha do tempo, apontando os respectivos Governos Federais vigentes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Das 31 políticas públicas nacionais relacionadas ao empreendedorismo no Brasil no decurso histórico de 1980 a 2019, duas delas contextualizam o cenário anterior à constituição brasileira, ainda no período da ditadura militar; três ocorreram no período chamado de Nova República (José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco, 1985 – 1995); três no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2003); dez no governo

⁷ O Brasil vive uma complexa conjuntura econômica e política. Do ponto de vista econômico, tem-se uma crise capitalista mundial, ou uma crise orgânica e geral do capitalismo, cujo marco foi em 2008. Os impactos de tal crise manifestam-se de forma diferenciada em termos geográficos e temporais; no entanto, é inegável que, no último período, houve um impacto com força na América Latina e no Brasil, em movimentos estruturais que abalaram as bases sociais da própria reprodução política. No plano político, o destaque fica com o impeachment da presidenta eleita Dilma Roussef, ocorrido em 31/08/2016 (MANCIBO, 2017, p. 876).

Lula (2003 - 2011); nove no governo de Dilma Rouseff (2011 - 2016); duas no governo Temer (2016 - 2018) e duas até o mês de junho de 2019, primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro.

A organização dos dados encontrados em tópicos referentes aos governos vigentes possui como finalidade a compreensão do que estes fizeram ou fazem em relação aos MEIs e MPEs; e ainda, no que implicou a implantação destas políticas para o universo das micro e pequenas empresas brasileiras.

Sendo assim, esta pesquisa não pretende aprofundar e/ou esgotar as discussões acerca dos governos brasileiros, mas sim, apontar e descrever os movimentos e esforços realizados, ou não, por estes em relação ao micro e pequeno empreendedorismo.

3.1. Movimentos pelas MPEs na era da Constituição Federal.

Anteriormente ao final da ditadura militar, o Brasil já conferia alguns esforços jurídicos e tributários na proteção das micro e pequenas empresas nacionais. O Decreto de Lei nº 1.780, de abril de 1980 previu a isenção de imposto sobre a renda para pequenas empresas, assim como dispensa de obrigações acessórias. Ainda neste sentido, a Lei Federal nº 7.256, de novembro de 1984 instituiu o Estatuto da Microempresa, prevendo um tratamento jurídico diferenciado além de benefícios tributários. Posteriormente, a Lei do Estatuto da Microempresa foi recepcionada pelo texto constitucional de 1988 (CUNHA; ESTEVES, 2016).

Chamado de Nova República, o governo sucessor da ditadura militar no Brasil é marcado pelo liberalismo econômico. Em relação ao mundo do trabalho, este período é caracterizado pelo início da desestruturação do assalariamento formal, ou seja, pela informalização das ocupações; entendida como a ampliação das formas precárias de inserção no mercado de trabalho brasileiro, a exemplo do emprego sem carteira assinada e do trabalho por conta própria (POCHMANN, 1999; OLIVEIRA, 1998).

Em 05 de outubro de 1998 foi promulgada a Constituição Federal. O texto, que tornava o Brasil um Estado democrático, concedeu o tratamento favorecido para as MPEs, no Capítulo I (Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica), por meio dos artigos 170 e 179; tal iniciativa é considerada como marco do movimento pela valorização das MPEs brasileiras (BRASIL, 2019).

O Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (CEBRAE), fundado em 1972, surgiu como um sistema de apoio gerencial as micro e pequenas empresas. A instituição possuía natureza de pessoa jurídica de direito privado, apesar de ter como um dos sócios fundadores o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, atual BNDES, e estar ligado à Administração Pública Federal (CUNHA; ESTEVES, 2016; SEBRAE, 2019).

No ano de 1990, por meio da Lei Federal nº 8.029, durante o governo de Fernando Collor, o CEBRAE é desvinculado da administração pública e transformado em serviço social autônomo, com o atual nome de Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Na prática, a principal mudança ocorrida entre CEBRAE e SEBRAE foi na captação de recursos da instituição – que permaneceu privada e sem fins lucrativos – que passou a ser mantida, principalmente, por repasses das maiores empresas do país, de acordo com o valor de suas folhas de pagamento. Desde a sua fundação até os dias atuais, o SEBRAE atua na capacitação e orientação de micro e pequenos empreendedores. Presente nas 27 Unidades da Federação, a instituição é recomendada por órgãos federais e estaduais, como Junta Comercial, Portal do MEI, entre outros (SEBRAE, 2019).

Ainda durante o governo de Itamar Franco, em 1994, foi promulgada a Lei Federal 8.864 do novo Estatuto criado para as Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, que definia o conceito de ambas, e assegurava um tratamento diferenciado e favorecido.

3.2. A regulamentação dos artigos 170 e 179 da Constituição de 1988.

Os artigos 170 e 179 da Constituição Federal, assim como outros dispositivos do texto, demandam regulamentação por lei ordinária ou complementar. Entretanto, somente depois de passados oito anos da promulgação da lei fundamental e suprema do Brasil, a primeira iniciativa para a regulamentação dos artigos 170 e 179 da Constituição Federal se deu pela promulgação da Lei 9.317, de outubro de 1996, que cria o SIMPLES Federal. O SIMPLES, no discurso governamental da época, visava descomplicar o recolhimento de tributos e contribuições federais por meio do pagamento, em um único documento, de vários tributos federais e, mediante convênio, abranger a parcela devida aos Estados e Municípios. Na prática, poucos Estados aderiram ao SIMPLES Federal, resultando em 27 tratamentos tributários diferentes em todo o Brasil (BRASIL, 2019).

De acordo com Paes (2014), o regime tributário do SIMPLES, adotado pelo Brasil, exige que o país faça renúncias fiscais (dispensa do pagamento de tributos) com a justificativa de ser uma medida favorável e de redução de desvantagens às micro e pequenas empresas. Em contrapartida, desde que fora criado, a arrecadação do SIMPLES cresceu a taxas muito superiores a de todos os demais tributos, ou seja, as empresas optantes por tal regime mostram melhor desempenho do ponto de vista da arrecadação de tributos.

Em 1998, a partir da promulgação da Instrução Normativa de Pessoa Jurídica, a SRF nº 27/1998 foi criado o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), conjunto de informações cadastrais de pessoas jurídicas, para fins fiscais. Tal Instrução Normativa, considerada uma evolução do até então vigente Cadastro Geral de Contribuintes (CGC), unificou os procedimentos cadastrais das empresas, que antes eram feitos separadamente nos Estados, Municípios, Distrito Federal e União, facilitando assim a pesquisa e controle pela administração tributária dessas esferas governamentais. Este movimento, considerado um avanço para o poder público, além de desburocratizar o cadastro e acesso aos dados das empresas nacionais, facilitou a fiscalização do pagamento de impostos de empresas de todos os portes e instituiu maiores punições para àquelas que não cumprissem as exigências fiscais previstas em lei, ou seja, pode-se dizer que se tratou de uma medida que permitiu o maior controle e aumento da arrecadação de impostos sob as atividades econômicas (RECEITA FEDERAL, 2019).

Outra iniciativa importante na regulamentação dos artigos 170 e 179 da Constituição Federal ocorreu em 1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso. A aprovação da Lei 9.841 de 1999, que trata do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituiu benefícios administrativos, trabalhistas, de crédito e de desenvolvimento empresarial. Contudo, a lei ordinária federal, que criara o Estatuto, não obtinha poder legislativo sobre Estados e Municípios, a ampliação da sua esfera de atuação viria mais tarde, em 2006 por meio da Lei Complementar 123, que manteve o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte e ampliou a sua abrangência para âmbito federal, estadual e municipal, fato que tornava mais próximo o almejado ambiente favorável para os negócios dessa natureza (LEI GERAL, 2019).

3.3. O incentivo às MPEs na era Lula.

As crises do modelo econômico neoliberal, proposto no Brasil desde a queda da ditadura militar, bem como a sintonia com o sentimento popular e o apoio da mídia, levaram o operário e sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva a vencer as eleições para a presidência da República em 2002. As políticas públicas direcionadas ao empreendedorismo de micro e pequeno porte, alcançadas durante este período, foram expostas pelo governo como uma das estratégias do Estado para o enfrentamento da questão do desemprego e do combate às relações informais e ilegais de trabalho. Acredita-se que o Estado estabeleceu uma articulação na implantação de uma política econômica que levasse em consideração a questão tributária e permitisse o recolhimento de impostos das micro unidades econômicas, conjuntamente com uma política social, que atacasse a questão do desemprego e da informalidade por meio da formalização de MPEs (RUBIM, 2003; PEREIRA, 2012).

Em 2003, a promulgação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 42, a partir de mobilizações do próprio SEBRAE e suas unidades estaduais, possibilitou a criação de um texto para a Lei Complementar que regulamentasse tratamento tributário diferenciado, simplificado e favorecido para as MPEs.

Em junho de 2005, a Frente Empresarial pela Lei Geral, composta pelo SEBRAE e diversas outras instituições, como as Confederações Nacionais da Indústria e do Comércio, realizou a marcha a Brasília. Na ocasião, a proposta da Lei Geral foi oficialmente entregue aos presidentes da República, do Senado e da Câmara dos Deputados, sendo tramitada oficialmente no Congresso Nacional a partir de dezembro daquele mesmo ano. Com menos de um ano, o texto foi tramitado e aprovado. A Lei Complementar 123, popularmente conhecida como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, foi assinada pelo presidente da república em dezembro de 2006 e passou a vigorar imediatamente, com exceção do SIMPLES Nacional. O capítulo tributário da lei, que substituiu o SIMPLES Federal, ficou para julho do ano seguinte, e teve o seu Comitê Gestor (CGSN) regulamentado através do decreto 6038/2007.

A Lei Geral pode ser considerada como um grande marco, em termos de políticas públicas, no incentivo ao empreendedorismo de micro e pequeno porte no país. Sustenta-se que a ênfase dada a esta questão demonstra o interesse do Estado em aumentar a participação dos pequenos negócios na economia nacional devido ao seu

potencial de diminuir – ou pelo menos dissimular – a informalidade, gerar emprego, ocupação e renda, além de aumentar a arrecadação de impostos de pessoas jurídicas. Além disso, na visão do SEBRAE, o tratamento favorecido previsto na Lei Geral teve por objetivo fomentar o desenvolvimento e a competitividade da micro e pequena empresa e do microempreendedor individual (SEBRAE, 2016).

Os anos posteriores foram marcados por melhorias e regulamentações na Lei Geral. A Lei Complementar 127/2007 instituiu a possibilidade de determinadas empresas do setor de serviços recolherem os tributos na forma do Simples Nacional. O Decreto de Lei 6204/2007 regulamentou o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as MPEs nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal. A Lei 11.598/2007 estabeleceu diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, e cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM. Todos estes movimentos demonstram o aperfeiçoamento da Lei Geral, que claramente buscou diferenciar o tratamento às MPEs, incentivando a sua existência e crescimento, com o objetivo de ampliar a arrecadação de impostos por meio da simplificação do sistema de recolhimento, bem como o de gerar emprego e renda por meio da formalização de unidades produtivas.

Outro grande marco do empreendedorismo brasileiro foi a criação do Microempreendedor Individual, popularmente conhecido como MEI. A Lei Complementar 128/2008 possibilitou a formalização de trabalhadores autônomos, por conta própria e pequenos empregadores por meio de uma entidade jurídica, ou seja, uma microempresa individual. Atualmente, o MEI pode faturar até 81 mil reais por ano e empregar até uma pessoa sob a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), além disso, os microempreendedores individuais possuem simplificados processos de abertura e fechamento da “empresa” e de declaração e pagamento de impostos (BRASIL, 2019). Entende-se que o MEI representa uma categoria de trabalhadores que vivem da exploração do próprio trabalho, tais como vendedores, doceiros, manicures, cabeleireiros, eletricitistas, etc., assim, o indivíduo MEI passa a ser um empreendedor de si mesmo, pois, na maioria das vezes, é ofertado apenas a própria força de trabalho em troca de pagamento. Toda essa conjuntura evidencia uma estratégia do Estado em trazer

para o campo da formalidade situações que caracterizam o trabalho informal, e assim, dissimular a carência de empregos formais, e a sua ineficiência diante deste contexto.

A grande procura pela formalização da exploração do próprio trabalho por meio do MEI é um indicativo que compõe esta discussão, pois evidencia a amplitude com que o trabalho informal estava sendo praticado na economia brasileira desde aquela época até nos dias atuais. Nos cinco primeiros meses de vigor da LC 128, foram cadastrados mais de 49 mil MEIs em todo o país; em 2019, este número chegou a oito milhões (BRASIL, 2019).

Na época, o Governo adotara o discurso de que o incentivo ao micro e pequeno empreendedorismo agiria no combate à informalidade, transformando trabalhadores informais em pequenos empresários, e lhes dando acesso a benefícios como cobertura previdenciária. Porém, sabe-se que nem todas as estratégias e intenções dos Governos estão presentes em seus discursos. Os esforços em facilitar a prática do micro empreendedorismo individual refletem, também, o intuito de fazer com que essas unidades produtivas contribuam para a economia nacional por meio do pagamento de impostos (mesmo que de forma simplificada e facilitada), além de deixar a cargo do trabalhador a exploração do próprio trabalho e de outrem. Somado a isso, o Estado também passa a permitir, inclusive a viabilizar, as novas formas de estruturação do Capital, como por exemplo, a externalização da produção e do trabalho, e a terceirização (TAVARES, 2002; OLIVEIRA, 2015).

Em 2009, a Lei Complementar 133 novamente ampliou as atividades dos optantes pelo Simples Nacional, incorporando principalmente as MPEs de produções cinematográficas, audiovisuais, artísticas e culturais, fato que possibilitara a formalização de pequenas produtoras, agências artísticas, companhias de teatro, etc (BRASIL, 2019).

Em 2010, o Projeto de Lei (PLP) 591, que visava a ampliação do limite de receita bruta das MPEs e MEIs, e facilitava os procedimentos de abertura e fechamento dessas empresas, fora apresentado na Câmara dos Deputados, tendo a sua aprovação no ano seguinte, já no governo sucessor, por meio da Lei Complementar 139/2011.

3.4. O incentivo às MPEs no Governo Dilma.

O governo da presidente Dilma Rousseff, eleita no final de 2010 com o apoio decisivo do até então presidente Lula, deu continuidade à estratégia Lulista de elevação do nível de emprego e renda, reiterando o papel das MPEs e MEIs para atingir este objetivo. Assim, de acordo com o Global Entrepreneurship Monitor (GEM), os anos em que o número de micro empresas registrou maiores aumentos foram os de 2012 e 2014, quando as taxas de crescimento de registro e formalização atingiram, respectivamente, 9,13% e 11,47% (GEM, 2019).

No que se trata das políticas públicas alcançadas, o ano de 2011 foi marcado por diversas iniciativas que beneficiaram a existência e crescimento das micro e pequenas empresas no Brasil e dos micro empreendedores individuais. Em julho daquele ano, por meio da Lei 12.441/2011, o Estado passou a permitir que a atividade empresarial pudesse ser exercida por uma só pessoa, com responsabilidade limitada (EIRELI), ou seja, buscou-se reduzir o risco da atividade empresarial, limitando a apropriação do patrimônio pessoal do empreendedor em caso de a empresa contrair dívidas. Outro aspecto que está implícito a esta medida, diz respeito ao entendimento de que a sobrevivência da atividade empresarial não depende somente de um único responsável, mas sim, de toda uma conjuntura econômica e social que a envolve, tais como a força de trabalho, investimentos, mercado internacional, legislações, etc., ou seja, todos os que participam do processo de circulação de riquezas. Sendo assim, acredita-se que o Estado objetivara que com a limitação da responsabilidade do empreendedor, a atividade empresarial se tornaria mais atrativa (BRASIL, 2011; MOSCATINI, 2017).

Em agosto de 2011, a Lei 12.470, originada da MP 529/2011, reduziu de 11% para 5% a contribuição previdenciária do MEI. Tal alíquota, que se mantém até os dias de hoje, fica abaixo dos 7,5% pagos pelos empregados formais sob a CLT. Assim, reforça-se o caráter de exploração do próprio trabalho que denota o micro empreendedorismo individual, fato que demanda do poder público medidas que facilitem a sua existência e cubram as suas desvantagens (BRASIL, 2011, 2020).

Além disso, naquele mesmo ano, a MP 11.110/2011, atualizou a Lei 11.110/2005, ajustando o Programa de Microcrédito Crescer, que na prática, autorizou os bancos públicos a oferecerem financiamentos com juros diferenciados e concedeu subvenção

econômica às instituições financeiras. Já a Lei Complementar 139 reajustou em 50% os tetos de receita bruta anual para os optantes do SIMPLES Nacional, possibilitou o parcelamento das dívidas tributárias em até 60 meses e simplificou o processo de abertura, registro, alteração e baixa do MEI. (BRASIL, 2011).

Nota-se que estas medidas estimulam os investimentos e objetivam o crescimento das MPEs e MEIs. E assim, possibilitam que empresas em pleno crescimento econômico permaneçam por mais tempo no enquadramento de micro ou pequena, e com isso, mantenham o usufruto dos benefícios fiscais e tributários auferidos aos negócios dessa natureza. Assim, no discurso do Estado, o país estaria não só incentivando a existência de micro e pequenas empresas, como também tornando o ambiente econômico, fiscal e tributário mais favorável ao seu crescimento. Contudo, critica-se o fato de que tais medidas não sejam suficientes para o enfrentamento do desemprego e da informalidade, pois apesar de as micro e pequenas empresas empregarem grande parte da força de trabalho formal do setor privado, elas são amplamente caracterizadas pelo alto endividamento, baixa capacidade de inovação, e também pelo uso da força de trabalho de familiares (SERASA, 2018; GEM, 2019).

Em março de 2013 foi promulgada a Lei 12.792 onde se regulamentou a criação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE) à qual competia assessorar a Presidente da República, especialmente na formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para o apoio às MPEs e aos MEIs. No ano de 2014, fora sancionada a Lei Complementar Federal 147, resultado da PLP 221/2012. Na prática, a LC 147, passou a permitir a baixa de empresas, mesmo com pendências ou débitos tributários e ampliou os tipos de atividades econômicas optantes pelo SIMPLES. Assim, algumas empresas que antes não poderiam ingressar no regime simplificado, tais como escritórios de advocacia, clínicas médicas e odontológicas ficam autorizadas a optar pelo SIMPLES, fato que incentiva o exercício da atividade de muitos profissionais liberais e autônomos, pelo fato de reduzir a sua carga tributária, além de unificar, cada vez mais, o processo nacional de arrecadação de impostos (BRASIL, 2013, 2014).

Na reforma ministerial de outubro de 2015, foi extinta a SMPE e suas atribuições passaram a integrar as da Secretaria de Governo da Presidência da República, órgão de articulação política do governo com o Congresso Nacional, sem o status de ministério. Considera-se que este movimento reflete a intenção do Governo em ganhar apoio

parlamentar na aprovação dos projetos relativos ao micro e pequeno empreendedorismo no país. Também em 2015, fora aprovado o Decreto 8.538 regulamentando o tratamento diferenciado para as MPEs nas licitações públicas, tratamento que havia se tornado obrigatório em função da Lei Complementar 147/2014. Na prática, o tratamento diferenciado consiste em exclusividade em algumas licitações, extensão de prazos para comprovações fiscais e ajuste de documentações, medidas que condizem com a estratégia de redução das desvantagens dos negócios dessa natureza, facilitando assim a sua existência e participação econômica (BRASIL, 2015).

Em abril de 2016, fora aprovada a Lei Complementar 154, que contribuiu para o aumento da formalização de trabalhadores autônomos, por conta própria e prestadores de serviços cuja atividade de trabalho acontece fora da empresa, como encanadores, pintores, eletricitas, entre outros, passando a permitir ao MEI a utilização da sua residência como sede do seu “estabelecimento”, desde que não fosse indispensável a existência de um local próprio para o exercício da atividade. Discute-se que esta medida dá continuidade à estratégia do Governo em ampliar a formalização de trabalhos informais, neste caso em especial, o de prestadores de serviços, por meio de micro empresas individuais. Basta o fato de que o trabalho não necessita de um local próprio de realização, para que seja evidente a caracterização de uma situação de exploração única da própria força de trabalho, que agora passa a ser contratada sob demanda, de empresa para empresa e por intermédio da emissão e pagamento de uma nota fiscal de prestação de serviços (BRASIL, 2016).

3.5. Os movimentos pelas MPEs após o impeachment de Dilma.

Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (atual MDB), vice-presidente de Dilma Rouseff, tomou posse da presidência da república, após a condenação da então presidente por crime de responsabilidade que sucedeu em seu impeachment em agosto de 2016.

Em março de 2017, por meio do Decreto de Lei 9.004, a SMPE foi transferida da Secretaria de Governo da Presidência da República para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Tornando de responsabilidade da pasta, a formulação de política de apoio à microempresa, à empresa de pequeno porte e ao artesanato, e a articulação e inspeção dos órgãos e entidades envolvidos na integração do registro e legalização de empresas. Neste sentido, a SMPE perde a proximidade com a Secretaria

da Presidência, bem como os esforços de articulação parlamentar com o Congresso, circunstância que retrata um interesse inferior do governo vigente da época para com as MPEs e MEIs, quando comparado com os governos de Lula e Dilma (BRASIL, 2017).

Apesar de aprovada por unanimidade no Plenário da Câmara em outubro de 2016, a Lei Complementar 155, que alterou regras e limites da Lei Geral, que passou a vigorar somente a partir de 01º de janeiro de 2018, aumentou o teto de receita bruta das pequenas empresas para R\$ 4,8 milhões, das micro empresas para R\$ 360 mil e do MEI para R\$ 81 mil. A ampliação do limite de enquadramento no regime tributário simplificado, aparece, mais uma vez, como uma medida moderadora para o crescimento das MPEs, assim, as empresas, mesmo em pleno aumento de faturamento, podem permanecer por mais tempo no SIMPLES, até que este novo teto seja superado, e com isso, continuar a usufruir das suas vantagens e benefícios (BRASIL, 2018).

3.6. As primeiras providências do governo Bolsonaro para com as MPEs.

Eleito em 2018, diante de grande polarização política, o presidente Jair Bolsonaro, adotou em seu discurso eleitoral, um projeto neoliberal para a economia brasileira. Assim, o Brasil passara a lidar, no que diz respeito ao mundo do trabalho, com a privatização acelerada, a viabilização da reestruturação produtiva do Capital, além do enxugamento do estado de bem estar social sintonizado a uma propagação exacerbada do subjetivismo e do individualismo (ANTUNES, 2000).

A Medida Provisória 870, de 1º de janeiro de 2019, que estabeleceu a nova estrutura dos Ministérios do novo governo federal, criou o super Ministério da Economia, integrando as atribuições dos ministérios da Fazenda; do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e do Trabalho. A união das pastas em um superministério centraliza a formulação da política econômica, a gestão do orçamento e a interlocução com o setor produtivo (BRASIL, 2019).

Assim, considera-se que as duas seguintes medidas do atual governo tiveram grande relevância para o cenário das micro e pequenas empresas no Brasil, em termos de possibilidade de crescimento por meio da obtenção de empréstimos e estímulo a inovação. Em abril de 2019, a Lei Complementar 167 criou a Empresa Simples de Crédito (ESC); a partir disso, fica autorizada a criação de empresas, natureza jurídica, que atuarão na concessão de empréstimos e financiamentos às MPEs e MEIs. Além

disso, a LC, popularmente conhecida como regime Inova Simples, simplificou e automatizou a abertura e fechamento de empresas caracterizadas como startups, e facilitou o registro de marcas. Porém, ficaria a cargo do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) providenciar o mecanismo e processo de integração do cadastro de pessoa jurídica com a solicitação de registros de marcas e patentes, fato que ainda não ocorreu. De acordo com o Governo, o desenvolvimento de startups e a sua consolidação no mercado nacional, colocam o país como precursor de avanços tecnológicos e de geração de emprego e renda. (BRASIL, 2019).

A Medida Provisória 881/2019, de autoria da Presidência da República, institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelecendo garantias de livre mercado e análise de impacto regulatório. No discurso do Governo, a MP favorece a atração de investimentos e o surgimento de novos negócios no país, com o potencial de geração de 3,7 milhões de novos empregos e crescimento do PIB em 7% em 10 anos. Na prática, a medida flexibiliza regras trabalhistas, uma vez que dispensa o registro de ponto para empresas com até 20 empregados, elimina alvarás para atividades consideradas de baixo risco, entre outras providências. Considera-se que a MP, bem como o conjunto de projetos e posturas adotado pelo atual governo viabilizam a flexibilização e a precarização do trabalho humano, além de dissimular este fenômeno sob o discurso de autonomia, progresso econômico e social (SENADO, 2019).

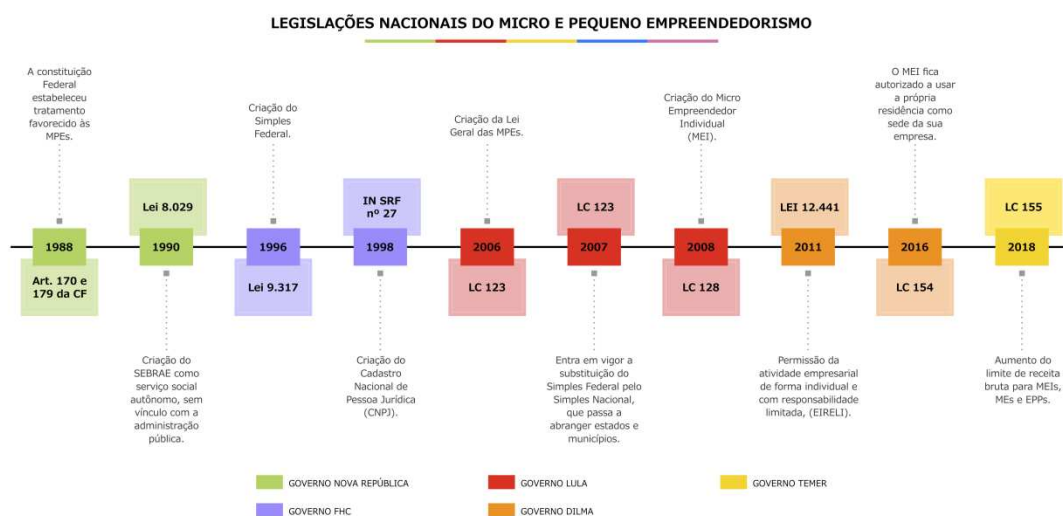
Por fim, evidencia-se que a taxa de desemprego no Brasil no primeiro trimestre de 2019 foi de 12,7%, um dos índices mais altos já registrados no país. Nesta mesma crescente, o número de empregados do setor privado sem carteira assinada registrou um aumento de 4,4%, em relação ao mesmo período do ano anterior, assim como, a categoria de trabalhadores por conta própria também teve um aumento de 3,8%. Estes dados exemplificam na prática as consequências do desemprego estrutural provocado pelo sistema capitalista e registram os desafios do Estado na formulação de políticas, medidas e ações de geração de emprego e renda para a população de trabalhadores (IBGE, 2019).

Porém, sabe-se que em um projeto neoliberal, o Estado intervém minimamente nas questões econômicas e sociais do país, e no que diz respeito ao trabalho humano, é deixado a cargo do mercado e das empresas privadas a sua criação e regulação. Assim, a estratégia de facilitar a prática do empreendedorismo de micro e pequeno porte aufere

ao trabalhador informal o título de micro ou pequeno empreendedor, dando-lhe “liberdade” de explorar o próprio trabalho, agindo como um viabilizador das novas formas de obtenção do trabalho, encontradas pelo modelo capitalista de produção (TAVARES, 2004).

A figura a seguir apresenta um esquema gráfico, em formato de linha do tempo, dos principais resultados encontrados por esta pesquisa.

FIGURA 4 - Principais Resultados



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há alguns anos estudando o cenário das MPES e os sujeitos envolvidos na atividade empreendedora, são visíveis os desafios e dificuldades enfrentados por estes e a sua importância nos aspectos econômicos e sociais de um país.

Por meio dos resultados encontrados, entendeu-se que os anos 90 no Brasil foram marcados pela expansão do liberalismo econômico que inicia a desestruturação do assalariamento formal. Durante o Governo da chamada Nova República, especificamente nos anos de 1996 a 1999, dois grandes esforços foram registrados nos aspectos de formalização, tributação e fiscalização dos rendimentos das MPES, que foram a criação do SIMPLES Federal e do CNPJ, assim, entende-se que o referido período é marcado principalmente pela preocupação do Estado com participação das

micro e pequenas empresas na economia nacional, em termos de arrecadação de impostos.

Os governos Lula e Dilma que estiveram no poder máximo executivo por 14 sucessivos anos, com uma visão social democrata formularam e implementaram políticas públicas que conduzem, até hoje, o cenário das MPEs brasileiras, tais como a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e a Lei do Microempreendedor Individual. Acredita-se que neste período fora acrescentada a estratégia do Estado, a preocupação com a proteção dos trabalhadores informais, agora denominados microempreendedores, no que diz respeito ao acesso à previdência social e à redução e simplificação da carga tributária da empresa. Contudo, em vista da ineficiência do Estado em intervir para um ambiente de pleno emprego e direitos trabalhistas, o empreendedorismo de micro e pequeno porte, se afasta cada vez mais da imagem de um trabalho informal e passa a ganhar notoriedade como uma alternativa atrativa de trabalho, pautada na autonomia e na possibilidade de enriquecimento do sujeito empreendedor.

Durante o breve governo de Michel Temer, fora ampliado mais uma vez, o limite faturamento que enquadra as empresas nas categorias de micro, pequena e microempreendedor individual, e conseqüentemente, as permite usufruir do regime tributário do SIMPLES. As medidas de aperfeiçoamento e atualização da Lei Geral atuam na redução das desvantagens das empresas dessa natureza, ou seja, objetivam atenuar o ambiente econômico, fiscal e tributário, permitindo o seu crescimento, tendo como resultado, a geração de mais empregos e a arrecadação de maiores impostos.

Jair Bolsonaro assume a presidência do Brasil no ano em que o país registra as maiores taxas nacionais de desemprego e informalidade. Porém, em acordo com o projeto econômico neoliberal que adotara, considera-se que as medidas tomadas, até então, flexibilizam regras trabalhistas e beneficiam o setor privado, deixando a cargo do mercado, das empresas privadas e do próprio trabalhador, a criação e regulação do trabalho humano.

Conclui-se, portanto que, mesmo em diferentes níveis de interesse, o Estado brasileiro manteve a sua atuação no incentivo ao empreendedorismo de micro e pequeno porte com a finalidade de combater a informalidade, gerar emprego e renda para os trabalhadores e, com isso, aumentar a participação dessas empresas na economia

nacional. Contudo, discute-se que a dissimulação da informalidade por meio de pequenos negócios esconde o caráter de precarização do trabalho que este fenômeno comporta, pois, as novas micro unidades produtivas passam a ofertar principalmente o próprio trabalho, sem vínculo empregatício e sob contratos de trabalho flexíveis.

E, por fim destaca-se que a homogeneização, por meio das nomenclaturas de MEI e MPE, de uma atividade tão plural e heterogênea, que comporta diversas formas de organização do trabalho, segmentos e motivações, dificulta a formulação e implantação de políticas públicas que realmente incentivem a existência e o crescimento dessas empresas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho?** São Paulo, Editora Brasiliense, 2ª Edição, 1986.

ANTUNES, Ricardo I. C. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho. Buenos Aires, CLACSO, 2000.

ANTUNES, Ricardo I. C. **Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo, SP. Editora Boitempo, 2009.

BRASIL. Constituição Federal. Disponível em <<http://www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp>> Acesso em: 02 de setembro de 2019.

BRASIL. Portal Lei Geral. Disponível em <<http://www.leigeral.com.br/legislacao/federal>> Acesso em: 02 de setembro de 2019.

BRASIL. Senado Federal. Disponível em <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_174_a_sp> Acesso em: 02 de setembro de 2019.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

CUNHA, Carlos Renato; ESTEVES, João Luiz Martins. O tratamento tributário diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte e a ordem econômica na Constituição da República de 1988. **Scientia Iuris**, Londrina, v. 20, n. 3, p.292-323, nov. 2016. DOI: 10.5433/2178-8189.2016v20n 3p292. ISSN: 2178-8189.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa.** 14. Ed. São Paulo: Cultura, 2006.

FERREIRA, M. L. A. Trabalho informal e cidadania: heterogeneidade social e relações de gênero. 2007. 165f. Tese (Programa de Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia e Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

FOLLADOR, Guilherme Broto. **As Normas de Competência**. Curitiba, 2013. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Direito, área de concentração em Direito do Estado, da Universidade Federal do Paraná.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. Empreendedorismo no Brasil, Relatório Executivo, 2018. Disponível em <<https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Relat%C3%B3rio-Executivo-Brasil-2018-v3-web.pdf>> Acesso em 14 de setembro de 2019.

HOWLETT, Michael; RAMESH, Mishra; PERL, Anthony. Política Pública: seus ciclos e subsistemas - uma abordagem integradora. **Elsevier**, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Economia Informal Urbana, Rio de Janeiro, RJ, 2003. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6150.pdf>> Acesso em 14 de setembro de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Taxa de desemprego ativa. Disponível em <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>> Acesso em 20 de novembro de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Notas Técnicas PNAD Contínua. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101674_notas_tecnicas.pdf> Acesso em 20 de maio de 2020.

KARKACHE, Sérgio. **Princípio do tratamento favorecido: o direito das empresas de pequeno porte a uma carga tributária menor**. Curitiba, 2009. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade Federal do Paraná.

KREIN, José D.; PRONI, Marcelo W. Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. 1v. (Série Trabalho Decente no Brasil ; Documento de trabalho n.4). Brasília, DF. OIT, 2010.

KINGDON, John. Como Chega a Hora de Uma Ideia? In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas - Coletânea**. Brasília: ENAP, 2006a. P. 219-224.

LOPES, R. Economia Informal no Rio de Janeiro: problema ou solução. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

MONTAÑO, Carlos E. **Micropessoa na era da globalização: uma abordagem crítica**. São Paulo, Editora Cortez, 1999.

MOSCATINI, Áurea. A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI – LEI 12.441/2011). **Direito e Desenvolvimento**, v. 3, n. 6, p. 11 - 44, 24 maio 2017.

OLIVEIRA, C. A. B. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Economia & trabalho: textos básicos**. Campinas: UNICAMP, 1998.

OLIVEIRA, Simone Mendes. Microempreendedor Individual: Singularidades e Ambiguidades. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros/ MG, 2014.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. Políticas de Educação Integral e Integral Considerando a Análise do Ciclo de Políticas Públicas. **Educ. Real**. Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 415-434, junho de 2018.

PEQUENAS EMPRESAS, GRANDES NEGÓCIOS – PEGN. As diferenças entre Microempresa, Pequena Empresa e MEI. Disponível em <<https://glo.bo/2MFf7Ns>> Acesso em 29 de janeiro de 2019.

PEREIRA, Meire Joisy Almeida. Trabalho e Renda Versus Desemprego e Informalidade: Uma Avaliação da Implementação da Lei Geral da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.- RARR, Ed 2, Vol2, p 95- 113, 2º Sem – BoaVista, 2012.

POCHMANN, M. Produtividade e emprego no Brasil dos anos 90. Campinas: **IE/UNICAMP**, 1999.

POCHMANN, M. **Desempregados do Brasil**. In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006, p.1-528. (Coleção Mundo do Trabalho)

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Cultura e política na eleição de 2002: as estratégias de Lula presidente. In: Trabalho apresentado no XII Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós. Recife. 2003. p. 2-6.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA C. D.; GUINDANI J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Ano I, Número I - Julho de 2009.

SEBRAE MG. Sobre o SEBRAE. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mg>> Acesso em 13 de setembro de 2018.

SEBRAE. Lei Geral. Disponível em <<https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/lei-geral-completa-10-anos-e-beneficia-milhoes-de-empresas,baebd455e8d08410VgnVCM2000003c74010aRCRD>> Acesso em 15 de maio de 2020.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2ª Edição. São Paulo: **Cengage Learning**, 2013.

SERASA Disponível em <<https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/brasil-contabiliza-5-milhoes-de-micro-e-pequenas-empresas-no-vermelho>> Acesso em 20 de novembro de 2019.

SILVA, Flávia L. A. **Trabalho artesanal e suas inter-relações com o universo doméstico: estudos de caso em Viçosa, MG**. Dissertação (Mestrado em Economia

Doméstica). Centro De Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa/ MG. 2014.

TAVARES, Maria Augusta. O empreendedorismo à luz da tradição marxista. Revista **Em Pauta**, Rio de Janeiro, RJ. 1o Semestre de 2018 - n. 41, v. 16, p. 107 – 121.

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. Revista **Outubro**, N. 7, 2002.

THEODORO, Mário. As Bases da Política de Apoio ao Setor Informal no Brasil. Diretoria de Estudos Sociais do IPEA. Brasília, 2000.

THURIK, R. Entrepreneurship, Economic Growth and Policy in Emerging Economies. ERIM Report Series Reseach in Management, 2008. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1276618>>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

ZANLUCHI, César Maurício; BASSOLI, Marlene Kempfer. A tributação diferenciada para pequenas empresas: mecanismo para positivar valores e princípios econômico-constitucionais. **ARGUMENTUM**: Revista de Direito da Universidade de Marília. Marília: UNIMAR, v. 6, 2006, p. 119-141.

CAPÍTULO III – A CULTURA BOÊMIA DOS BARES DE SANTA TEREZA

RESUMO

Belo Horizonte possui uma forte cultura gastronômica, que se materializa principalmente no comércio de comidas e bebidas feitas nos bares da cidade. No esteio deste contexto encontra-se Santa Tereza, em 2015, o bairro teve a sua imagem boêmia legalmente reconhecida como uma das suas dimensões simbólicas. Assim, este estudo teve por objetivo compreender a relação do pequeno empreendedorismo com a identidade e o cotidiano local. Identificou-se que naquele local existem 77 estabelecimentos comerciais, categorizados em dez diferentes tipos. Conclui-se que a grande concentração de pequenos negócios, do segmento de bares, em Santa Tereza, efetiva, atualmente, a imagem boêmia do bairro, símbolo da sua cultura e identidade.

PALAVRAS CHAVE: Patrimônio cultural, bares, Santa Tereza, gastronomia.

ABSTRACT

Belo Horizonte has a strong gastronomic culture, which mainly materializes in the trade of drinks and food produced in the city's bars. No example of this context is found in Santa Tereza, in 2015, the neighborhood had its bohemian image legally used as one of its symbolic dimensions. Thus, this study aimed to understand a relationship between small entrepreneurship and identity and local daily life. It was identified that there are currently 77 commercial products, categorized into ten different types. Conclude that a large concentration of small businesses, the bar segment, in Santa Tereza, is effective, today, a bohemian image of the neighborhood, symbol of its culture and identity.

KEY WORDS: Cultural heritage, bars, Santa Teresa, gastronomy.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho em um modo de organização do tipo pequena empresa ou em um micro empreendimento, individual ou societário, é uma atividade relevante no universo do trabalho, no Brasil e no mundo. De acordo com o SEBRAE (2018), no ano de 2018 o país contava com cerca de 4,9 milhões de micro e pequenas empresas (MPEs) ativas, além de mais de oito milhões de microempreendedores individuais (MEIs). Essas empresas geram emprego e ocupação não só para os seus donos, mas também para metade dos trabalhadores formais ativos no país. Além disso, são responsáveis por cerca de 27% de todos os bens e serviços produzidos no Brasil (IBGE, 2018).

Os estudos e análises dos fenômenos econômicos devem ter em vista as subjetividades da vida social, manifestas por meio dos saberes, práticas locais e cotidianas, entendendo-os como inscritos em um contexto histórico em movimentos incessantes entre a economia e a sociedade. Deste modo, entende-se que a atividade econômica predominante de um local reflete uma regularidade econômica que se construiu pela interação com o contexto social. Assim, a vida econômica local não se restringe à sua esfera mercantil, pois, soma-se a isso, o seu contexto territorial, resultando em particulares aspectos culturais, tradicionais e sociais (BOURDIEU, 2000; ZAOUL, 2010).

Em Minas Gerais, bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas são a 9ª atividade econômica mais praticada no estado, chegando ao número de 32.538 estabelecimentos ativos em 2019. A capital do estado, Belo Horizonte, registra o maior número de bares por habitante do país, uma proporção de um bar a cada 265 habitantes. Dentre as regiões de maior popularidade no assunto boemia destacam-se a Savassi e Centro, bem como os bairros de Santa Efigênia, Lourdes e Santa Tereza (EMPRESÔMETRO, 2019; PBH, 2017).

Com uma atmosfera de cidade do interior, Santa Tereza se tornou um local propício ao refúgio das mazelas da grande metrópole. O bairro, localizado na região Leste da capital, muito se assemelha a uma pequena cidade, pois é formado basicamente por casas, pequenos prédios e comércio local, sendo este último caracterizado por pequenos estabelecimentos como depósitos de material de construção, lojas de utilidades, padarias e principalmente, bares, deixando para o centro da cidade e bairros vizinhos a tarefa de abrigar grandes franquias de supermercados, farmácias e bancos.

Assim, o aspecto boêmio no qual o bairro de Santa Tereza é tradicionalmente reconhecido – que se trata de uma prática social urbana associada à cultura e às tradições daquele local – é uma noção do imaginário coletivo, que habita o plano das experiências, e se representa por meio de práticas, comportamentos, sentimentos e símbolos, onde o bar, como espaço de sociabilidade, diversão e lazer, atua como protagonista, principalmente no que se refere ao contexto e vivência da cidade de Belo Horizonte, e especificamente de Santa Tereza (TICLE, 2016).

Assim, o presente capítulo teve por objetivo compreender a relação do micro e pequeno empreendedorismo com a identidade e o cotidiano local. Escolheu-se como viés da pesquisa a percepção de que cultura e tradicionalidade são dimensões simbólicas de um local, que se efetivam por meio das pessoas e de suas práticas sócio espaciais, portanto, os pequenos estabelecimentos chamados de bares ou botecos, juntamente com seus gestores, famílias (empreendedoras ou não), frequentadores e moradores, traduzem uma das formas de manifestação da cultura e tradicionalidade do bairro Santa Tereza.

A partir de um estudo de caso exploratório do bairro, compostos por 72 ruas e avenidas, que aconteceu entre os meses de abril a setembro de 2019, fez-se a identificação, categorização e mapeamento os estabelecimentos presentes no local, no intuito de traçar um panorama do que o bairro oferece em termos de bares, verificando os locais e horários de maior concentração, os tipos de estabelecimentos, a movimentação das ruas, etc. Utilizou-se do suporte de ferramentas digitais tais como sites, mapas e redes sociais, tanto da Prefeitura de Belo Horizonte, quanto dos próprios estabelecimentos, assim como visitas ao bairro para observações diretas, registros fotográficos e registro em diário de campo.

Elaborou-se ainda, uma categorização dos estabelecimentos, a partir de um cadastro composto por nome do estabelecimento, endereço, horário de funcionamento, tipo de ambiente interno e externo (decoreação, fachada, etc.), tipo de comida que é servida, bem como a sua forma de produção, utilizando entrevistas, com 35 gestores de bares e restaurantes do bairro, além de um representante da Associação do Bairro de Santa Tereza, escolhidos de maneira exploratória e não probabilística.

2. CULTURA, TRADIÇÃO E IDENTIDADE LOCAL – OS BARES DE SANTA TEREZA

A cidade de Belo Horizonte, tradicionalmente conhecida como a cidade dos botecos, reafirmou o seu espaço de destaque no ambiente gastronômico nacional e mundial ao receber o título de Cidade Criativa na área da Gastronomia, promovido pela UNESCO. A Rede de Cidades Criativas é uma articulação mundial de cidades, reconhecidas pela criatividade como um fator estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável, que se comprometem a compartilhar suas melhores práticas e desenvolver parcerias com os setores público e privado, bem como a sociedade civil (UNESCO, 2019).

Para Belo Horizonte o título de Cidade Criativa é um reconhecimento mundial da cultura gastronômica da cidade, que impulsiona o seu crescimento e continuidade. Além disso, o título pode fomentar a articulação entre os diversos agentes deste cenário cultural como o poder público, empresários, instituições de ensino, sindicatos, etc. (PBH, 2019).

No esteio do cenário boêmio e gastronômico belo-horizontino está o bairro de Santa Tereza. Em 2015, a imagem boêmia do bairro foi legalmente reconhecida como uma das suas dimensões simbólicas. O Dossiê para Proteção do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza⁸, que coloca Santa Tereza como patrimônio cultural do município de Belo Horizonte, prevê a proteção arquitetônica e urbanística do bairro, sob a justificativa de que as suas edificações e ruas são os cenários onde a vivência cultural acontece e se manifesta. Além disso, desde 1996, o ambiente urbano do bairro é tido como Área de Diretrizes Especiais de Interesse Cultural. A política pública municipal de planejamento urbano demanda a adoção de medidas especiais para proteger e manter o uso predominantemente residencial (BAGGIO, 2005; TICLE, 2016).

De acordo com Castriota (2009) a origem do termo patrimônio sugere uma denotação privada e material, relacionada à soma dos bens de uma pessoa. Diferentemente disso, o patrimônio cultural pertence ao sujeito coletivo, ou seja, se refere ao conjunto de “obras” e manifestações que expressam o modo de vida de um país, região, bairro, etc. Neste sentido, o que torna algo um patrimônio cultural é o significado e valor atribuído, pelas pessoas, entidades e organizações, às práticas sociais, coisas e lugares.

⁸O Dossiê para Proteção do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza desenvolvido pela Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultura (DIPC) (2015) é um documento que embasa a Deliberação N° 019/2015 do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM- BH) e foi publicada no Diário Oficial do Município em março de 2015 (BH, 2015).

Assim, o patrimônio cultural pode ser do tipo tangível ou intangível, ou seja, pode se tratar de bens materiais, como no caso dos edifícios e obras de arte, ou de bens imateriais, como no caso de padrões de comportamento, rituais e religião (CASTRIOTA, 2009). Neste sentido, considera-se que há “profunda interdependência entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material e natural” (p.03), visto que o imaterial é vivido e concretizado no ambiente material (UNESCO, 2003).

Os aspectos da proximidade e afetividade no qual se caracteriza o modo de vida de Santa Tereza estão intimamente associados às práticas e experiências vivenciadas nas ruas, praças, edificações e estabelecimentos do bairro. Portanto, quando se atribui ao local uma imagem boêmia evidencia-se a interdependência entre os seus patrimônios culturais materiais e imateriais.

O termo cultura, amplamente empregado pelo senso comum, e que cientificamente também pode assumir diversos significados, relata uma dialética entre o natural e o artificial, implicando a existência de algo além de nós, mas que mantêm a necessidade de elaboração e apropriação humana. Assim, a cultura, se refere aos saberes, práticas, rituais, e muitas outras formas de manifestação da vida humana sob a natureza e sob os espaços, experienciadas no cotidiano, que passam a sustentar a tradição e identidade dos sujeitos individuais e/ou coletivos (EAGLETON, 2005; BAGGIO, 2005).

Deste modo, entende-se que os valores e significados atribuídos às práticas sociais e lugares caracterizam a cultura de um local, bem como as suas tradições, memórias e identidades. Tais dimensões, estritamente articuladas entre si, e que habitam o plano das experiências e do imaginário coletivo, se concretizam a partir da ação individual e coletiva do presente, e assim, redefinem e reconstróem permanentemente o passado (GIDDENS, 1997; BAGGIO, 2005).

Por meio da proteção do seu patrimônio arquitetônico e urbanístico, mobilizada e apoiada por diversos agentes, o bairro, carinhosamente conhecido como “Santê”, mantém em resguardo o espaço de sociabilidade e qualidade de vida no qual é conhecido. Atualmente, o bairro acolhe cerca de 77 estabelecimentos do segmento de bares, restaurantes e lanchonetes, com destaque para a rua Mármore, que ao longo dos seus 1000 metros de extensão conta com pelo menos 28 deles, e para o Bar do Orlando, localizado há 100 anos em uma charmosa pracinha da Rua Alvinópolis às margens da linha férrea onde hoje atende ao metrô. Porém, sabe-se que a grande concentração de

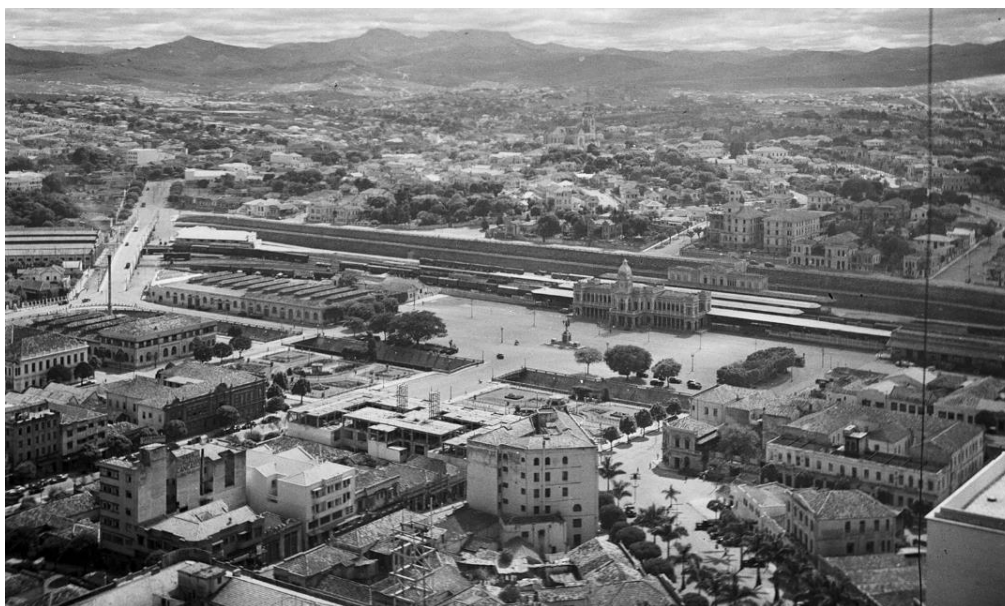
bares naquele local é uma tradição bastante antiga. Historicamente, a existência de botequins, armazéns, vendas e padarias data a época da ex-colônia Américo Werneck. Estes estabelecimentos tinham como objetivo o sustento de seu dono e de sua família, bem como o serviço à comunidade local (GOÉS, 2003; BAGGIO, 2005; TICLE, 2016).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. A formação histórica da boemia de Santa Tereza

A construção da cidade de Belo Horizonte, teve sua planta aprovada em 1895, a então chamada Cidade de Minas, foi dividida em zonas urbana, suburbana e rural, e teve a contribuição marcante do trabalho de imigrantes europeus, devido ao incentivo do governo do Estado (ARRAIS, 2009; TICLE, 2016).

FIGURA 5 - A cidade de Belo Horizonte em 1901



Fonte: Ascom/APCBH.

A Colônia suburbana Ribeirão da Matta, ou Córrego da Matta, posteriormente chamada Américo Werneck, estabeleceu-se em 1898 na região leste da cidade, foi povoada por imigrantes do norte da Itália, alemães e portugueses, agricultores de profissão e trabalhadores, acompanhados das respectivas famílias. A emancipação da colônia como zona suburbana da capital se deu em 1912, sendo que a sua ocupação daria origem, mais tarde, aos bairros da Graça, Horto, Floresta, Sagrada Família e Santa Tereza (BAGGIO, 2005; ARRAIS, 2009; TICLE, 2016).

O bairro foi batizado por Santa Tereza no ano de 1928 e teve como inspiração e analogia o homônimo bairro da cidade do Rio de Janeiro (RJ). Em 1929, com o objetivo de ligar os bairros Santa Tereza e Floresta, ao centro da cidade, fora construído o viaduto Santa Tereza. A Praça Duque de Caxias, inaugurada em 1937, carrega em seu nome o caráter militar da formação do bairro, que desde a sua construção exerce um papel de centralidade para o local, pelo fato de reunir no seu entorno considerável parcela das organizações militares, estação ferroviária, igreja e o comércio local, tanto antigamente como ainda nos dias de hoje (BAGGIO, 2005; TICLE, 2016).

FIGURA 6 - Viaduto Santa Tereza em 1929



Fonte: Arquivo Público Mineiro.

No rumo do processo de expansão urbana da cidade de Belo Horizonte, Santa Tereza recebeu nas décadas de 40 e 50 uma enorme oferta de lotes e aberturas de ruas, intensificando o número de habitantes, comércios e veículos pelo bairro. Mais tarde, na década de 90 o bairro ganha importantes obras de infraestrutura, como a estação de metrô e a canalização do rio Arrudas. (BAGGIO, 2005).

A imagem boêmia, carnavalesca e artística atribuída ao bairro de Santa Tereza fora construída, ao longo dos anos, por meio de diversos eventos desta natureza. Na década de 20, o bairro já registrara o acontecimento de bailes, reuniões teatrais, discussões artísticas e saraus entre os seus moradores e suas famílias. Em 1965 é inaugurado o Oásis Clube, um importante espaço de reunião da comunidade para lazer e

entretenimento, presente no bairro até os dias de hoje. O Clube também fora palco de bailes carnavalescos, onde diversos blocos e bandas se originaram (GÓES, 2014; TICLE, 2016).

O Clube da Esquina é, sem dúvidas, um dos marcos históricos do movimento musical, cultural e artístico do bairro. Nos anos 60 o grupo que se reunia nas esquinas do bairro para fazer música e falar sobre a vida, ganhou notoriedade nacional pela qualidade e alta performance de seus artistas, como Milton Nascimento, e os irmãos Marilton, Márcio e Lô Borges. Contudo, a memória musical do bairro não se restringe ao Clube da Esquina; Santa Tereza também revelou bandas famosas, como Skank e Sepultura, além de blocos e bandas de carnavais, como a Banda Santa e o Bloco dos Pescadores (BAGGIO, 2005; TICLE, 2016).

FIGURA 7 - Cantores do Clube da Esquina (sem data)



Fonte: Portal Olhar Dinâmico. Disponível em: <https://www.portalolhardinamico.com.br/artigo/178/a-historia-do-clube-da-esquina>. Acesso: 02/04/2020.

A dimensão da boemia começa a ser atribuída ao bairro de Santa Tereza nos anos de 1970, tendo a sua difusão por meio dos jornais da cidade e relacionada, inicialmente, às serestas que aconteciam na Praça Duque de Caxias e em bares musicais como o Sobradão da Seresta e o Recanto da Seresta (GOÉS, 2003).

FIGURA 8 - Antigo casarão na Rua Mármore onde funcionava o Sobradão da Seresta



Fonte: Google Maps. Acesso em 02/04/2020.

Além dos bares musicais, naquela época, o bairro já acolhia alguns pequenos estabelecimentos, como o Bar e Restaurante do Bolão (1961), o Barbarella (1970) e o Bar Bocaiúva (1976), considerados como percussores da grande concentração de bares que hoje ali se caracteriza (TICLE, 2016).

FIGURA 9 - O Barbarella em 1970



Fonte: Santa Tereza Tem. Disponível em: <http://www.santaterezatem.com.br/index.php/2015/09/13/livro-de-graca-na-praca-homenageia-santa-tereza/>. Acesso: 02/04/2020.

A expansão da quantidade de bares em Santa Tereza se deu a partir de meados da década de 1990. Estes estabelecimentos são majoritariamente caracterizados como de micro ou pequeno porte e também por serem de propriedade de moradores do bairro. Porém, existe uma grande diversificação dos nichos de atividade, formas de organização, tipo de público, de comida e de bebida, fato que resulta em diferentes nomes de tratamento, tais como botequins, botecos, armazéns, e etc. (Op. cit.).

Acredita-se que, o fim dos eventos seresteiros, aliado ao recrudescimento da quantidade de bares instalados no bairro, tornou estes espaços os símbolos atuais da boemia de Santa Tereza, sustentando as suas tradições, cultura e, acima de tudo, as práticas boêmias de sociabilidade e de encontro, que se tornaram traço da sua identidade local. A Figura a seguir mostra o Mercadinho Bicalho, popularmente conhecido como Mercearia do Nivaldo, inaugurado em 1985 às margens da Praça Duque de Caxias.

FIGURA 10 - Mercearia do Nivaldo (2019)



Fonte: Perfil da Mercearia do Nivaldo no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BsObOYaH3MS/>. Acesso em 02/04/2020.

Sendo assim, entende-se que, no pano de fundo deste imaginário coletivo, existem as reais e cotidianas práticas de trabalho e consumo de diversos agentes (donos e donas dos estabelecimentos, famílias – empreendedoras ou não –, frequentadores, moradores, além das associações e ONGs), que contribuem, nas suas subjetividades, para com a construção e continuidade de um patrimônio cultural imaterial, relacionado à arte, à

música e principalmente ao espaço de sociabilidade e consumo de comidas e bebidas, conhecido como bar.

3.2. Mapeamento e Categorização dos Bares de Santa Tereza

Nas poucas pesquisas encontradas especificamente sobre os boêmios estabelecimentos de Santa Tereza percebeu-se o apontamento basicamente daqueles bares e restaurantes mais famosos ou mais antigos. Talvez isso se dê pela proximidade e identificação do pesquisador ou jornalista para com este local, que acaba por imprimir em suas escritas um pouco (ou muito) das suas experiências e gostos pessoais.

De certo Santa Tereza possui seus ícones e lendas, como o centenário Bar do Orlando, o incansável Bar do Bolão e a peculiar Merceria do Nivaldo, contudo, não cabe a somente a esses o sustento da identidade boêmia do bairro, pois muito trabalho, práticas e experiências também são empenhados e vividos nos demais estabelecimentos, sejam eles mais novos ou menos famosos na região.

Por meio da identificação e mapeamento dos bares de Santa Tereza foi possível identificar que o bairro abriga 77 estabelecimentos comerciais desta natureza.

FIGURA 11 - Mapeamento geral dos bares e restaurantes de Santa Tereza



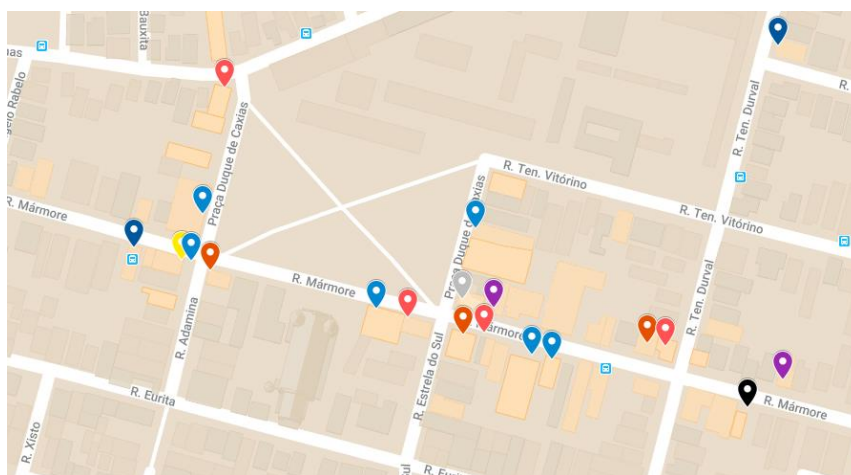
Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborado pela Autora, 2019.

A delimitação da área do bairro de Santa Tereza, que se dá no interior das Avenidas dos Andradas, Silviano Brandão e Contorno, evidencia não só a amplitude espacial que os bares alcançam, como também a grande concentração em algumas áreas.

A Lei Municipal que delibera a proteção do Conjunto Urbano do Bairro de Santa Tereza como Patrimônio Cultural Municipal dispõe sobre os “pedaços” existentes no bairro. De acordo com o texto, por pedaço, entende-se o espaço físico, territorialmente demarcado, onde práticas e rituais coletivos são instaurados. No caso de Santa Tereza, os pedaços foram categorizados como “Pedaços Residenciais” e “Pedaço Boêmio/comercial” (BH, 2015).

O Pedaço Boêmio/comercial se caracteriza pela grande concentração de bares e outros estabelecimentos comerciais, com destaque para o núcleo formado na Praça Duque de Caxias e pelo ponto mais alto do bairro, popularmente conhecido como Alto dos Piolhos. As duas figuras a seguir identificam e corroboram o disposto pela lei (Op. Cit.).

FIGURA 12 - Concentração de bares na Praça Duque de Caxias



Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborado pela Autora, 2019.

FIGURA 13 - Concentração de bares no Alto dos Piolhos

Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborado pela Autora, 2019.

Outro aspecto bastante relevante da boemia de Santa Tereza, já ressaltado por Ticle (2016), e verificado pelos resultados da pesquisa, diz respeito a grande diversidade de tipos de estabelecimentos. Sendo assim, como veremos nas discussões à frente, além da indicação da localização dos estabelecimentos, fez-se a sua categorização por tipos. Portanto, as diferentes cores dos pontos indicados no mapa, evidenciam a categoria a qual foi atribuída àquele estabelecimento.

Conforme apresentado no quadro 01, a categorização dos estabelecimentos, baseada no horário de funcionamento, tipo de ambiente interno e externo (decoração, fachada, etc.), tipo de comida que é servida, bem como a sua forma de produção, resultou no seguinte agrupamento:

QUADRO 1 - Categorização dos Estabelecimentos de Santa Tereza

CATEGORIA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
Barzinho	27
Bar Fim de Noite	03
Boteco	10
Espetinho	04
Mercadinho	05

Restaurante	08
Boteco do Chef	05
Bistrô	06
Cervejaria Artesanal	04
Lancheria	05
TOTAL	77

Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborado pela Autora, 2019.

Nos tópicos a seguir fez-se o detalhamento das características que levaram à categorização de cada um dos 10 tipos de estabelecimentos.

3.2.1. Os Barzinhos

De funcionamento noturno, os 27 estabelecimentos considerados nesta pesquisa como barzinhos foram caracterizados por um ambiente organizado e decorado, de maneira rústica e aconchegante. Além disso, os pratos e petiscos servidos aos clientes são feitos pelo próprio dono, ou algum bom cozinheiro(a) da família no estilo “caseiro”, usando uma receita tradicional e tempero próprio. O barzinho sempre tem um petisco “carro chefe”, aquela especialidade, que por mais tradicional que seja como no caso das conhecidas porções de torresmo, mandioca, carnes, etc., é motivo de reconhecimento e recomendação por parte dos frequentadores e o orgulho do dono.

Os barzinhos geralmente servem as bebidas consideradas típicas dos mineiros, como a caipirinha com cachaça ou vodka, doses de destilados e a protagonista cerveja, de marcas mais comerciais, que não deve estar menos do que estupidamente gelada (SILVA, 2007). Nos fins de semana, os barzinhos, também abrem durante o dia, para servir, além dos petiscos, um tipo de prato para o almoço, geralmente feijoada ou feijão tropeiro. A partir da quinta-feira, e se estendendo ao fim de semana, quando o movimento nos barzinhos se intensifica, é comum ver bandas e cantores animando os clientes com os estilos musicais de sertanejo, samba e MPB.

O barzinho é a categoria de maior representatividade em Santa Tereza, em termos de números. A este fato se atribui a alta procura dos frequentadores do bairro por este tipo de estabelecimento, característica que os tornam mais atrativos em termos de tipo de pequeno empreendimento. Acredita-se também, que a grande oferta e procura pelos

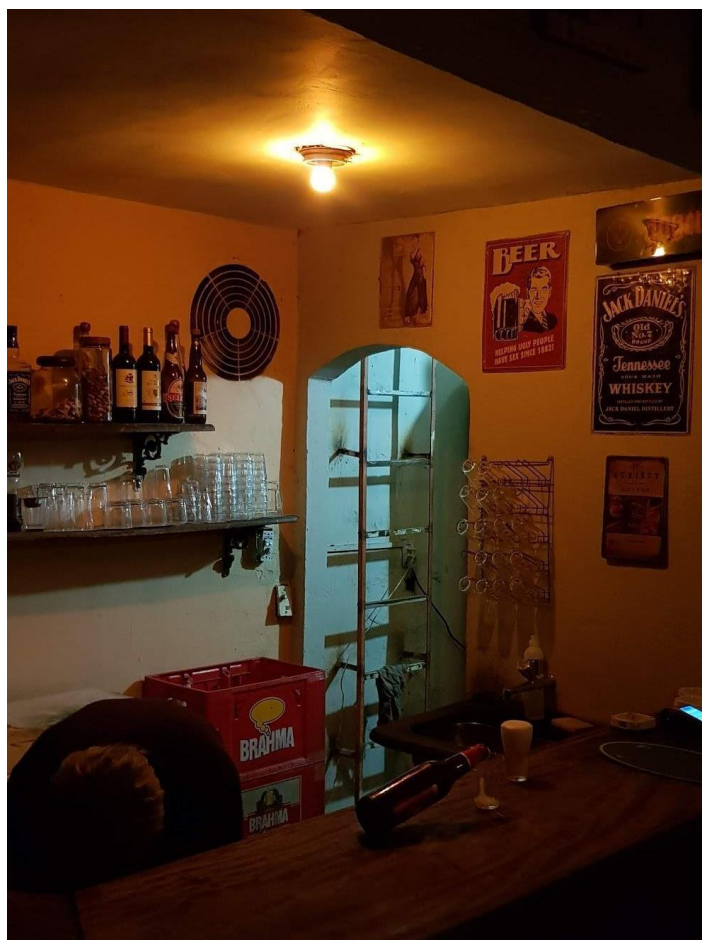
barzinhos de Santa Tereza está intimamente relacionada ao que Baggio (2005) discute sobre os processos interpretativos das tradições, na prática, considera-se que as características físicas e não físicas dos estabelecimentos desta natureza conectam passado e presente, por meio de comidas que remontam às fazendas mineiras, atrelado a um serviço e organização pautado de modernidade, tais como a oferta de garçons, drinks e música (BAGGIO, 2005; SILVA, 2007).

3.2.2. O Bar Fim de Noite

Nesta tipificação, foram agrupados três estabelecimentos. De funcionamento noturno que avança pela madrugada, os frequentadores deste tipo de bar podem virar a noite bebendo drinks, cervejas e destilados. O forte destes estabelecimentos é a oferta de diversos tipos de bebidas pelo incomum horário da madrugada (podendo se estender até às 05 ou 06 horas da manhã), pois, apesar da reconhecida boemia dos bares de Belo Horizonte e Santa Tereza, o “movimento” normalmente se encerra por volta de uma ou duas horas da madrugada.

Com o ambiente se estendendo pela calçada, onde os clientes conversam e fumam, o bar fim de noite também oferece música aos seus frequentadores, sendo ela música mecânica (DJ) ou até bandas, nos estilos de samba e rock. Com o foco nas bebidas, os petiscos ali oferecidos geralmente são salgadinhos e espetos, produzidos por terceiros, ficando a cargo do bar a armazenagem, preparo (fritar, assar) e finalização do que será servido.

A experiência que pode ser vivida em um bar deste tipo, muito se aproxima do que Houaiss e Villar (2001) referenciam como boemia. Os autores associam o termo ao consumo de bebidas alcólicas e a práticas noturnas e em grupo.

FIGURA 14 - Ambiente de um Bar Fim de Noite

Fonte: Diário de campo da Autora, 2019.

3.2.3. O Boteco

Foram dez, os estabelecimentos tipificados como botecos em Santa Tereza. Este tipo de estabelecimento, carinhosamente apelidado por “boteco raiz” ou “boteco copo sujo”, geralmente possui o mesmo nome de seu dono ou fundador: “Bar do Fulano”, “Fulano’s Bar” ou “Fulano Bar e Merceria”.

O funcionamento dos botecos se concentra durante o dia, alguns servem até PF (prato feito) e cafezinho. De ambiente bagunçado o boteco é caracterizado pelo amontoado das mesas de plástico, móveis e objetos antigos, balcão, estufa e decoração relacionada ao time do dono. É um lugar frequentado principalmente por pessoas idosas, aposentados, moradores do bairro e vizinhos, que ali conversam sobre a vida, comem, bebem e até assistem TV, fato que demonstra o caráter democrático que esses estabelecimentos oferecem, de acordo com Silva (2007) e Ticle (2016), os botecos são espaços de

encontro e sociabilidade, que agregam pessoas com as suas diferenças sociais, culturais e ideológicas.

A estufa de um boteco é certamente a sua protagonista. Nela ficam expostos salgados, torresmos, carnes com molho, batatas e ovos cozidos, confeccionados ali mesmo, pelo próprio dono ou familiares; é a famosa “comida sem glamour”. Nos tradicionais botecos não existe cardápio, é praticamente impossível saber o que será servido no dia, pois a produção dos pratos e petiscos varia de acordo com a disponibilidade de quem os cozinha e dos ingredientes usados. Além disso, as bebidas mais consumidas são cervejas de marcas mais comerciais, ou até as mais baratas, e destilados, como cachaças e pingas.

Os botecos de Santa Tereza são certamente um dos espaços preferidos da baixa gastronomia belo-horizontina. O movimento da baixa gastronomia expressa a contradição da alta gastronomia dos restaurantes de luxo, valorizando-se assim, a simplicidade e a popularidade do atendimento, das comidas e dos preços (ROLIM, 1997; COSTA, *et al*, 2019).

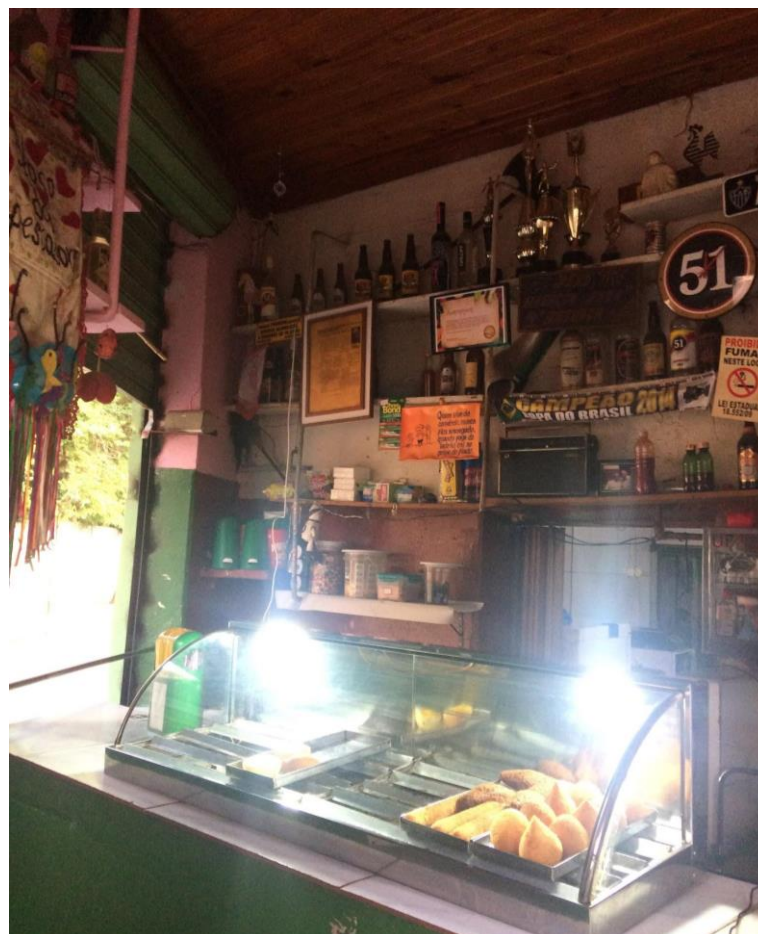
Percebeu-se que em Belo Horizonte, a baixa gastronomia se trata de uma prática social urbana, atualmente bastante difundida pelas redes sociais e pelas rádios locais, que consiste em frequentar os botecos antigos da cidade, divulgando e enaltecendo as suas características simples e peculiares.

Em 2018, com incentivo da Lei Estadual de Incentivo à Cultura foi promovido o primeiro Festival Baixa Gastronomia em Belo Horizonte, tendo o jornalista Daniel Neto – um dos maiores adeptos e divulgadores da baixa gastronomia mineira e belo-horizontina – como curador dos 20 estabelecimentos participantes. Além disso, o movimento já é pauta de programas de rádio local, como o “Sem Comanda” e o “Boteco da 98”. Mais recentemente, a baixa gastronomia ganhou espaço no cenário estadual com o projeto “Rango do Mineiro”. Apoiado pela Federação Mineira de Futebol, o projeto consiste em percorrer as cidades mineiras sedes dos jogos do Campeonato Mineiro de Futebol Masculino de 2020 e mostrar a comida consumida dentro dos estádios e no seu entorno (JORNAL HOJE EM DIA, 2019, 2020).

Sob a ótica da boemia como Patrimônio Cultural de Santa Tereza, discute-se que o movimento pela valorização do que é visto como antigo e tradicional, apesar de atingir

projeções regionais e até nacionais, muito conversa com o contexto do bairro. Assim, entende-se que os aspectos imaginários que caracterizam o modo de vida em Santa Tereza, e conseqüentemente à sua cultura e identidade, remetem à antigos hábitos de proximidade entre vizinhos e comerciantes, além da sociabilidade em ambientes informais e democráticos tais como os botecos (BAGGIO, 2005).

FIGURA 15 - Ambiente de um boteco



Fonte: Diário de campo da Autora, 2019.

3.2.4. A Moda dos Espetinhos

O bairro de Santa Tereza possui quatro bares do “espetinho”. Estima-se que a onda deste tipo de estabelecimento surgiu na cidade de Belo Horizonte entre os anos de 2012 a 2015. Sua diferenciação é o tipo de atendimento. O consumo é feito mediante a compra de fichas, ou seja, o cliente não paga a conta ao sair como nos demais bares, mas sim, à medida que consome. Os principais produtos servidos são os espetinhos, oferecidos numa grande variedade, e a cerveja long neck. Ambos, espetinho e cerveja, geralmente custam o mesmo valor de ficha.

Devido à enorme expansão deste tipo de estabelecimento e à dificuldade dos pequenos bares em produzir variados tipos de espetos, pães e porções, os bares do tipo espetinho passaram a comprar seus produtos, de grandes fornecedores, que se especializaram no ramo, ficando a cargo do estabelecimento armazenar, assar e/ou fritar esses alimentos.

Além disso, os espetinhos podem ser estabelecimentos bastante agitados, principalmente nos fins de semana, pelo alcance de um público jovem e pela grande concentração de pessoas que as bandas de pagode e sertanejo atraem. Um dos grandes responsáveis pelo movimento noturno no Pedação Boêmio/comercial do Alto dos Piolhos de Santa Tereza é o Espeto da Esquina. O estabelecimento, juntamente com seus três vizinhos, o Bar do Pedro, Bar da Lili e o 4º Rei, reúnem um grande público em suas calçadas, se estendendo pela rua (PBH, 2015).

FIGURA 16 - Movimento do Espeto da Esquina (Foto de 2018)



Fonte: Fanpage do Espeto da Esquina no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspetoDaEsquina/photos/p.1685494581580306/1685494581580306/?type=1&theater>. Acesso em 02/04/2020.

FIGURA 17 - Movimento do Bar da Lili (Foto de 2018)



Fonte: Perfil do Bar da Lili no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BciwVsrjce3/>. Acesso em 02/04/2020.

3.2.5. Os Pequenos Mercadinhos e Mercarias

Foram tipificados como mercadinho, cinco pequenos estabelecimentos do bairro de Santa Tereza, bastante semelhantes aos botecos, pelo fato de também apresentarem um funcionamento majoritariamente diurno e ter como protagonista a estufa além de uma boa prosa.

O que diferencia esses dois símbolos da “baixa gastronomia” do bairro é a venda de conveniências. Os clientes e frequentadores dos mercadinhos encontram ali alimentos não perecíveis, congelados e até produtos de limpeza, que, apesar de possuírem preços mais altos em relação a um supermercado, são bastante procurados no comércio de bairro pela praticidade e rapidez para necessidades pontuais.

Além disso, verificou-se que em todo o perímetro de Santa Tereza existe apenas um supermercado de grande porte, fato que propicia a existência de pequenos mercadinhos, mas que também é bastante incomum no cenário de uma grande metrópole. Porém, tal contexto torna-se compreensível naquele local, quando relembra-se os aspectos da proteção do seu patrimônio cultural, que prevê o uso arquitetônico e urbanístico do bairro para fins majoritariamente residenciais, restringindo o surgimento de grandes lojas e edifícios (PBH, 2015).

FIGURA 18 - Ambiente de um Mercadinho

Fonte: Diário de campo da Autora, 2019.

3.2.6. Os Restaurantes

Os estabelecimentos onde o foco dos seus frequentadores não é necessariamente o lazer, mas sim, a alimentação fora do lar, foram classificados por esta pesquisa como restaurantes. Assim, considera-se que Santa Tereza possui oito estabelecimentos deste tipo.

Os restaurantes oferecem geralmente comida à quilo e prato feito, produzidas por uma equipe de cozinheiras e ajudantes, chefiada pelo dono ou familiar. O expediente de um restaurante do bairro começa cedo, com a ida do dono(a) ao supermercado e feiras, e posteriormente, com o preparo do ambiente e do que será servido. Alguns até oferecem jantar, mas o horário de almoço é, sem dúvidas, o de maior movimento, onde os trabalhadores e moradores do bairro consomem no local ou pedem para entregar.

Assim, considera-se que os restaurantes de Santa Tereza não compõem diretamente o seu contexto boêmio, principalmente no que se refere aos encontros noturnos vinculados ao consumo de bebida alcoólica. Apesar disso, o modo de vida atribuído ao bairro, de proximidade e intimidade entre vizinhos, comerciantes e frequentadores,

encontra neste espaço de convívio rotineiro, uma forma de se reproduzir (BAGGIO, 2005; TICLE, 2016).

3.2.7. A Alta Gastronomia dos Botecos de *Chefs*

A atmosfera cultural e boêmia de Santa Tereza fez com que a alta gastronomia, praticada por *Chefs* e outros profissionais da gastronomia, fosse atraída para o tradicional bairro.

Visivelmente inspirados nos estabelecimentos mais antigos e lendários, os cinco botecos de *Chef* de Santa Tereza propõem uma sofisticada releitura do que pode ser vivido no boteco tradicional. Os pratos e petiscos autorais, “assinados” por seus donos, que são também os *chefs*, geralmente são compostos pelos triviais ingredientes, como mandioca, manteiga, feijão, ervas e carnes, porém, com uma nova combinação, apresentação e com um preço não tão acessível.

Além disso, os ambientes de um boteco de *Chef* são propositalmente decorados num estilo rústico, aconchegante e às vezes temático. Para acompanhar a sofisticação do que é serviço, as bebidas são proporcionalmente elaboradas, como drinks da casa, vinhos e cervejas artesanais.

Considera-se que estes estabelecimentos vão surgindo a partir das dinâmicas de modernização que demandam constantes adequações do que é tradicional ao que é desejavelmente novo. Porém, discute-se que, no contexto dos botecos do *Chef* de Santa Tereza, não ocorre uma abrupta ruptura entre o tradicional e o moderno, pelo contrário, estes estabelecimentos propõem no presente, uma reinterpretação do passado, não só das comidas e temperos de fazenda, mas também de toda a afetividade que circunda este contexto (BAGGIO, 2005).

Assim, entende-se que os botecos do *Chef*, apesar de criticados pelos adeptos da baixa gastronomia, contribuem para a afirmação do cenário boêmio de Santa Tereza no sentido de atrair para o bairro, pessoas de diferentes gostos, idades, faixa etária e classe social, ressaltando o caráter democrático dos seus espaços comerciais e urbanos.

FIGURA 19 - Prato servido em um Boteco do *Chef*



Fonte: Diário de campo da Autora, 2019.

3.2.8. O Charme dos Bistrôs

Os estabelecimentos tipificados como bistrôs se caracterizam pelo ambiente aconchegante, romântico e acolhedor. De funcionamento noturno, os seis bistrôs de Santa Tereza servem aos seus clientes pizzas, risotos, crepes e massas elaboradas e preparadas ali mesmo, e geralmente acompanhadas de vinhos e cervejas artesanais.

Dentre as demais categorias, os bistrôs e os botecos de *Chef* são os estabelecimentos frequentados por clientes que prezam por um serviço e comida mais refinados, mas que também estão dispostos a desembolsar um valor mais alto pela conta. Neste sentido, reforça-se o aspecto democrático da imagem boêmia de Santa Tereza, composta por estabelecimentos de diversos tipos para diversos gostos, do clássico ao tradicional, do sofisticado ao simples.

3.2.9. A Ascensão das Cervejarias Artesanais

Em Santa Tereza foram tipificados quatro estabelecimentos como do tipo cervejaria artesanal. Tais estabelecimentos são locais semelhantes aos barzinhos, de funcionamento noturno e certa agitação, o que os diferencia é a oferta de *chopp*s

artesanais de marcas próprias e de outras cervejarias, muito inspirados nos *pubs* americanos e nos bares ingleses (SEBRAE, 2014).

Assim como a estufa é a protagonista de um boteco, as torneiras de *chopp* ocupam um espaço de centralidade nas cervejarias artesanais, quanto mais extensas e decoradas, mais desejosos e atraídos se sentem os frequentadores. Além disso, as comidas servidas em uma cervejaria artesanal geralmente são produzidas no próprio estabelecimento, e também remetem ao estilo dos *pubs* americanos e ingleses, como hambúrguer e *fish and chips*, em porções individuais.

Percebe-se que a presença desses estabelecimentos, de estilo mais moderno, no contexto tradicional de Santa Tereza traduz a intenção de seus empreendedores em valer-se das suas já habituais práticas noturnas, bem como do seu público frequentador.

3.2.10. Lancherias, Hamburguerias e Pizzarias

Os estabelecimentos aqui considerados como lancherias são locais de funcionamento noturno, especializados em pizzas e hambúrgueres, sejam eles artesanais ou no famoso estilo “podrão”.

A lancheria possui um ambiente simples, de decoração pouco elaborada. Além de oferecer o serviço no local, possui *delivery*, sendo que este último tem sido ampliado, em termos da espacialidade no alcance de clientes e intensificado, no que concerne ao volume de pedidos, devido ao trabalho em conjunto com aplicativos de entrega como *Ifood*, *Uber Eats*, e outros.

Tais estabelecimentos, não possuem como ponto forte o consumo de bebidas alcóolicas, e assim, servem como alternativa de alimentação ao público boêmio pós-balada, totalmente condizente com o contexto de Santa Tereza.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de identificação, mapeamento e categorização dos bares de Santa Tereza, permitiu-nos o cumprimento do objetivo geral deste estudo que foi o de compreender a relação do pequeno empreendedorismo com a identidade e o cotidiano daquele local. Para tanto, adotou-se a perspectiva de que a grande concentração de micro pequenos negócios, do segmento de bares, existente naquele local, efetiva a dimensão da boemia de Santa Tereza, símbolo da sua cultura e identidade.

Neste sentido, conclui-se que Santa Tereza abriga 77 estabelecimentos comerciais, em sua maioria de micro ou pequeno porte. Percebeu-se que a divisão espacial destes estabelecimentos é de grande amplitude, porém, existe uma maior concentração no Pedago Boêmio/comercial, com destaque para a Praça Duque de Caxias e o Alto dos Piolhos.

Considerados os aspectos de: horário de funcionamento, tipo de ambiente interno e externo (decoração, fachada, etc.), tipo de comida que é servida, bem como a sua forma de produção, propôs-se a categorização destes estabelecimentos em dez diferentes tipos, sendo eles: barzinhos, bares fim de noite, botecos, espetinhos, mercadinhos, restaurantes, botecos do *Chef*, bistrôs, cervejarias artesanais e lancherias.

Os estabelecimentos do tipo barzinho, bar fim de noite, boteco e mercadinho são os que apresentam as características mais tradicionais atribuídas aos bares, principalmente nos aspectos de simplicidade e afetividade, conferidos no serviço, ambiente e comida. Já os espetinhos e cervejarias artesanais, propõem novos cardápios e dinâmicas de atendimento. Os restaurantes e lancherias, de certo, não são os protagonistas da imagem boêmia de Santa Tereza, porém, participam diretamente do seu modo de vida, pautado em proximidade e intimidade entre vizinhos, comerciantes e frequentadores. Os botecos do *Chef* e bistrôs são os estabelecimentos que conciliam a tradição dos ingredientes com a sofisticação do serviço. Todas essas diferenças e semelhanças fazem com que Santa Tereza seja um local democrático, capaz de atrair pessoas de diferentes gostos, idades e classes.

Cabe ressaltar que, esta pesquisa ocorreu entre os meses de abril e setembro de 2019, representando a realidade do bairro naquela ocasião, e que por se tratar de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, a categorização proposta não deve ser generalizada ao que acontece em outros contextos.

Assim, espera-se colaborar com as discussões acerca dos patrimônios culturais, relacionados principalmente à gastronomia mineira, bem como para a formação de programas, projetos, ações e políticas públicas de valorização e incentivo dos pequenos estabelecimentos, reconhecendo a sua fundamental contribuição para com este cenário.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIS, C. A. Belo Horizonte, a La Plata brasileira: entre a política e o urbanismo moderno. Goiânia, Revista UFG, Junho 2009, Ano XI, nº 6.

BAGGIO, U. C. A luminosidade do lugar - circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte: apropriação e territorialidade no bairro de Santa Tereza. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BELO HORIZONTE. Lei Municipal 9.505/2008. Disponível em <<https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/fiscalizacao/poluicao-sonora>> Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Constituição Federal, Art. 216, 1988. Disponível em <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_a_sp> Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

BOURDIEU, Pierre. Les structures sociales de l'Economie, Paris, Seuil, 2000.

CASTRIOTA, L. B. Patrimônio cultural: Valores e sociedade civil. In Mestres e Conselheiros: Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural. Organização: Marcos Paulo de Souza Miranda, Guilherme Maciel Araújo e Jorge Abdo Askar. Belo Horizonte. IEDS, 2009.

COSTA, M. M. C.; SALAZAR, V. S.; ALVES, L. O.; SILVA, A. C. O. BAJA GASTRONOMIA: Analisis de la influencia del ambiente sobre la satisfaccion de los clientes del Restaurante Reteteu (Recife-Brasil). " Estudios y Perspectivas en Turismo, vol. 28, no. 3, 2019, p. 715.

EAGLETON, Terry. A Ideia de Cultura. Editora UNESP, São Paulo, 2005.

EMPRESÔMETRO. Estatísticas de bares em Minas Gerais. Disponível em <<https://www.empresometro.com.br/Home/Estatisticas>> Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-industrial. In: ULRICH, Beck. Modernização reflexiva: política e estética na ordem social moderna. São Paulo: FEU, 1997.

GÓES, L. Bairro de Santa Tereza: Memória histórica nos 100 anos de Belo Horizonte. Editora Luís Góes, Belo Horizonte, 2003.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Boemia; Boêmia; Boêmio. In: DICIONÁRIO Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Pg 476

IBGE. Produto Interno Bruto – PIB. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>> Acesso em 20 de novembro de 2019.

JORNAL HOJE EM DIA. A Baixa Gastronomia. Disponível em <<https://www.hojeemdia.com.br/esportes/nenel-do-baixa-gastronomia-destaca-as-tradi%C3%A7%C3%B5es-mineiras-em-rangos-de-est%C3%A1dios-1.771044>> Acesso em 04 de abril de 2020.

PBH. Mapa dos botecos. Disponível em <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/bh-em-pauta-conheca-o-mapa-dos-botecos-de-bh>>. Acesso em 10 de junho de 2018.

PBH. Belo Horizonte Cidade Criativa da Unesco. Disponível em <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/belo-horizonte-recebe-titulo-de-cidade-criativa-da-unesco-pela-gastronomia>> Acesso em 13 de janeiro de 2020.

PBH. Mapa online da cidade. Disponível em <<http://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/idebhgeo#zoom=6&lat=7797497.07416&lon=612609.43475&baselayer=base>> Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

ROLIM, M. C. M. B.; Gosto, prazer e sociabilidade: Bares e restaurantes de Curitiba, 1950-60. Doutorado em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

SEBRAE. Panorama SEBRAE. Disponível em <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Panorama-Sebrae_052018.pdf> Acesso em 20 de novembro de 2019.

SEBRAE. Microcervejarias. Disponível em <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ideias/como-montar-uma-microcervejaria,8f387a51b9105410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> Acesso em 30 de março de 2020.

SILVA, Helena Alves. In: Comida de Buteco: Os 41 butecos de 2007. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TICLE, Maria. L. S. O nó entre o espaço e o tempo em Santa Tereza: os bares na paisagem boêmia em um bairro de Belo Horizonte. (Dissertação Mestrado) Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/ MG, 2016.

TICLE, Maria. L. S. A boemia do bairro Santa Tereza em Belo Horizonte. Anais do XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo, 2016.

UNESCO. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Paris, 2003. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por> Acesso em 18 de janeiro de 2020.

UNESCO. Creative cities. Disponível em <<https://en.unesco.org/creative-cities/>> Acesso em 13 de janeiro de 2020.

ZAOUAL, H. O homo situs e suas perspectivas paradigmáticas. OIKOS (Rio de Janeiro), América do Norte, 9, jun. 2010. Disponível em: <http://revista.oikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/196/126>. Acesso em: 01 Abr. 2020.

CAPÍTULO IV – ASPECTOS DA MOTIVAÇÃO DO MICRO E PEQUENO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

RESUMO

As numerosas micro e pequenas empresas brasileiras representam para o país, geração de emprego e renda, produção de bens e serviços, movimentação da economia, inclusão social e mais. Diversas organizações e estudos investigam as motivações que levam um indivíduo a empreender, onde a teoria necessidade *versus* oportunidade possui grande destaque. O presente estudo teve por objetivo investigar o processo decisório da abertura de uma MPE, ressaltando o aspecto de motivação empreendedora dos participantes. Os dados demonstram que a motivação ao empreendedorismo não se resume em necessidade *versus* oportunidade, e ainda, que o contexto sócio histórico do sujeito possui grande influência na sua decisão de empreender. Assim, propôs-se uma discussão dos dados por meio das motivações de maior recorrência e relevância; foram elas: vocação, liberdade e necessidade. Concluiu-se então, que as diversas motivações ao empreendedorismo não são excludentes entre si, e ainda, que estas, surgem de uma combinação das características pessoais de cada indivíduo com o seu contexto sócio histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Necessidade, Oportunidade, Motivação, Empreendedorismo.

ABSTRACT

The numerous micro and small Brazilian companies represent for the country, job and income generation, production of goods and services, movement of the economy, social inclusion and more. Several organizations and studies investigate the motivations that lead an individual to undertake, where necessity versus opportunity theory has great prominence. This study aimed to investigate the decision-making process of opening an MEP, highlighting the aspect of entrepreneurial motivation of the participants. The data shows that the motivation to entrepreneurship is not only necessity versus opportunity, and also that the historical partner context of the subject has great influence in his decision to undertake. Thus, a discussion of the data was proposed through the motivations of greater recurrence and relevance; they were: vocation, freedom and need. It was then concluded that the various motivations for entrepreneurship are not mutually exclusive, and also that they arise from a combination of the personal characteristics of each individual with their historical partner context.

KEY-WORDS: Necessity, Opportunity, Motivation, Entrepreneurship.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o empreendedorismo micro e pequeno porte se apresentam como fenômenos de grande representatividade, tanto em seu contexto econômico, quanto social. Em 2017, o número de micro e pequenas empresas (MPEs) e microempreendedores individuais (MEIs) no país, chegou a 12,2 milhões. Em 2018, as MPEs foram responsáveis por 27% do PIB do país, e se destacaram na oferta de empregos, com 580 mil novas vagas geradas (IBGE, 2018; SEBRAE, 2018).

A partir de 2006, de acordo com a legislação brasileira, passa-se a designar como micro e pequena empresa e microempreendedor individual, uma entidade jurídica, portadora de um número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), que exerça uma ou mais atividades previstas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), e que faturem até R\$ 360 mil, no caso das micro empresas, até R\$ 4,8 milhões, no caso das empresas de pequeno porte e até R\$ 81 mil no caso dos MEIs (BRASIL, 2018).

Outra característica relevante do micro e pequeno empreendedorismo no Brasil é a sua capacidade de gerar autoemprego. O Relatório Executivo de Empreendedorismo no Brasil, organizado pelo *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), estimou que no ano de 2018, cerca de 80% dos empreendedores não possuíam empregados, ou seja, a maioria dos empreendedores brasileiros desenvolvem a atividade empreendedora com objetivos de alcançar as condições materiais necessárias para si próprio e família ou a auto ocupação (GEM, 2018).

A motivação do sujeito empreendedor é outro aspecto relacionado à compreensão do empreendedorismo de micro e pequeno porte. Ainda de acordo com o GEM (2018), o sujeito que busca a atividade autônoma de trabalho como alternativa para sobrevivência é classificado como empreendedor por necessidade; enquanto que o sujeito que busca empreender por uma questão de realização pessoal é tido como empreendedor por oportunidade. No Brasil, esses números foram de 37,5% e 61,8%, respectivamente, entre os empreendedores iniciais⁹.

⁹ A taxa de empreendedorismo Inicial (TEA) engloba os indivíduos envolvidos com uma atividade empreendedora em estágio nascente (empresas que se encontram em planejamento ou com até 03 meses) ou com um empreendimento novo (empresas entre 03 a 42 meses). Tanto os empreendedores nascentes

Autores como Reynolds, Bygrave & Autio (2002), Williams, Round, & Rodgers (2009) corroboram com a classificação do *GEM* e afirmam que os indivíduos empreendedores são motivados a empreender pela necessidade de obter trabalho ou por terem identificado uma oportunidade de mercado a ser explorada; sendo que tais motivações seriam mutuamente excludentes.

Assim, os empreendedores por necessidade representam a “parcela da população envolvida com o empreendedorismo por não ter outra opção de trabalho” (p. 89). Enquanto que os empreendedores por oportunidade formam a parcela da população “envolvida com o empreendedorismo por terem identificado uma oportunidade de negócio que pretende perseguir” (GEM, 2011, p. 89).

Diante de tal perspectiva, entende-se então, que o empreendedorismo por necessidade está relacionado à falta de outras possibilidades para geração de renda e de ocupação. Em contrapartida, o empreendedorismo por oportunidade se trata de uma escolha, e dentre as opções possíveis de carreira, o indivíduo opta a ser um empreendedor (VALE, *et al*, 2014; REYNOLDS, *et al*, 2002).

De acordo com Degen (2008) o empreendedorismo por oportunidade é capaz de ter maior impacto sobre o crescimento econômico de um país do que o empreendedorismo por necessidade. Segundo o autor, os empreendedores por oportunidade são mais bem preparados e desenvolvem negócios inovadores e com novas tecnologias, enquanto que os empreendedores por necessidade desenvolvem negócios medíocres, que geram um mínimo de riqueza e empregos.

Percebe-se que as definições e análises do empreendedorismo no mundo, evidenciadas neste estudo, demonstram-se demasiadamente dualistas e objetivas. Assim, julga-se que diante de um fenômeno tão complexo e plural, somente tais conceitos não são suficientes para clarificar a temática.

A caracterização de empreendedor, adotada pelo economista Schumpeter (1985), coloca o indivíduo como um agente de mudança inovador que, por meio de características especiais e habilidades específicas, desempenha determinada atividade empreendedora.

quanto os novos pertencem à classificação dos empreendedores em estágio inicial, ou simplesmente empreendedores iniciais (GEM, 2018).

Tais características e habilidades, também chamadas de motivação empreendedora foram (e ainda são) objetos de pesquisa da Psicologia.

O psicólogo americano David McClelland, considerado precursor nos estudos sobre as motivações das pessoas na busca por atividades empreendedoras, vem influenciando diversos estudiosos da área a explorarem nos indivíduos os traços pessoais distintivos que os impulsionam ao empreendedorismo (VALE, *et al*, 2014).

Diferentemente da lógica dual “oportunidade *versus* necessidade”, a teoria de McClelland (1987) elenca três conjuntos de necessidades motivadoras, sendo eles: (1) o conjunto correspondente à realização, que engloba as características de busca de oportunidades e iniciativa, correr riscos calculados, persistência, exigência de qualidade e eficiência, bem como o comprometimento. O segundo, (2) o conjunto da aflição/planejamento, envolve a busca de informações, o estabelecimento de metas e o planejamento e monitoramento sistemáticos, como características. E por fim, o terceiro (3) conjunto, que diz respeito ao poder, compreende as características de persuasão e redes de contato além de independência e autoconfiança (VALE, *et al*, 2014).

Ainda de acordo com McClelland (1987) tais características podem ajudar os indivíduos a enfrentar os desafios de empreender, assim como a inexistência delas, pode inviabilizar a formação de um negócio (MINELLO, 2017).

Se as teorias dualistas e excludentes não comportam o entendimento da temática, tampouco farão àquelas que aferem somente ao indivíduo toda e qualquer responsabilidade sobre o fenômeno. Com esta afirmação, pretende-se dizer que, o aumento do empreendedorismo, mais especificamente de micro e pequeno porte se apresenta em um contexto mundial (econômico, político e social), e por este motivo, faz-se necessário que os estudos sobre a temática compreendam e assumam a intersecção entre os agentes macro e micro que compõem este fenômeno.

Diante do contexto apresentado, questiona-se: por quais motivos, cada vez mais pessoas, decidem empreender em micro e pequenos negócios? As motivações por necessidade e oportunidade são excludentes entre si? Com o objetivo de satisfazer tais questões, este estudo pretende descrever o perfil do empreendedor de micro e pequenas empresas, mais especificamente de bares, no aspecto de motivação ao empreendedorismo. Assim, por meio de um estudo de caso, com micro e pequenos

empreendedores de bares, fez-se a investigação sobre os aspectos da motivação ao empreendedorismo.

Para este estudo optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa dentro do contexto de um estudo de caso. Baseou-se uma proposta multidisciplinar, que dialoga com os princípios críticos marxistas do trabalho. Para a coleta dos dados fez-se uso das técnicas de entrevista e observações diretas. Os sujeitos desta pesquisa foram os empreendedores, de bares e restaurantes, estabelecidos no bairro de Santa Tereza, região leste de Belo Horizonte.

A escolha deste tradicional bairro da capital de Minas Gerais deu-se pelo motivo de que o empreendedorismo de micro e pequeno porte, local e familiar de bares naquele lugar se mostra como um fenômeno significativo, com a presença de pelo menos 77 bares e restaurantes. Além disso, Belo Horizonte é nacionalmente reconhecida como a capital dos botecos; título este que atribui à cidade, consequentes reflexos na geração de empregos, turismo, captação de recursos, entre outros (TICLE, 2016; PBH, 2017).

Fez-se primeiramente, uma pesquisa de natureza exploratória, não probabilística, junto a 35 empreendedores. Do total de entrevistados, 10 declararam, na data da pesquisa, possuir menos de 3,5 anos de atividade como empreendedor e, portanto, foram os que compuseram os resultados e discussões deste estudo. Cabe ressaltar que os aspectos de motivação ao empreendedorismo (necessidade e oportunidade), no caso desta pesquisa, se aplicaram exclusivamente a esses empreendedores, considerados iniciais (GEM, 2018).

Foram realizadas entrevistas após contato e abordagem dos empreendedores de cada estabelecimento, no período de abril a setembro de 2019, e para tanto, baseou-se em um roteiro semiestruturado de perguntas e observações.

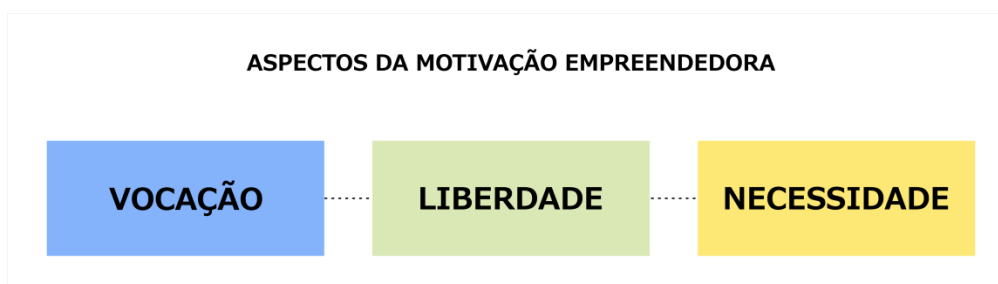
Os dados foram analisados utilizando-se o relato dos participantes do seu histórico empreendedor e sua motivação ao empreendedorismo. A partir das falas dos participantes e as observações *in locu* da pesquisadora, foi construído um panorama das semelhanças concomitante à pluralidade das histórias e motivações dos sujeitos.

2. MOTIVAÇÕES AO EMPREENDEDORISMO: UMA NOVA PROPOSTA

Conforme apresentado na problematização deste estudo, a teoria dualista e mutuamente excludente do empreendedorismo por oportunidade e por necessidade é passível de críticas na medida em que não considera a complexidade deste fenômeno para o sujeito empreendedor; visto que o processo decisório de empreender em uma micro ou pequena empresa é composto por diversos sentimentos, incertezas e motivações. Assim como, as teorias da motivação ao empreendedorismo, iniciadas pelo psicólogo David McClelland (1987), parecem não abranger o contexto econômico, histórico e social que o sujeito empreendedor se encontra quando decide empreender, atribuindo a este, toda e qualquer responsabilidade sobre o fenômeno.

Neste contexto, buscou-se discutir as motivações ao empreendedorismo em uma nova proposta, elaborada por esta pesquisa, tomando por base os aspectos identificados como mais recorrentes nas entrevistas, sendo esses: a vocação para o tipo de negócio; desejo de liberdade e/ou autonomia no ambiente de trabalho; assim como a necessidade de obtenção de trabalho renda. Um esforço teórico necessário para que a compreensão do fenômeno seja alcançada.

FIGURA 20 - Proposta de Análise da Motivação Empreendedora



Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborado pela Autora, 2020.

O sentido original do termo vocação é teológico. Por muitos anos esteve associado ao atendimento a um chamado divino e à escolha da vida religiosa. Atualmente, a questão vocacional ocupa o campo da psicologia e possui diferentes compreensões (SPARTA, 2003; MOLINEIRO, 2007).

Semelhante ao sentido teológico, a abordagem da psicologia analítica também relaciona a vocação com atividades para a qual a pessoa se sente “chamada”, algo que está no campo do inconsciente humano, mas que se manifesta no consciente por meio das

escolhas, responsabilidades e comprometimento. Neste sentido, pode-se dizer que a vocação é um traço da singularidade de cada pessoa, que acontece dentro do processo de desenvolvimento e integração ao longo da vida (JUNG, 1988 *apud* MOLINEIRO, 2007).

O trabalho ocupa um papel de centralidade na vida humana, por meio dele os sujeitos modificam a própria realidade e também são modificados por ela (LUKÁCS, 1981). Assim, entende-se que a profissão (termo originado do latim *professio*, que significa a ação e o efeito de professar) é um espaço de possibilidades onde as pessoas assumem algo a seu próprio respeito, vinculado às suas características mais singulares (MOLINEIRO, 2007). Cabe ressaltar aqui, que o trabalho nos moldes da produção capitalista modifica a sua natureza, portanto, atualmente, a escuta quase que romântica deste “chamado vocacional” divide espaço com as preocupações de emprego, remuneração, ascensão social, carreira, etc.

Outro aspecto derivado da nova configuração do trabalho no sistema capitalista, entendido como um indicador da relação entre homem e trabalho, são os pontos extremos de insatisfação ou satisfação no trabalho (MARTINEZ, PARAGUAY, 2003; RODRIGUES *et al*, 2006). A temática é de interesse de estudos tanto das áreas da Psicologia, quanto da Economia, Administração e Sociologia do trabalho.

O campo da Psicologia investiga a forma como a organização do trabalho afeta o funcionamento psíquico dos indivíduos, abrindo espaço para o estudo do sofrimento no trabalho e conseqüentes doenças, físicas e mentais (MARTINEZ, PARAGUAY, 2003; RODRIGUES *et al*, 2006).

Em seus estudos, Dejours (1998) relaciona o conteúdo da tarefa como motivador da infelicidade do trabalhador. A carga mental, agente do sofrimento, pode decorrer da inexistência do sentido do trabalho, da alienação ao trabalho, do sentimento de indignidade, da falta de autonomia, etc.

Para a Psicopatologia do Trabalho, a maioria dos trabalhadores não consegue preservar um equilíbrio psíquico e manter-se na normalidade, ou seja, o sofrimento é mais habitual do que a normalidade. Diante disso, muitos estudos da área se concentram nas estratégias elaboradas pelos trabalhadores para enfrentarem a situação de trabalho (DEJOURS, 1998; RODRIGUES *et al*, 2006).

A busca por outro trabalho, inclusive o trabalho por conta própria e/ou empreendedorismo, é um exemplo de estratégia de enfrentamento do sofrimento no trabalho. Um estudo derivado da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/ IBGE), do período de 2002 a 2007, apontou que cerca de 8% do total de ocupados tomaram providências para conseguir outro trabalho. “Trabalhadores insatisfeitos mudam mais de ocupação” (p. 139), e é neste sentido que a insatisfação no trabalho também se torna tema de pesquisa para a Economia, pois as organizações são diretamente afetadas pelas questões de rotatividade e perda de pessoal (MACHADO & SILVA, 2014).

Para a caracterização de empreendedores por necessidade, mantiveram-se os aspectos citados pelo GEM (2018), de necessidade de obtenção de trabalho e renda, porém, deve-se negar a ideia de que tal motivação exclua outras motivações que possam existir, tais como a vocação, realização pessoal, desejo de autonomia, insatisfação no trabalho, identificação de uma oportunidade de mercado, entre outras. Ainda de acordo com os estudos baseados nos Relatórios do GEM, têm-se observado que as taxas de empreendedorismo por necessidade na América Latina são maiores do que quando comparadas ao grupo dos países mais industrializados do mundo, o G7 (BRUNEAU & MACHADO, 2006).

Sendo assim, visto que a América Latina é composta por países subordinados, de industrialização intermediária, tais conclusões evidenciam o que estudos como os de Tavares (2004), Antunes (2009) e SEBRAE (2017), advertem sobre a relação entre as crises econômicas, o desemprego, a informalidade e expansão do empreendedorismo de micro e pequeno porte.

A taxa de desemprego¹⁰ no Brasil foi de 13,7% no ano de 2017, a maior desde que o IBGE começou a publicar a pesquisa (IBGE, 2017). Em contrapartida, no mesmo ano, houve um aumento de 26% na abertura e formalização de micro e pequenas empresas (SEBRAE, 2017).

Para o sociólogo marxista brasileiro, Ricardo Antunes (2009), em alguns casos, o empreendedorismo de micro e pequeno porte pode ser visto como uma modalidade de trabalho informal, que se apresenta no contexto da “desestruturação crescente do

¹⁰ A taxa de desemprego aberto é medida pela relação entre o número de pessoas desocupadas (procurando trabalho) e o número de pessoas economicamente ativas num determinado período de referência (IBGE, 2017).

Welfare State, do crescimento do desemprego estrutural e das crises do capital, onde os trabalhadores são obrigados a buscar alternativas de trabalho” (p. 105).

Ainda no centro dessa discussão, de acordo com Tavares (2018), o empreendedorismo dito por oportunidade, que discorre de um discurso positivista, onde a pequena empresa se apresenta como uma alternativa atrativa de trabalho, pautada na autonomia, também pode ser entendido como uma tentativa das práticas capitalistas, de ganhar legitimidade social.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A parcela da pesquisa referente aos empreendedores iniciais apontou para a existência de múltiplas histórias e motivações relacionadas ao micro e pequeno empreendedorismo, mais especificamente de bares.

Os participantes foram questionados enquanto as motivações de “oportunidade de mercado *versus* necessidade de trabalho e renda”, porém, por meio do suporte teórico deste estudo, entendeu-se que somente tal categorização não permitiria a compreensão deste fenômeno. Sendo assim, para alcançar o objetivo proposto, introduziu-se nas entrevistas algumas questões relacionadas ao processo decisório de abertura da empresa, ao contexto da vida pessoal e familiar do participante, à sua naturalidade e também ao seu histórico profissional.

As narrativas dos participantes possuem vasta pluralidade, e apontam inclusive para a existência de motivações mútuas. Tais motivações perpassam aspectos de insatisfação profissional, mudança de cidade, vocação, realização pessoal, obtenção de renda, entre outros.

Sendo assim, para fins de discussão dos resultados, foi elaborada uma caracterização dos participantes de acordo com suas motivações mais relevantes e recorrentes: **(1) empreendedores vocacionais**, ou seja, aqueles que declararam que a abertura do bar foi um projeto de realização pessoal e/ou familiar; e **(2) empreendedores livres**, que são aqueles sujeitos motivados pela insatisfação com o trabalho anterior e **(3) empreendedores por necessidade**, que são aqueles sujeitos motivados pela necessidade de obtenção de renda, seja pessoal e/ou familiar.

Cabe ressaltar que a categorização aqui proposta busca, além de evidenciar a relevância dos aspectos motivacionais ao empreendedorismo, destacar a existência de uma sobreposição entre os aspectos de vocação, liberdade e necessidade.

A tabela a seguir apresenta os resultados encontrados pela pesquisa, onde a classificação por ‘x’ evidencia uma motivação existente, porém não como majoritária; já a classificação ‘xx’ significa que tal motivação tem relevância considerável, porém coexistente com outra(s); neste sentido, ‘xxx’ retrata a motivação principal do sujeito pesquisado, porém, também coexistente com outra(s); logo, ‘xxxx’ se trata da única motivação evidenciada; e por fim, ‘-’ representa que aquele aspecto motivacional não foi evidenciado pelo participante.

QUADRO 2 - Resultados da Motivação Empreendedora

	Aspectos da Motivação		
	Vocação	Liberdade	Necessidade
Pesquisado 1	-	X	XXX
Pesquisado 2	XX	X	X
Pesquisado 3	-	XX	XX
Pesquisado 4	X	-	XXX
Pesquisado 5	XX	XX	-
Pesquisado 6	XX	-	XX
Pesquisado 7	X	XXX	-
Pesquisado 8	XXXX	-	-
Pesquisado 9	X	XXX	-
Pesquisado 10	-	XX	XX

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019. (Elaborado pela Autora).

A seguir, serão discutidas e analisadas as falas e as situações onde os aspectos elencados no Quadro 02 foram identificados, com base na bibliografia apresentada, destacando-se a sobreposição e a existência mútua desses aspectos.

3.1. Empreendedores Vocacionais:

Considerou-se o aspecto vocacional como um dos motivadores para a abertura da empresa, quando os sujeitos pesquisados relataram que ter um bar e/ou uma micro empresa, foi um projeto de vida, algo desejado, que lhe proporcionou uma realização pessoal, e/ou familiar.

Os parágrafos a seguir evidenciam e discutem o aspecto vocacional dos pesquisados 2, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, que apresentaram, em diferentes graus de relevância, certa afinidade com a questão da vocação.

A seguinte expressão foi extraída da fala de uma das participantes da pesquisa: **P2:** “*A minha família é de origem italiana, e a gente sempre quis ter um negócio, e que fosse no ramo alimentício [...]*”. P2 é sócia de um pequeno bistrô, que também é gerenciado por mais dois de seus irmãos; o que foi dito, demonstra o quanto a pesquisada se orgulha da descendência italiana, e ainda, que tal característica familiar impulsionou o desejo e a afinidade com uma atividade de trabalho relacionada à alimentação, lazer, diversão, etc.

No caso da Participante 4, uma mulher, de 46 anos, nascida em uma pequena cidade do Norte de Minas, entendeu-se que apesar de o aspecto da vocação estar presente em sua fala, isso se deve muito ao fato dela estar envolvida, desde a infância, com a atividade de cozinhar:

P4: “Meu pai trabalhava na roça, e desde os 9 anos eu fazia marmitta pra ele levar [...] aos 15 anos eu vim pra BH, pra trabalhar na casa de uma família [...] minha patroa dava muitas festas, eu sempre trabalhei com festa [...] também já trabalhei em restaurante [...] e tive meu buffet de salgados pra festa.”

A Participante 5 declarou-se uma empreendedora nata, tendo encontrado no bar a conciliação entre empreender e atuar em um segmento de mercado no qual se identifica: **P5:** “*[...] eu já tive outras duas empresas [...] eu falo que eu nasci empreendedora. Sempre tive esse olhar voltado para empreender, [...] mas eu sempre quis ter um bar, sabe?!*”. Quando questionada sobre a vocação especificamente para bar, a participante pontuou que por gostar de comidas e bebidas de botecos, tinha muitas ideias para o ramo:

P5: “[...] e eu sou amante do chopp né, então, de tanto frequentar, de ver, eu vi nesse nicho um bom investimento, [...] uma coisa inovadora que é o chopp artesanal, as comidas artesanais [...] cada vez mais as pessoas valorizam essa coisa do artesanal [...]”;

E ainda, que se sente realizada em receber as pessoas no seu bar com uma boa comida e bom atendimento: **P5:** [...] *eu gosto dessa coisa de receber, de organizar, gosto que elas tirem foto, faço questão de ir de mesa em mesa e saber como está a comida, o atendimento”.*

No discurso do Participante 6, mesmo que de forma não predominante, percebeu-se também o aspecto da vocação para o empreendedorismo de bar. Inicialmente o participante declara a familiaridade com o cozinhar, e em seguida as origens da sua vocação:

P6: “Eu sou mecânico de motos, e na minha antiga oficina, eu sempre mexi com comida também, pra reunir a turma e tals, e eu tenho o bar por conta disso [...]; a cozinha eu gosto desde novo, mais por conta da química da comida, a gente mistura os trem tudo e ela dá certo, é uma delícia. A minha mãe cozinha muito bem [...] então eu aprendi muito com ela a comida mineira, mas eu invento muita coisa também [...]”

Diante do histórico apresentado pelo participante 7, ficou explícito que empreender em uma pequena empresa foi uma questão relacionada principalmente à necessidade de autonomia. Porém, quando questionado sobre o porquê de ter escolhido o segmento de bares, o homem, de 39 anos, que mora no bairro de Santa Tereza desde nasceu, esclarece:

P7: “A cozinha pra mim sempre foi um hobbie, mas aí virou trabalho [...]; [...] eu tinha muita ideia do ramo de bebida, de cerveja, de comida, e aí eu fui pra essa linha. [...] eu gosto é da cozinha, [...] aqui eu não tenho o trivial, filé com fritas eu não faço aqui, aí eu faço almôndega, faço moela, eu tento mudar um pouco a linha do comum”.

A questão da vocação pelo segmento de bares, foi a única motivação percebida na Participante 8. Isso se deu pelo fato de que a mulher, de 52 anos, declarou que além de ser sócia do bar, é médica, pesquisadora e servidora federal; e, neste sentido, entendeu-se que a aproximação com o cenário cultural da cidade, que resultou em uma sociedade com o bar, se tratou de uma realização pessoal.

P8: “Eu sou doutora e professora há anos, e também sou musicista [...] e eu montei uma produtora e comecei a produzir festivais aqui em BH, [...] foi quando então, eu percebendo a dificuldade da música autoral, tive a oportunidade de ser sócia desse bar e fazer [...] um projeto para fomentar a música autoral”.

O participante 9, natural do Rio de Janeiro, estabeleceu-se na cidade de Belo Horizonte devido ao seu emprego anterior; a cultura boêmia da cidade, as suas experiências de

vida, bem como a insatisfação no trabalho formal, foram os principais motivadores ao empreendedorismo de bar:

P9: [...] eu tinha um apartamento em BH, e eu pedi transferência da empresa pra cá, e cada vez menos eu ia para o Rio. [...] eu e o meu sócio já moramos fora do Brasil, então a gente trouxe muito essa coisa do finger food, que é um pouco do nosso petisco aqui no Brasil, mas a gente deu uma ‘amineirada’ nos pratos, porque os ingredientes brasileiros, mineiros, são maravilhosos. [...] Quando eu tomei a decisão de largar meu emprego, eu ganhava muito bem, mas vivia muito mal [...]”.

A análise das falas dos sete empreendedores considerados por esta pesquisa, como vocacionais, evidenciou a aproximação entre realização pessoal e o empreendedorismo de bar, pode ter origens relacionadas a ofícios familiares, à aptidão e também à vivência do sujeito. Assim, não foi possível afirmar que a vocação para tal atividade de trabalho tratava somente de uma habilidade nascida com o sujeito, ou um “chamado” divino que o colocou neste caminho (SPARTA, 2003; MOLINEIRO, 2007).

Sendo assim, corrobora-se com a perspectiva da psicologia analítica de que a vocação de um sujeito, registrada no seu inconsciente, pode guiar, ao longo da vida, as suas escolhas, responsabilidades e comprometimento. E que, somado a isso, as preocupações com emprego, renda e classe social norteiam as decisões profissionais dos sujeitos, influenciando a sua construção como trabalhador (JUNG, 1988 *apud* MOLINEIRO, 2007).

3.2. Empreendedores Livres:

Foram classificados como empreendedores livres os sujeitos motivados a empreender pela insatisfação com a atividade de trabalho anteriormente exercida.

Sete dos empreendedores possuíam algum outro tipo de atividade de trabalho anteriormente ao empreendedorismo de bar, e com a qual se sentiam insatisfeitos. E assim, em diferentes graus de relevância, a insatisfação com o trabalho foi um motivador para o empreendedorismo.

Na seguinte fala, a Participante 1 declarou alguns aspectos da sua insatisfação com o trabalho que exercia, mesmo já sendo autônoma: **PI:** “*Eu tive uma empresa da ‘Operadora de TV X’ [...] eu tinha 3 telefones [...] era e-mail o dia inteiro, reunião, aquele trem ‘formalção’.*” E ainda ressalta que a decisão de abandonar este trabalho se deu anteriormente ao processo de abertura do bar, fazendo com que o empreendedorismo também configure uma necessidade de obtenção de renda:

P1: “[...] eu ficava presa dentro da minha empresa [...] E aí eu falei, não quero isso pra mim mais, eu faço faxina na casa dos outros, mas eu não quero esse ‘trem’ pra mim”.

Diante da seguinte fala da participante 2, percebeu-se que a sua insatisfação com o trabalho anterior estava relacionada aos aspectos de remuneração, insegurança e instabilidade. **P2:** “[...] eu sempre fui muito autônoma, [...] o que ajuda demais, a não depender de um só lugar [...] eu sempre tive mais de uma fonte de renda”. Sendo assim, a família viu na pequena empresa, uma forma de enriquecer, o que até então, para eles, não seria possível no trabalho formal.

P2: “[...] é uma coisa que a gente gosta de fazer e tem possibilidade de crescer sim, de melhorar financeiramente pra todo mundo, a gente conseguindo ter outras lojas, com certeza vai agregar bastante [...]”.

O Participante 3, um homem de 32 anos, declarou que há 2 anos deixou de exercer a profissão de professor por questões de remuneração e reconhecimento. **P3:** “*Eu era professor de educação física, e ser professor não está muito bom né [...] eu dava aulas em escolas e decidi largar*”.

Já a Participante 5, adotou em sua fala uma necessidade de estar sempre empreendendo, pois enxerga a autonomia deste tipo de trabalho, como um aspecto de satisfação. **P5:** “*Eu sempre tive esse olhar voltado para empreender, eu não aguento nada que eu tenha que ficar ali, rotineiramente, fazendo a mesma coisa [...]*”.

A fala do Participante 7 foi uma das que mais evidenciou a questão da insatisfação com o trabalho como motivador ao empreendedorismo. **P7:** “*Eu tinha 20 anos de serviço público, [...] e resolvi ir pra outra linha, eu falei: eu não aguento mais*”. Ele ainda ressalta que se sente realizado na atual função:

P7: “Hoje eu me sinto mais realizado, graças a Deus, eu trabalho por conta própria e não tem mais ninguém me dando ordem [...] desde os 18 anos no serviço público, o nosso mundo muda muito, [...] hoje não ninguém mandando em mim, só o ‘mercado’, que é quem comanda todo mundo”.

Neste sentido, o Participante 9 também demonstrou na sua fala grande afinidade com a temática da insatisfação como motivador ao empreendedorismo:

P9: “Eu já era executivo na empresa e em determinado momento da minha carreira, eu resolvi fazer um ‘sabático’, fiquei 5 meses na Califórnia, foi quando onde eu decidi mudar completamente a forma como eu lido com o trabalho, com o dinheiro”.

Assim, ele confirma que os aspectos citados por Dejours (1998), como a pouca qualidade de vida e falta de autonomia são causadores dessa insatisfação, e que neste caso, resultou na decisão em empreender:

P9: “Quando eu tomei a decisão de largar meu emprego, eu ganhava muito bem, mas vivia muito mal. [...] essa liberdade pra mim não tem preço, [...] porque de certa forma, quando você é executivo, você é um empregado de luxo, um escravo de luxo, você ganha muito bem, mas você não tem autonomia, você não decide sobre você”.

Nesta mesma perspectiva, a Participante 10 declara a sua compreensão do trabalho formal, e ressalta as suas estratégias para lidar com essa insatisfação:

P10: “[...] vai parecer que é um pouco presunção, mas eu achava que eu era muito boa para o tanto que eu recebia e quando você tem um emprego fixo, você tem o fixo que você vai ganhar, independente do desempenho que você tem, então eu sempre fiz coisas por fora, onde o desempenho contava como dinheiro [...]”.

Assim, os resultados indicaram particularidades a cada indivíduo, assim como uma diversidade de características do trabalho como causas de insatisfação. Dentre elas destacam-se a falta de autonomia e o descontentamento com a remuneração. Em relação aos setores de trabalho no qual estes sujeitos se sentiam insatisfeitos, os dados demonstraram esta ocorrência em pelo menos três setores da economia, sendo eles, o setor público, as grandes empresas privadas e o próprio empreendedorismo quando denota terceirização. Apesar de abranger uma pequena parcela de empreendedores, sendo passível de maiores investimentos, estes resultados apontam para os desafios nos quais esbarram as organizações de diversos tipos e portes para manter seus trabalhadores satisfeitos e engajados, bem como para a área da Psicopatologia do Trabalho que se interessa em estudar as estratégias de enfrentamento a este fenômeno (DEJOURS, 1998; RODRIGUES *et al*, 2006; MACHADO & SILVA, 2014).

Além disso, ao contrário do que afirma a teoria oportunidade *versus* necessidade, os resultados deste estudo indicam que o sujeito que opta pela autonomia conferida ao trabalho do empreendedor, também pode ser motivado pela necessidade de obtenção de trabalho e renda, pois a insatisfação com o trabalho anterior e posterior decisão de deixá-lo, não exclui a necessidade de se obter recursos para o seu sustento e/ou de sua família.

Cabe ressaltar que esta pesquisa não pretendeu investigar as condições psicológicas do trabalhador, mas sim, entender o contexto em que se deu a decisão de empreender.

3.3. Empreendedores por Necessidade:

Os empreendedores iniciais são considerados por necessidade quando, na falta de outra opção de trabalho, iniciam um trabalho autônomo por meio de uma micro ou pequena empresa, com o objetivo de gerar renda e ocupação para si próprio e/ou para a sua família (VALE, *et al*, 2014; REYNOLDS, *et al*, 2002; GEM, 2018).

Os Participantes 1, 2, 3, 4, 6 e 10 tiveram a necessidade de obtenção de trabalho e renda como um dos motivadores ao empreendedorismo. As falas a seguir confirmam essa afirmação.

P1: “Eu vejo também como uma necessidade porque a minha fonte de renda é essa, se fechar aqui eu não tenho nada [...]”.

P2: “[...] a renda da família vem toda daqui. Mas o valor da renda familiar eu não sei dizer, porque a nossa conta pessoal ainda ‘tá’ entrando nos gastos do restaurante [...]”.

P3: “O bar é a única fonte de renda que eu tenho depois que deixei de dar aulas [...]”.

P4: “Eu já tinha 06 meses que estava desempregada, [...] foi em um momento de muito desespero, eu não sabia mais o que fazer [...]” “[...] eu considero que eu empreendi para ter o meu próprio emprego, o meu próprio sustento”.

P6: “Foi pra complementar a minha renda, mas porque também eu gosto de fazer comida e reunir os amigos [...]” “Aqui não dá muito dinheiro não, mas pelo menos complementa a renda né, porque se eu fosse viver só da moto, não tava legal não [...]”.

P10: “[...] todo dinheiro que entra eu reinvesto, eu não tinha esse dinheiro, veio tudo do bar”. “E assim, eu não tiro nada pra mim, só o básico do básico, [...] só pagar aluguel, alimentação, [...] e Uber que eu gasto”.

As empresas das Participantes 2 e 4 são caracterizadas como familiar, pois são gerenciadas e/ou possuem pessoas da família envolvidas na atividade de trabalho (TAGIURI, 1996). Já as empresas dos Participantes 1, 6 e 10 não apresentam tal característica. No entanto, percebeu-se dois fatos em comum nas situações apontadas, o primeiro deles diz respeito à empresa ser a única ou principal fonte de renda dos envolvidos; o segundo, foi a afirmação dos participantes de que não existir uma separação entre o faturamento da empresa e renda pessoal ou familiar. Tais dimensões reforçam a intenção da obtenção de sustento pessoal e/ou familiar por meio da atividade autônoma.

Uma pesquisa, do ano de 2008, apontou que 60% dos jovens (18 a 24 anos) empreendedores iniciais por necessidade possuíam de 5 a 11 anos de escolaridade, enquanto que 25% dos jovens empreendedores iniciais por oportunidade, já haviam

concluído ou estavam cursando o ensino superior (BULGACOV, *et al*, 2011). Assim, outro resultado significativo deste estudo, foi a identificação de que as Participantes 1 e 4, que apresentaram a motivação por necessidade com maior relevância, também são as que declararam possuir as menores escolaridades entre os dez empreendedores iniciais (ensino superior incompleto e ensino fundamental incompleto, respectivamente).

Neste sentido, corrobora-se com as teorias de Degen (2008), Antunes (2009) e Tavares (2018). Estes autores apontam para uma relação existente entre as crises econômicas, a carência de um Estado de bem estar social, e o aumento do desemprego e da informalidade, enfrentados pelo Estado e pelos trabalhadores por meio do empreendedorismo de micro e pequeno porte.

Contudo, assim como nas demais motivações apresentadas, a motivação ao empreendedorismo guiada pela necessidade de trabalho e renda, não exclui que outras motivações possam existir, tais como o aproveitamento de uma oportunidade de mercado, o desejo de ser empreendedor do próprio trabalho, de ter autonomia sob seus horários e rotina e/ou a realização pessoal de trabalhar com algo que se tenha vocação.

Cabe ressaltar que, como este foi um estudo qualitativo, outras pesquisas se fazem necessárias para a discussão da relação escolaridade *versus* empreendedorismo por necessidade ou oportunidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou os aspectos que motivam os sujeitos a empreender em uma pequena empresa, tendo por base uma pesquisa realizada na cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, com micro e pequenos empreendedores do segmento de bares. No contexto em que o estudo foi realizado, a motivação ao empreendedorismo não se resume a necessidade *versus* oportunidade, além disso, percebeu-se que o contexto sócio histórico do sujeito teve grande influência na sua decisão de empreender. Para fins de discussão dos resultados elegeram-se as motivações de vocação, autonomia e necessidade como principais e mais recorrentes.

Considerou-se que sete entre os dez participantes desta pesquisa compuseram o grupo do empreendedorismo motivado pela vocação, pois, estes sujeitos demonstraram ou relataram em sua narrativa que o empreendedorismo de bar foi um projeto de realização

pessoal e/ou familiar, e ainda, que de alguma forma, possuem afinidade com as atividades inerentes ao tipo de negócio, como a de preparar os petiscos, organizar o ambiente comercial, receber e envolver-se com os clientes.

Já os empreendedores livres são aqueles sujeitos que demonstraram a insatisfação com o trabalho anteriormente exercido como motivador do pequeno empreendedorismo de bar. Neste sentido, considerou-se que sete entre os dez participantes compõem esta categoria.

Para a categorização do empreendedorismo por necessidade considerou-se principalmente os aspectos de obtenção de trabalho e renda; sendo assim, seis participantes formam a categoria de empreendedores por necessidade; onde também foram percebidas as características de falta de separação entre o dinheiro pessoal e o da empresa, além da alta significância na renda, pessoal e/ou familiar, proveniente do bar.

Sendo assim, concluiu-se pela existência de múltiplas motivações que levam o sujeito a empreender em uma empresa de micro e pequeno porte, e que tais aspectos não são excludentes entre si. Essas motivações surgem de características pessoais de cada indivíduo (vocação, profissão, ofício, experiências, etc.), e também do seu contexto sócio histórico (desemprego, obtenção de renda, ascensão social, etc.).

Por fim, como contribuição ao universo das micro e pequenas empresas, recomenda-se que as instituições de ensino, pesquisa e intervenção, como o SEBRAE, as Universidades, o GEM, IBGE, consultorias privadas, etc. considerem a existência de múltiplas motivações do sujeito empreendedor, que não se resumem necessariamente em oportunidade e necessidade e, além disso, que haja uma distinção no tratamento destes em termos de suporte teórico, formação e consultorias, tendo em vista que as diferentes motivações podem incidir e nortear o trabalho do sujeito empreendedor e o desenvolvimento do seu negócio.

Baseado no fato de que esta pesquisa abordou um número pequeno de participantes, recomenda-se a complementação da discussão da temática junto a outros estudos. E ainda, que as pesquisas relacionadas ao empreendedorismo de micro e pequeno porte atinjam uma abordagem multidisciplinar, envolvendo os campos das ciências humanas, sociais e econômicas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho; Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP. Boitempo, 2009.

BLOCK, Jörn; SANDNER, Philipp. Necessity and Opportunity Entrepreneurs and their Duration in Self-employment: Evidence from German Micro Data. *Journal of Industry, Competition and Trade*, Vol. 9, No. 2, pp. 117-137, 2009.

BRASIL, Lei Complementar Nº 123, (2006). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm> Acesso em 20 de março de 2019.

BRUNEAU, J., MACHADO, H. V. Empreendedorismo nos países da América Latina baseado nos indicadores do Global Entrepreneurship Monitor (GEM). *Panorama socioeconómico* año 24, Nº 33, p. 18-25, Julio - Diciembre 2006.

BULGACOV, Yára Lúcia M. et al. Jovem empreendedor no Brasil: a busca do espaço da realização ou a fuga da exclusão? *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 695-720, June 2011.

DEGEN, Ronald Jean; Empreendedorismo: Uma Filosofia para o Desenvolvimento Sustentável e a Redução da Pobreza. *Revista de Ciências da Administração* - v. 10, n. 21, p. 11-30, Maio, 2008.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de Psicopatologia do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

GEM, Global Entrepreneurship Monitor. Empreendedorismo no Brasil. Disponível em <encurtador.com.br/mCEK1> Acesso em 14 de novembro de 2019.

_____. Relatório Executivo de Empreendedorismo no Brasil 2017. Disponível em <<https://bit.ly/2srrByh>> Acesso em 14 de novembro de 2019.

_____. Relatório Executivo de Empreendedorismo no Brasil 2018. Disponível em <encurtador.com.br/iE019> Acesso em 14 de novembro de 2019.

IAE; Global Entrepreneurship Monitor. Reporte ejecutivo Argentina, evaluación de la actividad emprendedora nacional. Buenos Aires: Centro de Entrepreneurship IAE, Escuela de Dirección y Negocios Universidad Austral. 2001. 51p.

IBGE. Setor Informal, 2003. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/setor-informal.html>> Acesso em 13 de setembro de 2019.

_____. Produto Interno Bruto – PIB. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>> Acesso em 20 de novembro de 2019.

_____. Taxa de desemprego ativa. Disponível em <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>> Acesso em 20 de novembro de 2018.

LUKÁCS, G. A ontologia do ser social. Tradução Prof. Ivo Tonet (Universidade Federal de Alagoas), a partir do texto *Il Lavoro*, primeiro capítulo do segundo tomo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. 1981.

MACHADO, Danielle Carusi; SILVA, Adriana Fontes. Um indicador de não satisfação no trabalho e a mobilidade do mercado de trabalho: um estudo para homens e mulheres. *Nova econ.*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 123-140, Apr. 2014.

MOLINEIRO, M. L. C. A. Vocação: uma perspectiva Junguiana. A orienta o vocacional na clínica Junguiana. Disserta o (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo – SP, 2007.

MARTINEZ, Maria Carmen; PARAGUAY, Ana Isabel B. B. Satisfa o e saúde no trabalho: aspectos conceituais e metodológicos. *Cad. psicol. soc. trab.*, São Paulo, v. 6, p.59-78, dez. 2003.

MCCLELLAND, DC. Characteristics of successful entrepreneurs. *The Journal of Creative Behavior*, 21 (3), 219-233, 1987.

MINELLO, I. F., BÜRGER, R. E., KRÜGER, C. Características comportamentais empreendedoras: um estudo com acad micos de administra o de uma universidade brasileira. *Rev. Adm. UFSM*, Santa Maria, v. 10, Edi o Especial, p. 72-91, Ago. 2017.

NORONHA, Eduardo G. "Informal", Illegal, Injusto: percep es do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - Vol. 18 N  53, out./2003

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Mapa dos botecos. Disponível em <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/bh-em-pauta-conheca-o-mapa-dos-botecos-de-bh>>. Acesso em 10 de junho de 2018.

REYNOLDS, P. D., CAMP, S. M., BYGRAVE, W. D., AUTIO, E., M. HAY. *Global Entrepreneurship Monitor 2001 Executive Report*. Babson College, London Business School, 2002.

RODRIGUES, P. F.; ALVARO, A. L. T.; RONDINA, R. Sofrimento no Trabalho na Visão de Dejours. *Revista Científica Eletr nica de Psicologia*, Garça/SP, Ano IV – Número 7 – Nov. 2006.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, socialism, and democracy*. New York: Harper, 1962.

SEBRAE. *Novas Regras da Lei Geral*. Disponível em <<https://bit.ly/2ADdafo>> Acesso em 07 de janeiro de 2018.

_____. *Panorama SEBRAE*. Disponível em <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Panorama-Sebrae_052018.pdf> Acesso em 20 de novembro de 2019.

_____. *MPEs na Economia Brasileira*. Disponível em <encurtador.com.br/fDQT4> Acesso em 20 de novembro de 2019.

SOUZA, J. E.; OLIVEIRA, C.; MACHADO, L. C.; BENATI, R. M. D.; *A Pequena Empresa Familiar Brasileira: origens e integra o multiétnica na g nese da economia*

mundial. Anais do V Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, São Paulo, 2008.

SPARTA, Mônica. O desenvolvimento da orientação profissional no Brasil. *Rev. bras. orientac. prof.*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 1-11, dez. 2003.

TAGIURI, R., DAVIS, J. Bivalent Attributes of the Family Firm. *Family Business Review*, 9(2), 199–208. 1996. <https://doi.org/10.1111/j.1741-6248.1996.00199.x>

TAVARES, Maria Augusta. Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo. Cortez, 2004.

TAVARES, Maria Augusta. O empreendedorismo à luz da tradição marxista. *Revista Em Pauta*, n. 41, v. 16, p. 107 – 121. Rio de Janeiro, 2018.

TICLE, Maria. L. S.; O nó entre o espaço e o tempo em Santa Tereza: os bares na paisagem boêmia em um bairro de Belo Horizonte. (Dissertação Mestrado) *Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável*, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/ MG, 2016.

VALE, G. M. V., CORRÊA, V. S., REIS, R. F. Motivações para o empreendedorismo: necessidade versus oportunidade? *RAC*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, art. 4, pp. 311-327, Maio/Jun. 2014.

WILLIAMS, C. C., ROUND, J., & RODGERS, P. Evaluating the motives of informal entrepreneurs: some lessons from Ukraine. *Journal of Developmental Entrepreneurship*, 14(1), 59-71, 2009.

CAPÍTULO V – A PEQUENA EMPRESA FAMILIAR: UMA SOBREPOSIÇÃO DE PAPÉIS E VÍNCULOS

RESUMO

O Brasil possui uma forte cultura empreendedora entre parentes. Grande parte da produção de bens e serviços o país é feita por empresas de composição familiar. Em uma perspectiva basicamente econômica, pesquisas relacionadas ao universo das empresas familiares frequentemente evidenciam os lados positivos e negativos que este fenômeno ocasiona aos negócios. Muito pouco se fala da sua complexidade para com os indivíduos envolvidos. Este estudo teve por objetivo compreender, sob a ótica do indivíduo empreendedor, as características da situação de compartilhamento da atividade de trabalho entre membros da mesma família. Categorizou-se como pontos positivos da relação família e empresa as características de confiança, construção de patrimônio, identificação e simpatia pelo legado da família e a admiração entre todos. Como pontos negativos consideraram-se as situações de conflitos de convivência, extensas jornadas de trabalho, informalidade das relações de trabalho, além do peso da responsabilidade pelo sucesso da empresa e a falta de separação entre renda familiar e rendimentos da empresa. Assim, entendeu-se que além dos desafios enfrentados por uma micro e pequena empresa no Brasil contemporâneo, as MPEs de composição familiar convivem com a sobreposição de papéis e vínculos, que transitam entre familiares e trabalhadores, encarando os conflitos e situações da empresa como problemas familiares, e vice-versa.

PALAVRAS CHAVE: Empresa familiar, Micro e Pequena Empresa, Família.

ABSTRACT

Brazil has a strong entrepreneurial culture among relatives. Much of the production of goods and services or the country is done by companies of family composition. In a basic economic perspective, research related to the universe of family businesses frequently highlights the positive sides and causes this occasional occurrence of business. Very little is said about its complexity for those involved. This study aimed to understand, from the perspective of the entrepreneurial individual, as resources of the situation of sharing work activity among members of the same family. It was categorized as positive points of the family and company relationship as resources of trust, construction of assets, identification and sympathy for the family legacy and admiration among all. As the points considered are situations of conflict of coexistence, long working hours, informal working relationships, in addition to the weight of responsibility for the company's success and the lack of selection between family income and company tests. Thus, it was understood that in addition to the challenges faced by a micro and small business in contemporary Brazil, as MSEs of family composition coexist with overlapping roles and bonds, which pass between family members and workers, facing conflicts and company situations as family problems. and vice versa.

KEY-WORDS: Family Business, Micro and Small Business, Family.

1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, que estuda o micro e pequeno empreendedorismo, conceitua-se o trabalho pela perspectiva marxiana de que o trabalho é o processo dialético de transformação da natureza pelo homem e, simultaneamente, do próprio homem pelo seu trabalho. O trabalho humano é dotado de características como: consciência, intencionalidade, utilização de instrumentos, divisão social, complexidade, sofisticação e liberdade; características estas que confirmam a diferenciação do ser humano, dotado de consciência, em um ser social, diferente dos demais seres habitantes do planeta (ALBORNOZ, 1986; ANTUNES, 2009).

O empreendedorismo muito se assemelha a este conceito de trabalho, pois engloba complexas características. Em seu aspecto econômico, possui a finalidade de obtenção de renda e ocupação por meio de uma atividade autônoma de trabalho, configurada de empresa; e em seu aspecto social, proporciona a realização pessoal dos indivíduos, bem como a transformação do mundo e de si (DOLABELA, 2006).

No Brasil, o empreendedorismo é exercido principalmente por meio da Micro e Pequena Empresa (MPE) e do Microempreendedor Individual (MEI). Tais organizações são delimitadas pela legislação nacional (LC 123/2006 e 128/2008) como entidades jurídicas, portadoras de um número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) que exerçam uma ou mais atividades previstas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), e faturem anualmente até R\$ 81 mil, no caso do MEI, até R\$ 360 mil, no caso das microempresas (ME), e até R\$ 4,8 milhões, no caso das empresas de pequeno porte (EPP) (BRASIL, 2018).

Estima-se que no Brasil, 95% das empresas, entre micro, pequenas, médias e grandes, possuem origens familiares (PWC, 2016). No âmbito dos 12,2 milhões de MEIs e MPEs, ativos no ano de 2017, constatou-se que 59% das empresas de pequeno porte têm sócios ou empregados da mesma família; nas microempresas esse percentual é de 51%, e nos microempreendedores individuais a taxa é de 25% (SEBRAE, 2017).

Ao longo de toda existência humana, as famílias – em suas mais diversas organizações, de acordo com o momento histórico e cultural – sempre estiveram interligadas às relações de trabalho. Do século V ao XII, famílias e trabalho compartilhavam o mesmo espaço, sendo, portanto, o local de moradia o mesmo do trabalho. No século XVIII, com

o sistema fabril ocorre a separação entre local de trabalho e local de moradia para o tipo de trabalho organizado na produção capitalista (RUGIU, 1998 *apud* SILVA, 2014).

Apesar da nomenclatura comum de “empresa”, seja ela micro, pequena, individual ou societária, tais organizações não possuem as mesmas características das empresas das empresas de médio e grande porte, tampouco as MPEs e MEIs familiares, onde ocorre o compartilhamento do trabalho entre pessoas da mesma família.

Assim, para desenvolver este estudo sobre pequenas empresas familiares faz-se necessário entender do que se trata tal organização. Porém, diante das múltiplas discussões atribuídas a estudos empíricos de diferentes países e regiões, percebeu-se impraticável que exista um consenso entre a comunidade científica sobre a noção de empresa familiar (ONTIVEROS, 2015).

No entanto, verificou-se que grande parte da bibliografia referente à definição e conceitos de empresa familiar está, no geral, relacionada às médias e grandes empresas; onde incidem as situações de tipo de patrimônio, governança e sucessão (BERTUCCI, *et al*, 2009).

Tagiuri (1996) define que uma empresa é considerada familiar quando dois ou mais membros da família estendida possuem papéis de gerenciamento. Gallo e Sveen (1991) conceituam como empresa familiar aquela empresa cuja família detém a maior parte do capital, definindo assim a sua gestão. E Davis (2004) ainda acrescenta que a intenção da sucessão familiar é uma característica do conceito de empresa familiar.

De acordo com Moraes Filho *et al* (2012), a pequena empresa familiar compartilha de algumas características semelhantes aos aspectos citados, porém a validade deste conceito fica restrito à uma determinada realidade, podendo ser criticada diante das inúmeras peculiaridades de tais organizações.

O SEBRAE (2019), principal entidade brasileira de desenvolvimento econômico e competitividade de MPEs, define os negócios familiares como a integração de dois sistemas, a família e a empresa, onde os membros da família podem estar incluídos como funcionários, como membros da parte administrativa e/ou como acionistas ou diretores.

Para a condução deste estudo, corrobora-se com a perspectiva de Dyer (2006), o autor afirma que as MPEs familiares são compreendidas pelo compartilhamento, entre os familiares, da gestão e de suas atividades cotidianas, resultando em um estilo gerencial característico da família ou dos dirigentes chaves, pois suas tradições, valores e prioridades brotam de uma fonte comum. A afirmação deste conceito de pequena empresa familiar se apresenta como a mais próxima da realidade dessas organizações, visto que as situações de composição de conselho e administração patrimonial ficam reservadas as grandes e médias empresas que dispõem de maior capital, hierarquia, etc.

Outro aspecto que caracteriza a pequena empresa familiar, discutido por Suarez e Nogueira (2014), diz respeito ao projeto familiar da fundação da pequena empresa, onde a história da fundação, ou do fundador, confunde-se com a história do próprio empreendimento. De acordo com Chanlat (2010), “as práticas de gestão são produtos da ação humana, frutos de experiências, e carregam em si, a ordem do que foi vivido” (p. 5). Sendo assim, nas empresas familiares, o chamado “estilo gerencial característico”, geralmente se apresenta em uma gestão pouco profissionalizada, pautada principalmente na identidade, necessidades, valores e linguagem comum àquela família (OLIVEIRA & TEIXEIRA, 2006; SUAREZ & NOGUEIRA, 2014).

Diante da temática apresentada, questiona-se: como os micro e pequenos empreendedores de empresas familiares avaliam a relação família x empresa? Existem aspectos positivos e negativos do compartilhamento do trabalho em uma pequena empresa familiar? Quais são eles? Assim, este estudo teve por objetivo compreender, sob a ótica do indivíduo pequeno empreendedor, as características da situação de compartilhamento da atividade de trabalho entre membros da mesma família.

Assim, por meio de uma pesquisa qualitativa, no contexto de um estudo de caso, realizou-se entrevistas e observações abertas, com micro e pequenos empreendedores do segmento de bares, estabelecidos no bairro de Santa Tereza, região leste de Belo Horizonte (MG). Fez-se primeiramente, uma pesquisa de natureza exploratória, não probabilística, junto a 35 empreendedores. Do total de entrevistados, 14 declaram, na data da pesquisa, possuir membros da família atuantes na atividade de trabalho e/ou na gestão da pequena empresa, e, portanto, compõem a parcela deste estudo. Realizou-se as entrevistas após contato e abordagem dos empreendedores de cada estabelecimento,

no período de abril a setembro de 2019, e para tanto, baseou-se em um roteiro semiestruturado de perguntas e observações diretas.

2. A PEQUENA EMPRESA FAMILIAR

Grande parte das pesquisas e estudos sobre empresas familiares, feitas por consultorias privadas como a PwC, e por autores como Tagiuri (1996) e Davis (2004), abordam principalmente o universo das grandes e médias empresas, onde as temáticas de patrimônio, governança e sucessão são amplamente discutidas por consultores, pesquisadores e instituições ligadas ao empreendedorismo (BERTUCCI, *et al*, 2009; SEBRAE, 2017).

Em comum, grandes e pequenas empresas apresentam aspectos positivos e negativos da relação familiar em meio aos negócios. Os conflitos entre os interesses da família e os da empresa, a falta de disciplina com relação à destinação dos lucros, a morosidade nas reações diante das novas condições do mercado e a contratação de pessoas por causa das relações de parentesco, evidenciam o lado negativo deste fenômeno. Em contrapartida, as empresas familiares possuem as vantagens de: maior disposição dos familiares para investir capital próprio, relacionamento favorável entre sócios e gestores, além de maior sensibilidade às responsabilidades sociais da empresa (DONNELLEY, 1964).

Se para a prosperidade da empresa familiar, a integração dessas duas instituições possui aspectos positivos e negativos, o mesmo também acontece para com o indivíduo inserido em uma atividade de trabalho com outros membros da sua família. Este indivíduo se identifica com o legado de sua família, se sente apto e realizado com as atividades que executa e julga importante a sua colaboração, trabalhar na pequena empresa da família pode ser uma vivência predominantemente positiva para ele. Porém, considera-se que tal vivência também pode experimentar circunstâncias inconvenientes, tais como: intensas e extensas jornadas de trabalho, contratação informal, detrimento de salários e pagamentos, além da carga emocional proveniente dos conflitos oriundos da duplicidade de papéis exercidos por pais, filhos, patrão e funcionários.

Neste estudo, dedicou-se especificamente ao fenômeno da empresa familiar de micro e pequeno porte, portanto, ressalta-se que o modelo de organização das empresas desta

natureza é composto por diversas particularidades que o distingue do modelo organizacional de empresas de maior porte e também das não familiares.

Dentre as particularidades da pequena empresa familiar destacam-se os aspectos da geração de emprego e renda para os familiares remanescentes ou não do mercado de trabalho formal, a exploração do trabalho familiar sob relações informais e a carga emocional que permeia as organizações família e empresa.

De acordo com Montali (2000), a família possui o papel de amortecedor nas conjunturas de crise e de ajustamentos econômicos. Para Lautier (1994), a família atenua a carência de políticas sociais por parte do Estado e acolhe os desempregados mais ou menos invisíveis socialmente. Assim, quando um ou mais membros da família estão envolvidos em uma atividade empreendedora e/ou são donos de uma micro ou pequena empresa, absorver estes familiares desempregados se torna algo provável.

Um dos desafios das MPEs familiares diz respeito à contratação de parentes por solidariedade à família. De acordo com o SEBRAE (2017) esta prática pode ser vista como um deslize dos negócios dessa natureza, que ignoram o processo de escolha e alocação conforme perfil e competência, podendo repercutir de forma negativa tanto no desempenho da empresa, quanto nas relações interpessoais, quando conflitos começam a surgir.

Em contrapartida, a exploração familiar por meio da intensa e extensa jornada de trabalho também é uma característica presente na pequena empresa familiar. Uma vez que a situação financeira do negócio está fortemente vinculada à situação financeira da família, e podendo incidir o compartilhamento do ambiente doméstico e de produção, é de se prever que os indivíduos estejam envolvidos em suas atividades de trabalho por mais dias e horas do que previsto (TAVARES, 2003; OLIVEIRA & TEIXEIRA, 2006).

Em seus estudos críticos ao capitalismo, Tavares (2004) ressalta a que a exploração familiar e a auto-exploração do proprietário das micro e pequenas empresas acontecem por meio de intensas e extensas jornadas de trabalho. Neste sentido, de acordo com o SEBRAE (2017), em uma empresa familiar, os parentes costumam trabalhar mais, pois dedicam mais tempo e esforço para que o negócio prospere, configurando inclusive, uma estratégia da empresa de redução de custos e obtenção de funcionário comprometido.

Empregar pessoas da família em uma pequena empresa, seja por solidariedade ou por confiança, também pode caracterizar a exploração do trabalho sob relações informais, quando o dono da empresa não cumpre com as obrigações legais e trabalhistas para com aquele trabalhador.

Na empresa de perfil familiar a presença de parentes muitas vezes é tida como estratégia para redução de custos e ao mesmo tempo obtenção de funcionário comprometido. O fundador entende, neste caso, que o familiar não vai exigir o rigor da lei no que se refere a salários e limites de horários, e dedicará o máximo esforço para que a família prospere por meio do empreendimento. Pensamento que [...] é o início de conflitos devido a incompatibilidade de interesses. (SEBRAE, 2017).

O caráter familiar nas micro e pequenas empresas, assumido por meio da incorporação de membros da família na atividade de trabalho, acontece, muitas vezes, sob relações informais e ausente de proteção trabalhista e social o que coloca a família trabalhadora mais vulnerável em momentos de crise:

De uma maneira geral, quando surge uma crise, as microempresas familiares contraem a renda por cabeça e não por emprego; não se demite a esposa, o filho ou o sobrinho, mas o conjunto de rendas individuais baixa, às vezes até zero [...], esperando por dias melhores [...] (LAUTIER, 1994, p. 70).

Outro aspecto que caracteriza a relação família e empresa diz respeito ao valor emocional que permeia toda a estrutura dessas instituições, proveniente da sobreposição de papéis e vínculos que os sujeitos experimentam. Os papéis, no sentido de posicionamento que as pessoas assumem em um contexto social, se (con)fundem na medida em que se misturam os cenários da casa e da empresa. Assim como os vínculos, tidos como a menor unidade de ligação das relações humanas e criadores das relações sociais, influenciam o comportamento dos sujeitos perante as situações, sejam elas rotineiras ou não (OLIVEIRA & TEIXEIRA, 2006; PICHON-RIVIÈRE, 2007; DIAS, *et al*, 2019).

É peculiar às microempresas familiares envolverem dois cenários, a casa e a rua, em um só ambiente. Essa analogia implica às pessoas envolvidas, funcionários, familiares e proprietários, uma duplicidade de papéis com comportamentos, crenças, atitudes distintas e confusas (OLIVEIRA & TEIXEIRA, 2006; p. 04).

Neste sentido, o aspecto emocional influencia na tomada das decisões, tanto dos gestores quanto dos trabalhadores. O relacionamento interpessoal não configura somente um vínculo profissional, mas também, todos os outros vínculos existentes entre aquelas pessoas: pais, filhos, tios, sobrinhos, genro, nora, etc. Sendo assim, os conflitos

da empresa podem ser vistos e enfrentados como problemas familiares, e vice-versa (Da MATTA; 1997).

Neste sentido, Oliveira e Teixeira (2006) afirmam que a mescla entre família e empresa,

[...] induz a acreditar que a pequena empresa é uma réplica da estrutura familiar original, tornando-se um espelho onde os mesmos dramas, angústias e reações estereotipadas são atualmente reproduzidos (p. 04).

Outro aspecto que contribui para a carga emocional do trabalho na empresa familiar, diz respeito à sucessão do seu fundador. Dados da PwC (2016) demonstram o alto índice de mortalidade das empresas familiares na mudança de uma geração para outra. No Brasil, estima-se que 75% das empresas familiares fecham após serem sucedidas pelos herdeiros. Assim como a PwC, muitas organizações, no Brasil e no mundo, voltadas ao empreendedorismo dedicam-se a questão da sucessão em empresas familiares, e assim, é bastante comum encontrar cartilhas, artigos, cursos e até consultorias especializadas na temática (PWC, 2016; SEBRAE, 2017; PEGN, 2017).

O que essas cartilhas ignoram é o fato de que falar de sucessão é, na maioria das vezes, falar sobre morte, seja no seu sentido literal ou nos termos da falência do indivíduo como trabalhador, ativo e produtivo. Neste sentido, entende-se que a temática (sucessão, morte, falência) não é um assunto que as pessoas gostam ou querem conversar e se planejar, principalmente na situação de uma empresa familiar, entre os seus membros, onde o aspecto emocional está fortemente presente (PUIG, 2007).

Um segundo aspecto comumente ignorado na sucessão em empresas familiares, diz respeito ao comprometimento, aptidão e desejo pela atividade da empresa por parte dos candidatos a sucessores. A decisão por não trabalhar no empreendimento e/ou suceder o seu fundador, por mais legítima que seja, muitas vezes é encarada pela família como traição e ingratidão para com o negócio que lhe deu o sustento (Op. cit).

Assim, a sobreposição dos papéis de membros de uma mesma família e trabalhadores de uma mesma empresa, faz com que, ao mesmo tempo, em que um filho ou parente compartilhe da identidade e reconheça a importância da cooperação com o negócio, ele também se sinta obrigado e vigiado pela autoridade familiar e empresarial a trabalhar para o bom funcionamento da empresa, o que pode gerar ressentimentos e conflitos em ambos os cenários (OLIVEIRA & TEIXEIRA, 2006).

Ainda sobre o controle das relações e atividades de trabalho, exercida pelo pai-patrão nas micro e pequenas empresas familiares, Oliveira e Teixeira, (2006) acrescentam:

[...] a relação econômica se (con)funde com laços pessoais de simpatia, amizade e família, o que confunde o empregado e permite ao patrão exercer duplo controle da situação. Ele pode governar o trabalho, pois é quem oferece o emprego, e pode controlar as reivindicações dos empregados, pois apela para a moralidade das relações pessoais que, em muitos casos, tende a ofuscar a relação patrão-empregado (Op. Cit, p. 04).

Sendo assim, entende-se que a relação entre família e empresa, e a consequente duplicidade de papéis que os envolvidos exercem, configura um fenômeno complexo, que, diante de diversos contextos e particularidades, podem apresentar, ao mesmo tempo, convenientes e inconvenientes, tanto para a empresa, na sua dimensão econômica, quanto para a família, na sua dimensão de vínculos de sangue e afeto, e de reprodução da vida humana.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos estudos sobre empresas familiares é amplamente usada a demonstração dos aspectos positivos e negativos relacionados a este fenômeno. Esta característica também foi percebida nos relatos das experiências dos entrevistados. Para todos os quatorze micro e pequenos empreendedores de empresas familiares, a situação de compartilhamento da atividade de trabalho com membros da família apresenta, ao mesmo tempo, pontos favoráveis e desfavoráveis tanto para a empresa quanto para a família.

Dentre os aspectos positivos, estão:

QUADRO 3 - Aspectos Positivos

ASPECTOS POSITIVOS	
01	a confiança entre os familiares nas situações de movimentação de caixa, contas bancárias, pagamento de contas e funcionários;
02	a expectativa da construção de um patrimônio “pelas mãos da família” para a família;
03	a aproximação com a história dos antepassados e consequente orgulho desse “legado” familiar;
04	e a admiração entre os familiares quando eles cumprem ou superam o

	“bom” trabalho esperado.
--	--------------------------

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019. (Elaborado pela Autora).

No que diz respeito ao aspecto positivo relacionado à confiança, percebeu-se que em 09 das empresas pesquisadas, o cargo de administrativo – função que geralmente engloba as atividades relacionadas aos rendimentos, despesas, emissão de notas fiscais, pagamentos e recursos humanos – é exercido por uma pessoa da família, um filho, irmão ou cônjuge. Quando não, a função fica a cargo do próprio gestor, ou seja, em nenhuma das empresas familiares as funções administrativas do negócio são feitas por funcionários sem vínculos de parentesco.

Em relação à construção do patrimônio da família, constatou-se que o fundador da pequena empresa relata com orgulho a conquista de bens, materiais e imateriais, tanto para a família como para o próprio bar, por exemplo, a compra e/ou reforma de um imóvel, a obtenção de veículos, e a oportunidade de “estudar os filhos” em boas escolas. As falas a seguir, demonstram como o aspecto da construção do patrimônio é visto como algo positivo do empreendedorismo familiar:

P 04: [...] se você olhar aqui, tudo isso foi feito por nós, desde a pintura da parede, até as toalhas da mesa. [...] e o imóvel aqui não é herança não, hoje ele é meu, mas foi com o suor do nosso trabalho [...].

P 08: [...] não posso reclamar do comércio de bar, é um jornaleiro [...] eu vivo uma vida trabalhosa, mas criei as minhas filhas todas, tenho netos já formando, advogado sabe?! [...] e nós não temos muita coisa, mas é tudo do suor do nosso trabalho, meu com a minha esposa.

P 12: [...] eu cresci numa pobreza absoluta, onde eu aprendi e passei uns valores pra eles (filhos) sobre isso [...] então, eu não quero deixar nada pra eles, só educação mesmo, eu pago boas escolas, gasto só de escola aí mais de R\$ 2.500,00 por mês, pra eles terem uma boa educação, [...].

Os aspectos relacionados ao legado da família e a admiração existente entre os membros trabalhadores são bastante próximos entre si. Percebeu-se que principalmente nas empresas mais antigas, a tradição, as receitas características daquele bar, o reconhecimento da sua participação no cenário cultural e boêmio do bairro Santa Tereza são evidenciados com honradez pelos seus gestores. Além disso, existe pôde-se constatar que, apesar de o negócio ter sido iniciado por um fundador, a sua continuidade se deu por meio do envolvimento da família nas atividades cotidianas de trabalho.

Todos os aspectos tidos como positivos pelos donos e donas das pequenas empresas familiares corroboram e demonstram a duplicidade dos papéis exercidos pelas pessoas

envolvidas. Ou seja, para esses gestores, a convivência em família na pequena empresa é algo favorável na medida em que se atinge ou supera a expectativa inicial a partir do comportamento e da atitude de um filho, esposa, irmão, etc., foi um fator considerado positivo. Este fato se sobrepõe ao contexto de trabalho, onde os membros da família possuem funções como de garçom, atendente, ou cozinheiro (OLIVEIRA & TEIXEIRA, 2006).

Cabe ressaltar que os mesmos fatores considerados como positivos, foram relatados como inconvenientes por outras famílias empreendedoras e seus respectivos parentes/trabalhadores, o que pode ser indicativo de que diferentes contextos, realidades e experiências em pequenas empresas familiares constituíram as vivências particulares a cada sujeito.

Dentre os aspectos negativos evidenciados, destacaram-se:

QUADRO 4 - Aspectos Negativos

ASPECTOS NEGATIVOS	
05	a sobreposição dos conflitos familiares com os conflitos da empresa, e vice-versa;
06	as extensas jornadas de trabalho, que invadem inclusive o ambiente doméstico;
07	a falta de formalização das relações de sociedade da empresa;
08	o peso da responsabilidade em fazer o “negócio dar certo” perante ao forte vínculo com a situação financeira da família;
09	e a falta de separação entre a renda familiar e os rendimentos da empresa.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019. (Elaborado pela Autora).

Os aspectos negativos pertinentes aos conflitos, jornadas de trabalho e informalidade da relação família x empresa evidenciados pelos gestores e gestoras entrevistados foram relatados pela maioria dos participantes. Foram, portanto, os fatores mais recorrentes e visíveis deste fenômeno.

Foi unânime a confirmação da existência de conflitos entre os envolvidos, porém, também foi relevante a reflexão de que “entre família tudo se resolve mais fácil”, evidenciando o enfrentamento das situações de trabalho como ocorrências de âmbito

familiar, e vice-versa (OLIVEIRA & TEIXEIRA, 2006). A fala a seguir exemplifica esta questão:

P 32: [...] eu pensei que ia ser muito mais difícil [...] porque a gente dorme e acorda pensando nisso aqui [...] a gente tem alguns atritos, mas nada que seja demais [...] e a gente faz tudo junto, trabalha, malha, faz as compras pra cá, eu pensei que fosse ser pior, mas a gente administra bem. [...] se tem algum problema, a gente senta a fala o que está acontecendo, e com uma pessoa de fora, às vezes você não fala 100% da verdade [...] com a família a gente consegue esclarecer as coisas”.

Assim, percebeu-se que outro fato que amplia a possibilidade da existência de conflitos, foi a quantidade de horas e de dias da semana que os membros da família empreendedora teriam que estar juntos, conversando, decidindo e planejando atividades de trabalho mesmo estando em casa, no supermercado ou em ambientes de lazer.

Todo o empenho da família empreendedora, evidencia o peso da responsabilidade em “fazer o negócio dar certo”. As intensas e extensas jornadas de trabalho dedicadas à pequena empresa se apresentaram relacionadas não só à sobrecarga de trabalho e de funções, mas principalmente à forte vinculação da situação financeira da família ao negócio. Além disso, a extensão das atividades e diálogos de trabalho para os ambientes doméstico e de lazer foram indicadores de que os indivíduos se envolviam com o trabalho por mais tempo que o previsto (TAVARES, 2003; OLIVEIRA & TEIXEIRA, 2006).

Salienta-se que, no caso do micro e pequeno empreendedorismo de bar, verificou-se que os ambientes domésticos e de produção não eram conjuntos, ou seja, o bar em si e todas as suas dependências (cozinha, salão e banheiros) em ambientes separados da casa da família. Apesar disso, foram frequentes os casos em que esses dois locais eram bastante próximos. Por exemplo, a casa no piso de cima e o bar embaixo, ou então, a casa e o bar na mesma rua ou no mesmo bairro.

Essa proximidade foi o que tornou comum a ampliação das tarefas e dos espaços do bar para a casa, e vice-versa. As atividades do bar invadiam a casa da família, quando, por exemplo, a cozinha da casa atende ao preparo de algum petisco oferecido no bar, e/ou quando, por uma questão de espaço ou segurança, os alimentos e bebidas são armazenados nas dependências da casa. O contrário também acontecia, ou seja, as atividades cotidianas da família ocupavam o ambiente do bar quando os parentes, trabalhadores ou não, faziam as suas refeições no bar, usufruindo do que era produzido

ali, e/ou então, quando os filhos faziam os deveres e trabalhos escolares nas mesas do bar, dentre outras situações.

Além disso, como os estabelecimentos aqui pesquisados, foram bares, botecos e mercearias, cabe ressaltar que a intensa jornada de trabalho se caracteriza pelas diversas atividades rotineiras que o tipo de negócio necessita, tais como: compras em feiras e supermercados, atendimento à fornecedores, preparação do ambiente, dos petiscos e das bebidas, atendimento aos clientes e limpeza ao final do expediente. Sendo assim, as jornadas se mostraram também extensas pelo fato da atividade abranger muitas horas do dia. Neste sentido, foi comum o relato de que os estabelecimentos possuíam horários somente para abrir, a hora de fechar fica a critério do movimento de clientes, e mais, como os fins de semana são os dias de maior demanda por bares, o trabalho se estende não só pela madrugada, mas pelas sextas, sábados e domingos (TAVARES, 2003).

A informalidade nas relações de sociedade e trabalho também foi uma característica presente em 11 das 14 famílias empreendedoras pesquisadas. Considerou-se que a relação de trabalho configurava como informal quando, no caso de sociedade empresarial, um ou mais dos gestores da empresa não eram registrados legalmente como sócios; e no caso dos parentes/trabalhadores, quando estes trabalhavam exclusiva ou majoritariamente na empresa, sem “carteira assinada” (Consolidação das Leis do Trabalho) e/ou sem qualquer contrato de prestação de serviços.

Entende-se que a informalidade nas relações de trabalho, além de ilegal para a empresa, é extremamente prejudicial ao trabalhador ou sócio, que deixa de gozar de direitos trabalhistas e previdenciários, como salário, pró-labore, férias, folgas, licenças, aposentadoria, etc., além de dar espaço para a movimentação indevida dos bens e finanças da empresa. Porém, diante das inúmeras dificuldades que uma micro e pequena empresa enfrenta no Brasil, julga-se que as práticas informais de trabalho e sociedade aproximam-se de estratégias de sobrevivência do negócio, e não necessariamente de ilegalidades presumidas. Têm-se nos parentes/trabalhadores aquele funcionário “faz tudo”, que não tem horários definidos, que não recebe salário, mas sim as suas necessidades de subsistência (pagamento das contas da casa, da escola ou faculdade, alimentação, etc.), que quando preciso, faz regradas retiradas de dinheiro, e além disso, que entende de todos os processos da empresa e é capaz de fazer dias e horas extras sem os custos que um contrato formal de trabalho exigiria (SEBRAE, 2017).

Assim, a necessidade de sobrevivência da pequena empresa familiar, carrega consigo o peso da responsabilidade do sustento da casa, e também da não separação do que seria uma renda familiar, dos rendimentos da empresa. Neste sentido, percebeu-se que tais aspectos estavam mais evidentes na fala dos entrevistados que vivenciavam situações inconvenientes desta natureza.

Por exemplo, no que diz respeito à responsabilidade em manter a empresa financeiramente próspera e o conseqüente sustento da casa, houveram relatos onde o gestor demonstrou, por diversas vezes, vontade de encerrar as atividades da empresa, e mesmo em dificuldade financeira e de motivação, não o fez, devido ao encargo de gerar renda para a família e receio de não conseguir por outros meios.

Outro fato bastante recorrente, que também evidenciou este aspecto é a desmotivação pela sucessão, incentivada pelos próprios atuais gestores. Esses entrevistados relataram que prezam pela formação profissional dos filhos em outras áreas e que desejam que eles sigam caminhos independentes, pois gerir o pequeno botequim “dá muito trabalho, e é muita responsabilidade pra pouco retorno” (P 23).

Em relação à ausência de controle financeiro na empresa familiar, Oliveira e Teixeira (2006) discutem:

O processo de descapitalização das microempresas familiares inicia-se com a falta de controle e de registros de entrada e saída de dinheiro no caixa. [...] a falta de controle financeiro permite a livre utilização do lucro da microempresa para pagamento das despesas familiares sem o devido controle [...] (p. 06).

É possível concordar com os autores uma vez que a maioria dos gestores das empresas familiares demonstraram dificuldade em informar o valor médio da renda familiar proveniente do bar. Foi comum encontrar respostas que evidenciam que as despesas da casa e do bar são confusas:

P 13: [...] de lucro pra família a gente não tira nada já tem uns 03 anos, tá sempre empatando nas contas, pagando a água e luz (do bar), e despesa de casa e também o combustível (do carro) pra ir fazer compra.

Assim, em relação à descapitalização da pequena empresa familiar, corrobora-se da perspectiva de que as despesas rotineiras e eventuais das famílias empreendedoras se misturam ao que foi obtido de rendimentos pela empresa, além disso, a noção de um salário fixo, ou mesmo uma base salarial, a ser paga ao gestor e a cada um de seus parentes/trabalhadores é quase que inexistente (OLIVEIRA & TEIXEIRA, 2006). Fato

que pode representar um dano tanto para os trabalhadores, quanto para a saúde financeira do negócio. Na fala de uma das gestoras participantes da pesquisa, ficou evidente a relevância das despesas daquela família nas finanças da empresa:

P 09: Tem vários gastos, tanto daqui, quanto de casa, não dá pra ter uma base da renda [...] e fica muito caro as despesas, toda a renda da casa sai daqui, não tem como; o aluguel, água, luz, festa de casamento, agora no caso específico, minha filha vai casar esse mês. Talvez se não tivesse o casamento, a gente teria um capital até maior, mas com o casamento puxa muito [...].

Por fim, cabe dizer, que os dados de uma pesquisa qualitativa estão limitados à realidade e contexto de seus pesquisados, e por isso, não se pode afirmar que os aspectos positivos e negativos, aqui elencados, abrangem todas as micro pequenas empresas familiares existentes.

Porém, as observações in loco e entrevistas em profundidade proporcionam a compreensão do fenômeno de maneira mais profunda, e assim, entendeu-se também que aspectos considerados como positivos para certos indivíduos, para outros podem vir a ser um inconveniente, ou até, para aquele mesmo sujeito, em um momento futuro, pois a vivência em cada empresa e família é dinâmica, única e particular.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo percebeu-se que as micro e pequenas empresas familiares são organizações complexas, que possuem uma série de atributos para além daqueles encontrados nas cartilhas e artigos das organizações e consultorias de incentivo ao empreendedorismo.

A constante classificação encontrada, de aspectos positivos e negativos das empresas familiares talvez tenha a sua justificativa no que os estudos empíricos demonstram, ou seja, o universo dessas organizações apresentam de fato, ao mesmo tempo, pontos favoráveis aos seus sujeitos e instituições, e outros que nem tanto, sendo que, cada experiência é infinitamente dinâmica e singular.

Nesta pesquisa categorizou-se como pontos positivos da relação família e empresa os aspectos de confiança, construção de patrimônio, identificação e simpatia pelo legado da família e a admiração entre todos. E assim, entendeu-se que existe uma duplicidade de papéis exercidos por pais, filhos, patrão e funcionários, pois as considerações desses pontos como favoráveis estão, muitas vezes, relacionadas à expectativa que se tem do

comportamento e atitude de um membro da família, e não necessariamente de um funcionário comum.

No que diz respeito aos pontos negativos deste fenômeno considerou-se os conflitos de convivência, as extensas jornadas de trabalho, a informalidade das relações de sociedade e trabalho, o peso da responsabilidade pelo sucesso da empresa e conseqüente sustento da família, além da falta de separação entre renda familiar e rendimentos da empresa. Estes aspectos estão intimamente ligados às experiências vividas, ou seja, percebeu-se que esses gestores e parentes/trabalhadores já experimentaram na prática tais inconvenientes da micro ou pequena empresa familiar.

Sendo assim, conclui-se que para os micro e pequenos empreendedores de empresas familiares, a relação família e empresa possuem, ao mesmo tempo, pontos que são favoráveis e desfavoráveis a essas duas organizações, e que no tocante dos pequenos negócios no Brasil, necessitam de estratégias de sobrevivência e convivem não só com o peso da necessidade de sucesso (ou pelo menos da não falência, pois é a principal ou única fonte do sustento da família), mas também com a carga emocional proveniente da sobreposição de papéis e vínculos, que transitam entre familiares e trabalhadores.

Neste sentido, acredita-se que este estudo possa instigar estudos acerca das micro e pequenas empresas familiares que investiguem e/ou considerem tanto o lado econômico quanto humano e social dessas organizações, evidenciando a complexidade que este fenômeno apresenta, uma vez que envolve entidades (a família e a empresa), com diferentes objetivos, dinâmicas e razões de existência, mas que são compostas pelas mesmas pessoas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, Suzana. O que é trabalho? São Paulo, Editora Brasiliense, 2ª Edição, 1986.

ALEIXO, K. C.; PEREIRA, L. R.; ASSIS, Z. Famílias e seus filhos: desafios da pós modernidade. In: Família em perspectiva: Uma abordagem multidisciplinar. Editora Juruá, Curitiba, 2012.

ANDRADE, Maria M. Avaliação socioeconômica do programa de incentivos aos negócios em casa – pinc no Município de Fortaleza, Ceará. Dissertação de mestrado (Economia rural). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho; Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP. Boitempo, 2009.

BERTUCCI, J. L. O.; CAMPOS, E. A. S.; PIMENTEL, T. D.; PEREIRA, R. D. Mecanismos de governança e processos de sucessão: um estudo sobre a influência dos elementos da governança corporativa na orientação do processo sucessório em uma empresa familiar. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, São Paulo, Vol 11, Maio/Junho, 2009.

BRASIL, Lei Complementar Nº 123, (2006). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm> Acesso em 20 de março de 2019.

BRASIL, Lei Complementar Nº 128, (2008). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm> Acesso em 20 de março de 2019.

CAVALCANTI, K. M. G.; SILVA, L. B.; SANTOS, L. L. F.; LINS, M. A. T.; SANTOS, V. S. B. A Centralidade da Família nas Políticas Sociais Brasileiras. *Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais Fics | Maceió | v. 1 | n.2 | p. 23-35 | maio 2013.*

CARVALHO FILHO, B. J. *Marcas de família, travessias no tempo.* Editora Annablume, Fortaleza, 2000.

CHANLAT, J. F. *Gestão empresarial: uma perspectiva antropológica.* São Paulo: Cengage Learning, 2010.

COLLI, J. M. *O salário por peça e sua reposição nas novas formas de trabalho à feição.* Departamento de Sociologia, Periódicos UNESP - FCL, São Paulo, 1998.

COLLI, J. M. *A trama da terceirização: um Estudo do Trabalho no Ramo da Tecelegem.* Editora Unicamp. Campinas, 2000.

Da MATTA, Roberto. *A casa & a rua.* 5a edição, Editora Rocco. Rio de Janeiro, 1997.

DAVIS, J.; TAGIURI, R. *Life stages and father-son work relations.* Santa Bárbara: Owner Management Institute, 1989.

DAVIS, J. *The Three Components of Family Governance Organizing the Family-Run Business, Governing the Family-Run Business.* Boston: HBS, Working Knowledge, 2001.

DIAS, C. C.; SANTOS, S. L. B.; GOMES, C. R. A fragilidade dos vínculos afetivos interpessoais em tempos atuais. *Revista Psicologia em Foco*, Frederico Westphalen, v. 11, n. 16 p. 55-67, Nov. 2019.

DOLABELA, Fernando. *Oficina do empreendedor.* 6. ed. São Paulo: Cultura, c 1999.

DOLABELA, Fernando. *O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa.* 14. ed. São Paulo: Cultura, 2006.

DONNELLEY, Robert G. *A Empresa Familiar.* *Harvard Business Review.* Vol. 42, n.4, julho – agosto de 1964.

DYER JR, W. G. Examining the “family effect” on firm performance. *Family Business Review*, vol. 19, nº 4, 2006.

GALLO, M. A.; SVEEN, J. Internationalizing the family business: Facilitating and restraining factors, In: *Family Business Review*, Vol. 4, No. 2, 1991, pp. 181-190.

LAUTIER, Bruno. La famille. Un amortisseur à la crise? *Politis. La Revue*, 8: 25-30, 1994.

LORETO, Maria das Dôres S. Interfaces Família e Sociedade. *Projeção Visual*, 2018.

MANCEBO, Deise. Crise Político-Econômica no Brasil: Breve Análise da Educação Superior. *Educ. Soc., Campinas*, v. 38, nº. 141, p.875-892, out.-dez., 2017.

MEDEIROS, Marcelo. A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina. *Revista Planejamento e Políticas Públicas* Nº 22 – Dez, 2000.

MONTALI, L. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 15 nº 42 fevereiro/ 2000.

MORAES FILHO, A. C. T.; BARONE, F. M.; PINTO, M. O. A produção científica em empresas familiares: um enfoque conceitual. *Revista de Administração Pública, Brasil*, 45, dez. 2012. Disponível em <<https://bit.ly/2CacVsf>>. Acesso em 07 de janeiro de 2019.

OLIVEIRA, F. C.; TEIXEIRA, T. M. C.; Cultura brasileira e imaginário organizacional: uma análise da microempresa informal familiar. XIII SIMPEP - Bauru, SP, Nov. 2006.

ONTIVEROS, J. J. A. Criterios de conceptualización de la empresa familiar. *3C Empresa - Edición* Nº 23, Vol. 4, Núm. 3. Yucatán, 2015.

PEGN. Pequenas Empresas Grandes Negócios, Revista Online. Disponível em <<https://revistapegn.globo.com/empreendedorismo/noticia/2017/07/mais-da-metade-das-empresas-de-pequeno-porte-sao-familiares.html>> Acesso em 12 de janeiro de 2020.

PICHON- RIVIÈRE, Enrique. Teoria do Vínculo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PUIG, I. Retratos de familia: Lo que quiso saber y no se atrevio a preguntar sobre la empresa familiar. Editora Empresa Activa, Madrid, 2007.

PWC. Pesquisa Global de Empresas Familiares 2016. Disponível em <<https://pwc.to/2sVIRxF>> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

SEBRAE. Pequenas Empresas Familiares no Brasil. Disponível em <<https://bit.ly/2RaY8TA>> Acesso em 07 de janeiro de 2018.

SEBRAE. Características de negócios familiares. Disponível em <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/as-caracteristicas-de-negocios-familiares,48e89e665b182410VgnVCM100000b272010aRCRD>> Acesso em 05 de fevereiro de 2020.

SEBRAE. Os desafios da empresa familiar: gestão e sucessão. Disponível em <<https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pe/artigos/os-desafios-da-empresa-familiar-gestao-e-sucessao,fae9eabb60719510VgnVCM1000004c00210aRCRD>> Acesso em 05 de fevereiro de 2020.

SILVA, F. L. A. Trabalho artesanal e suas inter-relações com o universo doméstico: estudos de caso em Viçosa, MG. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica). Centro De Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa/ MG. 2014.

SILVA, F. L. A. Produção artesanal enquanto atividade cotidiana em uma marcenaria: reflexões a partir do olhar de Jean Lave. Cadernos UNIEDHS. Ed. UFV, 2014.

SOUZA, J. E.; OLIVEIRA, C.; MACHADO, L. C.; BENATI, R. M. D.; A Pequena Empresa Familiar Brasileira: origens e integração multiétnica na gênese da economia mundial. Anais do V Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, São Paulo, 2008.

SUAREZ, D. F. S.; NOGUEIRA, H. G. P.; Pequena Empresa Familiar: A Dinâmica Empresa Família Face às Práticas De Gestão na Perspectiva da Cultura. Caderno do VIII Encontro de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. Goiânia, 2014.

TAVARES, Maria Augusta. Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo. Cortez, 2004.

TAVARES, Maria Augusta. O empreendedorismo à luz da tradição marxista. Revista Em Pauta, n. 41, v. 16, p. 107 – 121. Rio de Janeiro, 2018.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Visto que o mundo do trabalho vem sofrendo constantes transformações e que a expansão do empreendedorismo de micro e pequeno porte se mostra como uma tendência mundial, considera-se que os achados desta pesquisa contribuem para multidisciplinares discussões no âmbito do trabalho de micro e pequenos empreendedores.

Acredita-se que a proposta de compreender o fenômeno do micro e pequeno empreendedorismo em diferentes perspectivas, ou seja, em nível macro, local e micro, atribui ao estudo, a profundidade pretendida. Assim, a operacionalização do objetivo geral desta pesquisa, que foi o de compreender o fenômeno do micro e pequeno empreendedorismo, suas origens e desdobramentos para os sujeitos e famílias empreendedoras, bem como para a sociedade contemporânea, em quatro objetivos específicos permitiu a contextualização e o entendimento deste fenômeno, considerando o trabalho pela perspectiva de quem trabalha.

O Capítulo 02 intitulado como “O micro e pequeno empreendedorismo no Brasil: Uma contextualização do cenário das legislações brasileiras a partir de 1988” teve por razão o atendimento ao objetivo específico 01. Nele fez-se a apresentação e discussão de 31 legislações e políticas públicas incidentes ao universo das micro e pequenas empresas no Brasil, que regulam a atividade empreendedora no país. Assim, pôde-se concluir que existe um constante interesse do Estado brasileiro em combater e dissimular o trabalho informal por meio de micro e pequenas empresas e micro empreendimentos individuais. Neste sentido, o discurso da autonomia e prosperidade econômica no qual o empreendedorismo é disseminado, obscurece o caráter de informalidade presente neste fenômeno.

Para atendimento ao objetivo específico 02 propôs-se uma discussão do fenômeno em nível em nível local, no contexto do bairro de Santa Tereza. No capítulo 03, fruto deste esforço, teve como título o “A cultura boêmia dos bares de Santa Tereza”. A partir de uma pesquisa exploratória pelas ruas do bairro e de uma abordagem mais próxima de 35 estabelecimentos, fez-se o mapeamento e categorização dos bares ali pertencentes. Este estudo possibilitou-nos concluir que a grande concentração de pequenos negócios, do segmento de bares, em Santa Tereza, efetiva, atualmente, a imagem boêmia do bairro,

símbolo da sua cultura e identidade. Sendo assim, este estudo ressalta a importância da formação de programas, projetos, ações e políticas públicas de valorização e incentivo dos pequenos estabelecimentos, reconhecendo a sua fundamental contribuição para com este cenário.

O objetivo específico 03 teve como ponto de partida as discussões da motivação ao empreendedorismo, principalmente na teoria de necessidade *versus* por oportunidade. Assim, o capítulo 04 de nome “Aspectos da motivação ao micro e pequeno empreendedorismo no Brasil” propõe uma análise em nível micro da realidade de micro e pequenas empresas, do segmento de bares, em fase inicial. A partir da exploração do fenômeno por esta perspectiva contesta-se a dualidade presente na teoria necessidade *versus* oportunidade, e conclui-se que existem muitas motivações que levam o sujeito a empreender, e que tais aspectos não são excludentes entre si. Para tanto, fez-se a sistematização das motivações dos micro e pequenos empreendedores em estágio inicial pelos aspectos de vocação, necessidade de liberdade e autonomia no ambiente de trabalho e necessidade de obtenção de trabalho e renda.

O último objetivo específico desta pesquisa teve como escopo de estudo as empresas familiares. Por meio do capítulo 05, de nome “A pequena empresa familiar: Uma sobreposição de papéis e vínculos” buscou-se a análise micro, sob a perspectiva de seus gestores. Pôde-se concluir que diversos aspectos positivos e negativos circundam as empresas familiares, mais especificamente as de micro e pequeno porte. Dentre os aspectos considerados como positivos evidencia-se a confiança, a construção de patrimônio, a identificação e simpatia pelo legado da família e a admiração entre todos. No que diz respeito aos aspectos negativos considerou-se os conflitos de convivência, as extensas jornadas de trabalho, a informalidade das relações de sociedade e trabalho, o peso da responsabilidade pelo sucesso da empresa e conseqüente sustento da família, além da falta de separação entre renda familiar e rendimentos da empresa. Portanto, pôde-se evidenciar que a empresa familiar é dotada de complexidade, uma vez que a duplicidade de papéis exercidos por pais, filhos, patrão e funcionários, norteia o enfrentamento das situações familiares e de trabalho, podendo ser ao mesmo tempo, benéfica e inconveniente aos sujeitos envolvidos.

Em síntese, conclui-se que no que coube a este estudo, importantes aspectos do empreendedorismo de micro e pequeno porte, do segmento de bares e restaurantes,

foram evidenciados e discutidos, tais como o papel do Estado, a relevância local da atividade empreendedora, bem como as situações de motivação ao empreendedorismo e empresa familiar, possibilitando a pretendida abrangência e compreensão do trabalho de micro e pequenos empreendedores.


Pesquisas como esta, que envolvem a participação de pessoas, o entendimento do contexto sócio histórico do fenômeno e o diálogo com teorias multidisciplinares, apesar de entusiasmarem seus pesquisadores e representar o que se espera das Ciências Sociais Aplicadas, possuem algumas dificuldades de percurso. No caso deste estudo, o levantamento dos dados sobre o empreendedorismo em nível macro, no diz respeito principalmente às legislações nacionais do trabalho empreendedor, é dificultado pela carência de métodos e processos de acesso. Percebe-se que as informações derivam de diversos formatos e fontes, aspecto desfavorável à análise documental. Além disso, em nível local e micro, existiu necessidade da participação de pessoas, fato que dispense ao pesquisador o resguardo dos aspectos éticos da pesquisa, o zelo na abordagem e o engajamento constante dos entrevistados.

Outro aspecto limitante deste estudo diz respeito ao restrito número de participantes e ao fato de se tratar de uma pesquisa qualitativa, com ênfase em um contexto local; tais fatores, apesar de apontarem oportunidades de investimentos teóricos e empíricos, restringem a abrangência dos seus resultados. Além disso, tendo em vista a dinamicidade da temática, é possível que as constantes modificações das legislações, mercado de trabalho e economia, reflitam em frequentes transformações deste fenômeno.

Por fim, cabe ressaltar que existem múltiplas abordagens e perspectivas incidentes ao fenômeno do micro e pequeno empreendedorismo discutidas no Brasil e no mundo. Esta constatação aponta para um desafio da comunidade científica e ao mesmo tempo para constantes possibilidades de aprofundamento teóricos e empíricos deste fenômeno.

APÊNDICES

1.1. APÊNDICE 01 – Questionário Semi-Estruturado

 <p>2019</p> <p>QUESTIONÁRIO</p> <p><i>Pequeno Empreendedorismo Familiar - Bares do Santa Teresa / BH</i></p>	
1. Data:	2. Aplicador:
3. Iniciais do Pesquisado:	
4. Idade:	5. Sexo: (1) Masculino (2) Feminino
6. Estado Civil: (1) Solteiro (2) Casado (3) Viúvo (4) Divorciado (a) (5) União Estável (6) Outro _____	
7. Escolaridade: (1) Sem Escolaridade (2) Ensino fundamental (cursando ou incompleto) (3) Ensino fundamental completo (4) Ensino médio (cursando ou incompleto) (5) Ensino médio completo (6) Ensino superior (cursando ou incompleto) (7) Ensino superior completo (8) Especialização (cursando ou incompleto) (9) Especialização (10) Mestrado (cursando ou incompleto) (11) Mestrado (12) Doutorado (cursando ou incompleto) (13) Doutorado.	
Caracterização da Empresa Familiar	
8. Há quanto tempo a empresa está no mercado?	
9. Qual o porte da empresa hoje? (1) Informal (não possui CNPJ) (2) MEI (Micro Empreendedor Individual) (3) ME	

<p>(Micro Empresa) (4) EPP (Empresa de Pequeno Porte) (5) Médio ou Grande Porte (6) Outro _____</p>	
<p>10. Qual o nicho de mercado do bar atualmente?</p> <p>(1) Comida típica (ex: japonesa, mexicana, árabe, etc.) (2) Comida de boteco (3) Espetinho (4) Restaurante (5) Espaço para eventos, buffet (6) Outro _____</p>	
<p>11. O nicho de mercado é o mesmo desde a fundação da empresa? Se não, qual era antes?</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	
<p>12. Quantos funcionários a empresa possui atualmente?</p> <p>_____</p>	<p>13. Do total de funcionários que a empresa possui atualmente, quantos são membros da família (irmãos, filhos, cônjuge, primos, etc.)?</p> <p>_____</p>
<p>14. Os funcionários são regulamentados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) ou por algum tipo de contrato de prestação de serviços?</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	
<p>15. O Sr(a). e/ou os funcionários possuem algum tipo de regulação social, como plano de saúde, previdência social ou privada?</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	
<p>16. Qual é, em média, a renda familiar mensal proveniente da atividade empreendedora? Não cabe aqui elencar o faturamento da empresa, mas sim o somatório aproximado dos rendimentos (pro labore, salários, comissões, retiradas, etc) do(s) empreendedor(es) e familiar(es) envolvido(s) na atividade empreendedora.</p> <p>(1) De R\$ 0,00 a R\$ 499,00. (2) De R\$ 500,00 a R\$ 999,00. (3) De R\$ 1.000,00 a R\$ 1.999,00. (4) De R\$ 2.000,00 a R\$ 2.999,00. (5) De R\$ 3.000,00 a R\$ 3.999,00. (6) De</p>	

R\$ 4.000,00 a R\$ 4.999,00. (7) De R\$ 5.000,00 a R\$ 5.999,00. (8) De R\$ 6.000,00 a R\$ 6.999,00. (9) De R\$ 7.000,00 a R\$ 7.999,00. (10) De R\$ 8.000,00 a R\$ 8.999,00. (11) De R\$ 9.000,00 a R\$ 9.999,00. (12) Acima de R\$ 10.000,00.				
Com base na escala a seguir, marque o seu nível de concordância diante das afirmativas:				
1. Discordo Plenamente	2. Discordo Parcialmente	3. Indiferente	4. Concordo Parcialmente	5. Concordo Plenamente
17. Reconheço que a relação Empresa x Família é extremamente positiva para ambas; uma vez que o convívio nos une e acaba por fortalecer o negócio.				
18. Entendo que a relação Empresa x Família apresenta alguns pontos negativos para ambas; pois as relações se misturam e conflitos ocorrem, mesmo que de maneira esporádica.				
19. Reconheço que as práticas de gestão existentes na empresa refletem algumas características e comportamentos da família empreendedora.				
20. Qual a sua naturalidade? <i>(Cidade e Estado onde nasceu)</i> _____				
21. A fundação da empresa possui algum caráter de família? (Ofício de pais para filhos, Características culturais regionais, etc.) Se sim, quais foram? _____ _____				
22. O Sr(a). e/ ou a sua família já se mudaram de endereço devido à atividade empreendedora? Se sim, nos conte o(s) motivo(s) específico(s). _____ _____				

23. O Sr(a). teve alguma profissão antes de ser empreendedor, se sim, qual?

24. Por qual(ais) motivo(s) o Sr.(a) decidiu empreender?

25. Você conhece alguma política pública voltada para o pequeno empreendedorismo? Se sim, qual e dê sua opinião sobre ela(s).

26. Dentre as alternativas a seguir, marque as 03 que o Sr.(a) considerar como os principais pontos NEGATIVOS em ser um pequeno empreendedor familiar no Brasil contemporâneo:

- Altos impostos.
- Burocracia na obtenção de alvarás, documentos, etc.
- Leis trabalhistas.
- Concorrência com grandes empresas.
- Alto custo de locação de imóveis com boa localização.
- Lidar com o público/ clientes.
- Falta de cursos e capacitações para empreendedores, gratuitas ou de baixo custo.
- Código do Consumidor.
- Falta de rotina, horários certos.
- Dificuldade em tirar férias, se ausentar do estabelecimento.

27. Dentre as alternativas a seguir, marque as 03 que o Sr.(a) considerar como os

principais pontos POSITIVOS em ser um pequeno empreendedor familiar no Brasil contemporâneo:

- () Realização pessoal.
- () Possibilidade de renda maior que o trabalho assalariado.
- () Lidar com o público/ clientes.
- () Incentivos de bancos e financeiras ao pequeno empreendedor.
- () Não ter uma rotina e horários, tal como acontece no trabalho assalariado.
- () Poder se ausentar e/ou tirar férias quando quiser.
- () Não ter chefe.
- () Estar com a família também nos horários de trabalho.
- () Conhecer e interagir com muitas pessoas diferentes.

28. Se desejar, deixe um comentário, depoimento ou dica sobre a sua experiência como pequeno empreendedor:

1.1. APÊNDICE 02 – Roteiro de Observação



2019

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Pequeno Empreendedorismo Familiar - Bares do Santa Teresa / BH

1. Data:	2. Pesquisador:
3. Situação pesquisada: _____	
<p>ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS:</p> <p>I. Organização do trabalho:</p> <p>Existe definição das funções?</p> <p>Frequência da situação;</p> <p>Situações atípicas;</p> <p>Tomadas de decisão.</p> <p>II. Expertise:</p> <p>Domínio das técnicas de trabalho;</p> <p>Treinamentos;</p> <p>Referências culturais, símbolos.</p> <p>III. Comunicação:</p> <p>Comunicação entre os indivíduos (membros da família x funcionários sem vínculo</p>	

familiar); (membros da família x membros da família) e x (funcionários sem vínculo familiar x funcionários sem vínculo familiar);

Fazem reuniões de equipe?

Posições de fala.

VI. Ambiente:

Iluminação;

Mobiliário;

Equipamentos;

Sons;

Comunicação visual.

V. Sentidos do trabalho:

Realização pessoal e/ou profissional;

Trata-se de um ofício familiar?

Existe um planejamento de sucessão familiar?

1.2. APÊNDICE 03 - Mapa dos Bares de Santa Tereza

Executou-se o mapeamento dos bares de Santa Tereza por meio da ferramenta Google My Maps, este trabalho está disponível publicamente para visualização neste link:

https://drive.google.com/open?id=1_WbM40SYCt7WTnuPOPfxxinaS4xIouXd&usp=s_haring.

